



Luís Antonio Groppo pesquisa desde sua graduação a juventude e os movimentos estudantis, tendo publicado diversas obras sobre o assunto, entre elas, *Juventudes: sociologia, cultura e movimentos* (Clube de Escritores, 2016) e *Autogestão, universidade e movimento estudantil* (Autores Associados, 2006). Doutorou-se em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). É docente da Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG), onde coordena o Grupo de Estudos sobre a Juventude. Pesquisador do CNPq, desenvolve atualmente a pesquisa “A dimensão educativa das organizações juvenis”.

Apresentam-se aqui possibilidades de caminhar por entre as inusitadas trilhas traçadas pela noção de juventude e pelos próprios jovens ao longo do século passado e no início do atual, tendo a sociologia da juventude como seu mote.

O ângulo com que os sujeitos jovens enxergam e experimentam o mundo é único, revelador a seu modo, cheio de descobertas por entre lamentos e expressões de angústia. Conhecer este olhar é primaz ao pesquisador das coisas do mundo social contemporâneo, tal qual o antropólogo ocidental que aprende a enxergar seu país natal ao conseguir pensar na língua do nativo e sentir o que o outro sente.

ISBN 978-85-462-1076-3



9 788546 210763



/PacoEditorial

@PacoEditorial

@Paco_Editorial

INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA DA JUVENTUDE

LUÍS ANTONIO GROPPPO

PACO EDITORIAL

INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA DA JUVENTUDE

LUÍS ANTONIO GROPPPO

Esse livro trata das principais contribuições da sociologia para conhecer mais e melhor a respeito das juventudes nas sociedades contemporâneas. Faz isto em seus três capítulos: firma-se a sociologia da juventude, em tempos em que a categoria etária juvenil parece se consolidar (capítulo 1); reinventa-se tal sociologia, em tempos em que a juventude sofre uma verdadeira mutação, e de corpo docilizado se torna corpo rebelde (capítulo 2); quase naufraga a sociologia da juventude, em tempos em que as categorias etárias entram em colapso, quando os jovens ostentam cartazes que exigem algum tipo de sentido para o curso de suas vidas (capítulo 3).

INTRODUÇÃO
À SOCIOLOGIA DA
JUVENTUDE

LUÍS ANTONIO GROPPPO

PACO  EDITORIAL

Conselho Editorial

Profa. Dra. Andrea Domingues
Prof. Dr. Antônio Carlos Giuliani
Prof. Dr. Antonio Cesar Galhardi
Profa. Dra. Benedita Cássia Sant'anna
Prof. Dr. Carlos Bauer
Profa. Dra. Cristianne Famer Rocha
Prof. Dr. Cristóvão Domingos de Almeida
Prof. Dr. Eraldo Leme Batista
Prof. Dr. Fábio Régio Bento
Prof. Ms. Gustavo H. C. Ferreira
Prof. Dr. Humberto Pereira da Silva
Prof. Dr. José Ricardo Caetano Costa

Profa. Dra. Ligia Vercelli
Prof. Dr. Luiz Fernando Gomes
Prof. Dr. Marco Morel
Profa. Dra. Milena Fernandes Oliveira
Prof. Dr. Narciso Laranjeira Telles da Silva
Prof. Dr. Ricardo André Ferreira Martins
Prof. Dr. Romualdo Dias
Profa. Dra. Rosemary Dore
Prof. Dr. Sérgio Nunes de Jesus
Profa. Dra. Thelma Lessa
Prof. Dr. Vantoir Roberto Brancher
Prof. Dr. Victor Hugo Veppo Burgardt

©2017 Luís Antonio Groppo

Direitos desta edição adquiridos pela Paco Editorial. Nenhuma parte desta obra pode ser apropriada e estocada em sistema de banco de dados ou processo similar, em qualquer forma ou meio, seja eletrônico, de fotocópia, gravação, etc., sem a permissão da editora e/ou autor.

G8769

GROPPO, Luís Antonio

Introdução à Sociologia da Juventude / Luís Antonio Groppo – Jundiaí:
Paco Editorial, 2017.
164 p. : il. ; 21 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-462-1076-3

1. Sociologia 2. Juventude I. Groppo, Luís Antonio. II. Título.

CDD: 301

PACO  EDITORIAL

Av. Carlos Salles Block, 658
Ed. Altos do Anhangabaú, 2º Andar, Sala 21
Anhangabaú - Jundiaí-SP - 13208-100
11 4521-6315 | 2449-0740
contato@editorialpaco.com.br

Foi feito Depósito Legal.

À minha querida mãe, Clarice Vitti Groppo, que me ensinou tantas coisas, inclusive que cada idade tem a sua beleza e pode ser, a seu modo, plena.



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO 1	
DAS ORIGENS AO ESTRUTURAL-FUNCIONALISMO.....	23
1. <i>Antes da sociologia da juventude</i>	26
2. <i>Adolescência</i>	28
3. <i>Pragmatismo, Escola de Chicago e</i> <i>interacionismo simbólico</i>	31
4. <i>Estrutural-funcionalismo</i>	35
CAPÍTULO 2	
DA GERAÇÃO E DA MORATÓRIA SOCIAL À DIALÉTICA DA CONDIÇÃO JUVENIL.....	53
1. <i>Geração</i>	54
2. <i>Moratória social</i>	64
3. <i>Cultura, classe e juventudes</i>	73
4. <i>Dialética da condição juvenil</i>	82
CAPÍTULO 3	
TEORIAS PÓS-CRÍTICAS DA JUVENTUDE: DESINSTITUCIONALIZAÇÃO, TRIBALISMO E SOCIALIZAÇÕES ATIVAS.....	93
1. <i>Implosão dos paradigmas sociológicos</i>	94
2. <i>A implosão das categorias etárias e a</i> <i>desinstitucionalização do curso da vida</i>	97
3. <i>Juventude e pós-modernidade: valor-signo, tribalismo</i> <i>e subjetivação</i>	102
4. <i>A outra modernidade e a flexibilização da vida social</i>	117
5. <i>Tempo e espaço na segunda modernidade e as</i> <i>socializações ativas</i>	125
OUTRAS CONSIDERAÇÕES.....	139
Sugestões de leitura.....	142
REFERÊNCIAS.....	151



INTRODUÇÃO

Tônicos para encorpar e ganhar peso, corantes para barbas e bigodes ralos, óculos e monóculos de vidros grossos e até uma sinistra pomada para amarelar dentes e unhas! Isso sem contar todo o repertório de recursos destinados a manifestar veneranda austeridade: suíças, cãs, casacas, cartolas, bengalas, cebolões, charutos, anéis de cabochão, polainas e comendas. Um vasto arsenal, cujo efeito cumulativo deveria somar a mais avançada idade para o portador. (Nicolau Sevcenko apud Debert, 2010, p. 50)

Que vai ser quando crescer? vivem perguntando ao redor. Que é ser? É ter um corpo, um jeito, um nome? Tenho os três. E sou? Tenho de mudar quando crescer? Usar outro nome, corpo e jeito? Que a gente só principia a ser quando cresce? [...]. (Carlos Drummond de Andrade. “Verbo ser” apud Macêdo, 2013, p. 157)

Com licenciatura, com mestrado, com namorado/ sem emprego, sem casamento, sem futuro. (Cartaz em manifesto dos “Jovens Indignados” em Portugal apud Pais, 2012, p. 269)

Houve tempos e lugares em que a juventude não era o tesouro tão desejado. A descrição acima, por Nicolau Sevcenko, se refere a um curioso mercado desenvolvido no mundo urbano brasileiro do início do século XX, destinado a fazer com que os jovens parecessem adultos, melhor ainda, velhos. Revela-se que o anseio da “eterna juventude” que, nos dias atuais, chega a acossar mentes e corpos idosos, desejosos de viver uma “terceira idade” tal qual o renascer da mocidade, não é sentimento universal. É antes desejo, até mesmo exigência, de um tempo em que a valorização da juventude chegou

ao ponto de fazer com que adultos e até velhos queiram se parecer com os adolescentes, inclusive a viver como se fossem eles, desenvolvendo-se, agora, um mercado que oferece o “tesouro da juventude” (Debert, 1999). A espiral da história inverte, assim, o que eram os anseios da juventude que queria ser vista como velha há só um século atrás no Brasil urbano.

O grande poeta mineiro, Drummond, por sua vez, encarna a interrogação quase inocente e, por isto mesmo incisiva, da criança ou do adolescente que não compreende bem porque seu “ser” ainda não é pleno. Reflete não apenas a contestação latente dos sujeitos submetidos a processos de subordinação e integração social – despojados de direitos plenos, ainda que protegidos em espaços seguros para experimentar e tatear – até definir melhor quem realmente eles vão “ser”. Mas, também, reflete um momento histórico em que categorias etárias parecem bem marcadas, traçando com clareza o curso da vida, associando caracteres biológicos da puberdade com propriedades específicas do desenvolvimento psicológico, bem como a um determinado *status* social, caracterizado por certas proibições e medidas protetivas – o que já foi descrito como “moratória social”.

O terceiro texto é relato direto de uma jovem, nos nossos dias, revelando a dilemática situação de uma juventude que não consegue alçar a maturidade, enquanto outros adultos e idosos praticam uma dada “juvenilidade” por meio do consumo e experiências pessoais. O cartaz revela o dissabor de jovens de camadas médias que, apesar de atravessarem as etapas esperadas de socialização, em instituições destinadas a integrar os indivíduos na estrutura social, não conseguem modificar seu *status* social. Continuam a “ser” menos, mesmo já crescidos e psicologicamente maduros. A seu modo, irônico, mas corrosivo, o cartaz demonstra que, para muitos jovens, quebrou-se aquela consonância entre puberdade, desenvolvimento da personalidade e experimentação social (que marca-

ria a condição juvenil), assim como se quebrou aquela suposta consonância entre corpo maduro, identidade pessoal e *status* adulto, sonho perdido de boa parte das novas gerações.

Deve ter ficado claro que não fui o primeiro a usar estas epígrafes. Devo à criatividade de mestres e aprendizes alhures o achado delas. Elas indicam uma constelação de experiências, desejos, expectativas e frustrações que marcou a condição juvenil na era contemporânea. E este livro gostaria de ser um singelo roteiro para os que pretendem adentrar tal conjunto de astros brilhantes e opacos. Não pretende trazer maiores conclusões, mas antes apresentar possibilidades de caminhar por entre as inusitadas trilhas traçadas pela noção de juventude e pelos próprios jovens ao longo do século XX e no início do atual, tendo a sociologia da juventude como nosso mote.

Penso em pesquisadores iniciantes tal qual eu mesmo fui num dos anos finais da década de 1980, estudante de graduação, intrigado com minha própria condição juvenil, carente das ciências sociais não apenas para ser aprovado nas avaliações das disciplinas, mas, também, para entender meus dilemas. A condição juvenil era, para mim, exigente demais, deveras carente, excessivamente dolorosa e sonhadora. As instituições sociais que, mais ou menos nos acolhiam ou nos acenavam, igreja, academia, Estado, lazer e trabalho, por exemplo, me pareciam opressivas demais, deveras omissas, excessivamente arrogantes e preguiçosas.

Hoje, crescido como me acredito, vaidoso como me fiz, penso que exagerei – como seria normal entre jovens de classe média baixa de meu tempo – e que fui jovem no demais que senti, nos extremos que imaginei. Nem por isso penso que errei, pois o ângulo com que os sujeitos jovens enxergam e experimentam o mundo é único, revelador a seu modo, cheio de descobertas por entre lamentos e expressões de angústia. Conhecer este olhar é primaz ao pesquisador das coisas do mundo social contemporâneo, tal qual o antropólogo ociden-

tal que aprende a enxergar seu país natal ao conseguir pensar na língua do nativo e sentir o que o selvagem sente.

Um dia, envelhecido que o tempo me fez, acreditei não ser mais preciso pesquisar sobre a juventude. Pensava que minhas respostas tinham sido trazidas, e elas pareciam se resumir na ideia de que a juventude deve saber negar-se, pois ela se destina a esvaír-se na maturidade. Entretanto, algo do que havia pensado, pesquisado e escrito, ainda despertava interesse em vários sujeitos e instituições que lidam com as juventudes. Agradeço a estes esperançosos de sempre, pois desse modo continuei acompanhando mais ou menos de perto o que os jovens pensavam e faziam, bem como o que outros cientistas sociais pesquisavam e escreviam sobre a condição juvenil. Fui levado a descobrir que as minhas respostas, se serviam a mim, não davam conta ainda de novas – e dolorosas – vivências da condição juvenil.

Este livro introdutório é, neste sentido, uma determinada leitura sobre diversas contribuições da sociologia para conhecer mais e melhor a respeito das juventudes nas sociedades contemporâneas. Ele percorre, a princípio, o roteiro esboçado já nas epígrafes desta introdução. Faz isto em seus três capítulos: firma-se a sociologia da juventude, marcada pelo estrutural-funcionalismo, em tempos em que a categoria etária juvenil parece se consolidar (capítulo 1); reinventa-se tal sociologia, em tempos em que a juventude sofre uma verdadeira mutação, e de corpo docilizado se torna corpo rebelde (capítulo 2); se sacode e quase naufraga a sociologia da juventude, em tempos em que as categorias etárias concebidas pela modernidade entram em colapso, quando os jovens ostentam cartazes que exigem algum tipo de sentido para o curso de suas vidas (capítulo 3).

Antes, é importante caracterizar, preliminarmente, qual é o olhar, ou olhares, que se viu consolidar na sociologia da juventude.

Na verdade, há uma relação contraditória das ciências sociais com o tema juventude, oscilando entre dois extremos: a reificação e a negação. A reificação toma a juventude como elemento “natural” e universal da vida humana, independente de qualquer construção social, como se existisse por si mesma – como faz o filósofo vitalista Ortega y Gasset (1987). Como exemplo da negação, um argumento bem fundamentado: o grande sociólogo Pierre Bourdieu (1983) decreta que a juventude é apenas uma palavra, cujo uso se revela como bastante impreciso nas ciências sociais.

Avaliando a produção sociológica sobre a juventude ao longo do século XX, de modo geral, percebe-se que muitas vezes ela incorreu em dois tipos de problemas. Problemas que, a princípio, dão razão a Bourdieu. Primeiro, pesquisas que reconheciam a relevância da categoria juventude, mas que tinha fragilidade teórica, privilegiando o empírico, o relato, o registro sem maiores interpretações da experiência de campo – ainda que esta vertente tenha produzido relatos excepcionalmente interessantes, como o de William Foot-Whyte (2005). Por sua vez, vertentes com grau elevado de elaboração teórica, como o estruturalismo e versões do marxismo, tendiam a negar a importância sociológica da categoria juventude.

O segundo tipo de problema é o fato de as ciências sociais da juventude deixarem-se pautar, largamente, desde fora da própria ciência, em especial se colocando a serviço do Estado, tratando do assunto que era a “moda” em cada momento: “delinquência juvenil”, radicalismo estudantil, violências praticadas por jovens, políticas públicas para a juventude, entre outros. Esta dificuldade, certamente, não é exclusiva da sociologia da juventude. Percebe-se mesmo um crescente cercamento das ciências sociais por instituições extrauniversitárias. As próprias agências de fomento à pesquisa e órgãos avaliadores têm dado cada vez mais valor ao caráter “interessado”, quase que “serviçal”, da pesquisa científica sobre questões sociais – o

que tanto lamentava Bourdieu (1988). A perda da autonomia do mundo universitário na produção de conhecimento (Santos, 2001) não se restringe mais às ciências naturais.

Propriamente sobre a concepção de juventude na sociologia, uma noção preliminar deve relacionar a sociologia com outras ciências que também têm algo a dizer sobre os sujeitos jovens. Cada uma, inclusive, tem sua própria denominação para o que seria esta fase da vida. As ciências biomédicas, ao destacar as transformações biológicas que encerram a infância, cunharam a noção de puberdade. A psicologia, destacando o desenvolvimento da personalidade dos indivíduos, busca descrever os elementos específicos deste momento, que costuma ser expresso pelo termo adolescência. Para ambas, é fundamental o estabelecimento dito objetivo da faixa etária em que vigora esta fase da vida. As legislações e as políticas sociais dos Estados modernos vão amplamente se pautar nestas definições. Ciências, Estado e instituições sociais demarcam, assim, o que seria o período em que a juventude estaria vigente. Hoje sabemos o quanto são diversas as definições. Elas tendem a conceber a puberdade – entre os 12 e 15 anos – como o início da adolescência ou juventude, mas mesmo a puberdade, fato biológico, tem vindo cada vez mais cedo. Outrora a idade legalmente determinada como fim da “menoridade” (18 ou 21 anos, conforme o país ou época) marcava o final da juventude e o início da idade adulta. Novamente, muito vem mudando e a juventude vem se estendendo cada vez mais no tempo, nas práticas sociais e, agora, sob o reconhecimento da legislação – o Estatuto da Juventude, promulgado no Brasil em 2013, estende-a até os 29 anos.

A sociologia, por sua vez, costuma fazer uso do termo juventude quando se refere a estes mesmos sujeitos flagrados pela medicina e psicologia. Também pode fazer uso do termo adolescência, com sentido diverso do da psicologia e sinônimo de juventude ou, então, de modo subsidiário, para nomear o

primeiro momento da juventude. De modo provisório, tentando dar conta do que seria elemento comum nas diversas definições de juventude usadas pela sociologia ao longo do século XX e XXI, podemos considerar a juventude como uma fase da vida social que é caracterizada por um *status* social com independência relativa em relação ao núcleo familiar original e por menor autonomia diante das instituições sociais para além das familiares. Ela se distingue da infância por ter um *status*, ou grau de prestígio social, maior. E se distingue da maturidade pelo menor prestígio social, o que significa menores direitos diante do mundo público e relativa dependência do núcleo familiar. A noção sociológica de juventude como *status* ou posição social (Peregrino, 2011) relaciona a condição juvenil a estruturas de privilégios e deveres socialmente reconhecidos (Castro, 2013).

A juventude é, na sociologia, uma categoria social. Social pelo fato de fazer parte da estrutura social, de formar um grupo, uma coletividade de sujeitos, assemelhados pelo *status* etário intermediário. Também é uma categoria social por fazer parte do imaginário social, como símbolo. Nos termos de Durkheim (2000), ela é uma representação social, um conjunto de atribuições – ora positivas, ora negativas – criadas por uma coletividade e associadas à condição juvenil.

A juventude é, na sociologia, também uma categoria histórica. É que a juventude, concretamente como representação social e como grupo etário, não é reconhecida ou formada em todas as sociedades. Quando existe, a juventude opera de modos diferentes, conforme a sociedade em que vigora e, até mesmo, conforme o grupo específico ou classe social. A juventude é uma categoria histórica, enfim, porque é sujeita a transformações e metamorfoses, a ponto de poder desaparecer quando dada sociedade se reconfigura – como na passagem das sociedades antigas às medievais, no mundo europeu.

Neste sentido, a idade, por si só, não define a condição juvenil. A modernidade desejou criar marcadores objetivos,

fundamentados em um suposto curso natural da vida, de caráter universal, que estabelecia claramente as fronteiras entre as categorias etárias. Deste modo, ela criou uma sociedade que fez a “cronologização do curso da vida”. Tais marcadores estabeleciam os limites etários do público a ser atendido pelas instituições destinadas a lidar com cada categoria etária: família, creche, orfanato, escola, quartel, universidade, abrigo, asilo etc. no que teria sido a “institucionalização do curso da vida”. Ambos os processos, cronologização e institucionalização do curso da vida, especialmente em relação à juventude, parecem ter entrado em colapso, ao menos desde o final do século passado, regredindo mesmo nos locais e grupos sociais em que pareciam ter se efetivado como práticas sociais. Mas seus marcadores e anseios continuam fortes no imaginário social, como parte das representações coletivas que pretendem orientar as atitudes dos sujeitos e que são usadas para avaliar as situações.

Crise semelhante também parece caracterizar outro atributo que, outrora, foi marcante da condição juvenil: a juventude seria o tempo de preparação para assumir certas “funções sociais”, o que permitiria ao indivíduo mudar de *status* – da posição social intermediária juvenil à posição privilegiada da maturidade. Este imaginário não foi assim tão distante das práticas sociais na modernidade, ao menos para alguns países centrais e classes superiores e médias. Marcariam o ingresso na vida adulta dados os eventos mais ou menos simultâneos: o fim da escolaridade, a entrada no mundo do trabalho, o casamento, a vinda dos filhos e a formação de um lar próprio. Marcadores que subsistem, atualmente, mais como padrões de referência do que como práticas concretas possíveis ou desejadas para grande parte dos que vivem a condição juvenil.

A noção sociológica de juventude considera que há uma relação complexa entre o fator social e o dado biológico (referente às idades e às transformações orgânicas). Certamente, é difícil e mesmo perigosa a tentativa de determinar de modo puramente

biológico a condição juvenil. O mesmo risco continua quando, ao lado dos aspectos biológicos, considera-se o fator psicológico isolado do mundo social ou se afirma que a atuação social dos jovens tem como determinantes únicos os fatores biopsicológicos, naturais, imanentes à condição juvenil.

Na verdade, a sociologia da juventude considera que toda categoria etária, como é a juventude, nasce da interpretação e ressignificação sociocultural das transformações biopsicológicas do curso da vida. Esta relação, entretanto, não finda aí, pois que a interpretação sociocultural de dada faixa etária também vai influenciar, por vezes, fortemente, esse curso da vida.

Entra-se aqui em uma árida e infundável discussão sobre a relação entre natureza e cultura, sobre quem tem a influência mais poderosa. De modo geral, pode-se dizer que parte muito relevante das transformações biológicas e do amadurecimento não dependem do reconhecimento social ou da consciência dos sujeitos para que elas aconteçam – como a própria puberdade. Mas é preciso que a sociedade dê condições para que o corpo do sujeito atravesse essas fases. Há mesmo como avaliar esta relação entre sociedade e corpo dos indivíduos. Dados como a taxa de mortalidade infantil, taxa de natalidade e índice de expectativa de vida são alguns dos indicadores das relações entre uma dada sociedade e o curso da vida.

Ainda sobre a relação entre sociedade e natureza, pode-se dizer que é nos extremos que mora o perigo. Conhecemos o primeiro, o reducionismo biológico ou, ainda, biopsicológico, que reifica a condição juvenil, desconsiderando sociedades, grupos e eras da história em que ela não era reconhecida ou tinha significações muito distintas da que vivemos que, por vezes, pensamos ser algo universal. As ciências biomédicas e a psicologia, ao longo do século XIX e boa parte do XX, tenderam a decair neste reducionismo, que ainda tem fortes ressonâncias no mundo acadêmico e na própria vida social. Mas há, também, o risco do reducionismo sociológico, que abstrai aquelas necessidades

imanescentes à vida humana, concebendo uma natureza humana elástica quase que ao infinito, à mercê das práticas sociais e dos discursos simbólicos. Mais recentemente, dadas interpretações do paradigma pós-estruturalista, quando aplicadas para pensar a juventude e outras categorias etárias, correm este risco.

Os capítulos 1 a 3 desenvolverão melhor uma interpretação que gostaria de apresentar, de modo sintético, já aqui. Tal interpretação mapeia os temas e os interesses da sociologia da juventude em distintos momentos do século XX e início do atual. Cada momento traz uma dada concepção mais marcante de juventude, tendo como fonte principal o que foi produzido pelas ciências sociais europeias e norte-americanas, mas, também, as ciências sociais no Brasil (que foram se tornando cada vez mais ativas).

A primeira metade do século XX verá a hegemonia da sociologia estrutural-funcionalista da juventude, considerando os grupos juvenis como tendo a função de socialização secundária. O estrutural-funcionalismo preocupa-se com a integração do indivíduo em uma estrutura social que não é posta em causa por esta corrente teórica. Dos jovens é que vem o risco da “anormalidade” e desvio, em especial desde a delinquência dos novos – tema destacado das pesquisas de campo da sociologia estrutural-funcionalista.

Se a sociologia estrutural-funcionalista desenvolve a perspectiva que poderíamos chamar de “tradicional” sobre a juventude, focada na integração social, a segunda metade do século XX desenvolveria de modo mais característico teorias “críticas” – tomando de empréstimo os termos usados por Tomaz Tadeu da Silva (2010) para descrever as teorias do currículo. As teorias críticas não contestam uma ideia básica da sociologia funcionalista: a juventude como socialização secundária. Mas contestam os sentidos tradicionais desta vinculação dos indivíduos à estrutura social. Primeiro, a tese da “moratória social” da juventude, que reconhece ser o tempo e espaço da

juventude não apenas como os de privação de direitos plenos, mas, também, os de certa condescendência dos adultos e possibilidade de experimentação. A partir desta tese, se desenvolve, como em Karl Mannheim (1982) e Marialice Forachi (1972), a ideia de que a juventude tem uma relação experimental com os valores e a realidade social. Deste modo, busca-se explicar os movimentos radicais e contraculturais dos anos 1960. Pais chama tal vertente de “corrente geracional” (Pais, 1993).

Outra corrente das teorias críticas é a “classista” (Pais, 1993), que reconhece melhor a relação complexa entre a categoria juventude e outras categorias sociais em uma dada sociedade, ou a relação complexa entre a estrutura das categorias etárias e as demais estruturas e realidade sociais, tais como a estrutura das classes sociais, as relações de gênero, as relações étnico-raciais, a condição urbano-rural, a filiação religiosa, a diversidade regional etc. É marcante na corrente “classista”, como denuncia seu nome, a relação entre categorias etárias e estrutura de classes sociais. Mas ela anuncia muito bem que existe não uma única juventude em dada sociedade complexa, mas juventudes no plural. São várias as possibilidades de se viver as juventudes, bem como as limitações, dadas às demais estruturas e condições sociais.

As teorias críticas da juventude, ou correntes geracional e classista, ainda colocam-se dentro de um referencial “moderno”. As próximas teorias, desenvolvidas desde o final do século XX e início do XXI, encaminham a sociologia da juventude para uma posição dita “pós-moderna”, cada vez mais relativizando e até negando a proposição original da sociologia funcionalista – a juventude como transição à vida adulta, por meio da socialização secundária. Tomando novamente de empréstimo os termos de Silva (2010), tratam-se de teorias “pós-críticas” sobre a juventude.

As teorias pós-críticas, primeiro, reconhecem o papel mais ativo dos sujeitos e grupos na constituição das juventu-

des. Pode-se defender isto em uma perspectiva ainda modernista, o que significa uma releitura das chamadas disfunções (delinquência, radicalismo e boêmia) como parte da dialética da condição juvenil (um dos temas do capítulo 2). Mas é mais marcante uma leitura “pós-moderna”, como a dos “tribalismos” de Maffesolli (1987).

Em segundo lugar, as teorias pós-críticas fazem a leitura dos processos de flexibilização e desinstitucionalização da vida social como a privatização e a descronologização do curso da vida, de modo que relativizam e até negam o caráter transitório da condição juvenil. A condição juvenil continua a ser interpretada como uma forma de relacionamento experimental com a realidade, bem como uma posição social ou *status* de menor independência. Outrora, a sociologia da juventude afirmava que esta condição juvenil – o “direito à juventude” – costumava ser negada a muitos sujeitos das camadas subalternas da sociedade de classes. Hodiernamente, a novidade é o reconhecimento de que esta condição juvenil não apenas se generalizou, mas pode se perpetuar, tipicamente, de modo precário, ou ser intermitente na vida do sujeito – ou seja, o sujeito se vincula à condição juvenil em dados momentos do curso da sua vida ou, ainda, em alguns momentos do dia, semana ou do ano.

Pode-se afirmar, também, que houve uma dissociação relativa entre a juventude como categoria etária e a juventude como representação social. Valores associados à juventude passam a ser desejados, vividos e usados como critérios éticos e estéticos para indivíduos em diversas faixas etárias, não mais apenas aquelas associadas à juventude. Indivíduos dentro da faixa etária tradicionalmente tida como juventude podem cultivar modos de ser e viver relacionados, também tradicionalmente relacionados a outras faixas etárias, como a infância (uma suposta ausência de responsabilidades e incapacidade de autonomia decisória) e a maturidade (vivendo

parcialmente supostos atributos da idade adulta, como maternidade, paternidade, casamento e trabalho).

Entretanto, no interior das teorias pós-críticas da juventude, outro caminho ou movimento se destaca. Este movimento, por um lado, radicaliza menos a ruptura entre o moderno e o contemporâneo – tratando o contemporâneo como uma segunda modernidade (líquida, reflexiva, pós-fordista etc.). De outro, traz à baila a noção de socializações ativas. Por meio desta noção, descreve e denuncia a precarização das juventudes, não apenas as das classes populares. Mas, também, analisa e propõe saídas criativas, tendo os próprios jovens como sujeitos ativos no enfrentamento da precariedade, na lida com os riscos do presente e na assunção de projetos de vida.

Resta ainda dizer que, de modo revelador, não se desenvolveu, pelo menos não ainda, como um campo unificado de estudos, uma sociologia das categorias etárias. O que temos no que se refere às categorias etárias, é, primeiro, a constituição precoce da sociologia da juventude, já na primeira metade do século XX, mais claramente na segunda metade, tentando compreender os sentidos dos movimentos juvenis dos anos 1960. Apenas no final do século passado é que se esboçou a sociologia da infância (Delgado; Müller, 2005), bem como um campo de estudos antropológicos sobre a velhice (Debert, 1999). Seria injusto, entretanto, ignorar trabalhos notáveis na antropologia desde a primeira metade do século XX, abordando jovens ou púberes de sociedades ditas tribais, como o capítulo de Arnold Von Genep (2011) sobre os rituais de iniciação e o clássico estudo de Margareth Mead sobre as adolescentes de Samoa (1928).

Ainda hoje, contudo, entre as categorias etárias, a juventude continua a ser a mais problematizada nas ciências sociais. Isto se deve ao caráter heurístico da categoria juventude para as sociedades modernas e contemporâneas. Esta categoria costuma ser grande reveladora dos dilemas, problemas, paradoxos, medos e esperanças destas sociedades. Por meio da

juventude, a boa sociologia passa em revista também as demais categorias etárias vigentes em dado tempo e lugar. Por meio da temática da juventude, por sua vez, revelam-se os paradigmas em conflito e os próprios impasses da sociologia.

As bases do pensamento sociológico se fizeram presentes ou ao menos reverberaram de modo marcante nas teorias “tradicionais”, “críticas” e “pós-críticas” sobre a juventude. I. Wallerstein (2002) assim descreve as premissas (ou fundamentos) do saber sociológico “clássico”, derivadas das obras dos seus grandes referenciais: a) a realidade dos fatos e instituições sociais (inspirada na obra de Émile Durkheim); b) o caráter dinâmico, tenso e conflituoso da realidade social (Karl Marx); c) a existência de mecanismos de legitimação da ordem social e da desigualdade que garantem relativa estabilidade social (Max Weber).

Mas eu penso que poderia ser acrescentada uma quarta premissa, hoje bastante reconhecida entre os sociólogos, ao menos em sua ideia básica: d) o caráter fragmentário e complexo das realidades sociais e das relações entre o micro e o macro, o geral e o particular. Tal premissa começa a ser cultivada pelo menos desde as chamadas teorias “microsociológicas”, ao longo do século XX (como o interacionismo simbólico e a etnometodologia), se desenvolve nas teorias sociais que, desde os anos 1970, buscam integrar as perspectivas micro e macro (como Pierre Bourdieu e Anthony Giddens) e adquire outros sentidos com o chamado paradigma da complexidade – teorias que focam o caráter complexo da realidade social e das relações entre suas partes (como Edgar Morin e Boaventura de Sousa Santos). Mas, de modo mais característico e exacerbado, esta premissa que decreta a natureza fragmentária e complexa da realidade social é oriunda de teorias inspiradas no pós-modernismo e pós-estruturalismo. Essas teorias radicalizam a tal ponto o caráter fragmentário da vida social que chegam a interpretar a complexidade como caos.

Neste sentido, as premissas da sociologia aplicadas à sociologia da juventude levam a afirmar, por meio da premissa a): há íntima relação entre juventude, socialização e integração social – ideia que tem sido a mais contestada nos tempos recentes. Por meio da premissa c), afirma-se que a estrutura das categorias etárias é também um sistema de atribuição de *status* ou posições de prestígio social. Já a premissa b), pode levar à ênfase no caráter dialético e potencialmente conflituoso das relações entre gerações, entre categorias etárias e entre sujeitos jovens e instituições, bem como destaca a relação entre as categorias etárias e a estrutura das classes sociais.

A premissa d), como se viu, ressalta a fragmentação e a diversidade. Em especial quando inspirada em tendências pós-estruturalistas, como a obra de Michel Foucault, pode funcionar como uma “anti-premissa”, dissolvendo supostas certezas e posições outrora estáveis no interior dos estudos sobre a juventude. Quando propositiva, a premissa leva as pesquisas sociológicas a enfatizar os processos de constituição de identidades, em que os sujeitos coletivos e individuais teriam grande protagonismo, tratado pela tendência pós-estruturalista em seus estudos sobre os processos de subjetivação. Também, por meio da valorização das biografias e das vozes dos sujeitos jovens, busca compreender as múltiplas “transições” que, de fato, são ensaiadas pelas juventudes a uma maturidade cada vez mais fugidia.

Traçado o roteiro da obra, passo agora a esta tentativa de levar o leitor a compreender um pouco dos caminhos e desaminhos da sociologia da juventude.

* * * * *

Versão preliminar do capítulo 2 foi anteriormente publicada como artigo com o título “Teorias críticas da juventude: geração, moratória social e subculturas juvenis” pela revista

Em Tese (Florianópolis, v. 12, n. 1, jan./jul. 2015). O mesmo se deu com o capítulo 3, publicado como “Teorias pós-críticas da juventude: juvenilização, tribalismo e socialização ativa” pela *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud* (Manizale, Colômbia, v. 13, n. 2, 2015).

Gostaria de agradecer ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) por me conceder bolsa de pesquisa em produtividade, patrocinando a pesquisa que ajudou a dar origem a este livro: *Introdução à Sociologia da Juventude*.

Também, à Unifal-MG (Universidade Federal de Alfenas), onde atualmente trabalho como docente, por me ter dado condições para realizar a pesquisa que deu origem a esta obra.

CAPÍTULO 1

DAS ORIGENS AO ESTRUTURAL-FUNCIONALISMO

Ao longo deste capítulo, pretende-se demonstrar como uma determinada concepção sociológica de juventude se constituiu, adquirindo com o estrutural-funcionalismo uma conformação que teve grande influência e ainda é uma das referências – apesar de muitas contestações – quando se pesquisa e discute sobre os jovens. Esta concepção gira em torno da noção de juventude como sendo uma transição à idade adulta e relacionada à socialização secundária dos indivíduos. Parte relevante das políticas sociais relacionadas à juventude, bem como dos discursos correntes na vida social, recebe grande influência desta concepção tradicional de juventude.

A concepção tradicional de juventude desenvolvida pela sociologia da juventude, marcante da primeira metade do século XX, mais característica do estrutural-funcionalismo, assim caracteriza a juventude:

- 1) a juventude é uma faixa etária (ou categoria etária) definida, precisa: deste modo, a juventude, assim como as demais categorias etárias, são imaginadas como tendo caráter natural, universal e evidente;
- 2) a juventude é uma transição à vida adulta: assim, a juventude não interessa tanto pelo que é, mas pelo que será ou o que deveria ser quando seus membros se tornarem adultos;
- 3) a juventude está intrinsecamente ligada ao processo de socialização, processo tratado como “a imposição de padrões sociais à conduta individual” (Berger; Berger, 1977, p. 204), de modo que, a princípio, a juventude está destinada a repetir os padrões e normas sociais estabelecidos;

4) a juventude tem grande potencial de ser levada à “anormalidade” ou “desvio”, pois é uma fase muito sensível: deste modo, as experiências de viver a juventude como valor em si mesmo, ou os casos em que os jovens transgridem os padrões e normas esperados pela socialização, tendem a ser vistos pela sociologia da juventude tradicional como “anormalidade” e “desvio”, como expressão e/ou sintoma de uma patologia social.

Na primeira metade do século XX, esboçada na Europa e Estados Unidos, a sociologia da juventude concebeu a juventude como momento da socialização secundária, destacando o caráter transitório da condição juvenil, pois que os jovens estariam destinados a ingressar na maturidade. A condição juvenil é aqui marcada como um *status* inferior, pois o sujeito ainda depende do grupo familiar ou comunitário de origem, ainda que em menor grau em comparação com uma criança. Ao que parece, esse é o único elemento da concepção tradicional de juventude que ainda tem certa permanência, como propus na apresentação: um *status* social de caráter intermediário.

As teorias tradicionais são consideradas como discursos sociológicos que, na primeira metade do século XX, participaram da construção do conceito sociológico “clássico” de juventude, que se firmou em torno da proposta estrutural-funcionalista e sua noção de socialização que privilegiava o que Pais (1990) chama de “socialização contínua”, a saber, a socialização dos jovens segundo os valores da geração mais velha. Ou seja, uma proposta que privilegiava a continuidade e a integração social, tendendo a considerar os conflitos e descontinuidades entre gerações como disfunções no processo de socialização.

Contudo, já desde os primórdios da sociologia da juventude, outras possibilidades existiram no interior dessas teorias tradicionais de juventude, que apontavam para uma distinta noção de socialização e uma diferente descrição do

modo como ela se dava no interior dos grupos juvenis. Tais possibilidades estiveram mais presentes na Escola de Chicago e no interacionismo simbólico, que, entretanto, tenderam a se eclipsar diante da hegemonia do estrutural-funcionalismo de Talcott Parsons. Como se argumentará, o estrutural-funcionalismo é quem orientará a cristalização da concepção tradicional de juventude, estritamente relacionada a uma noção de socialização que tende a concebê-la como uma processo social de “mão única”, e que tende a interpretar a resistência dos corpos e coletivos juvenis como “disfunção” ou anomia.

Apesar disto, mesmo no interior do estrutural-funcionalismo, em especial na obra de S. N. Eisenstadt, foram cultivadas algumas interessantes ideias que contribuíram para a crítica da concepção tradicional. Mais recentemente, ideias cultivadas pela Escola de Chicago e o interacionismo simbólico sobre a socialização têm sido recuperadas. Conhecer essas vozes dissonantes no interior de tais teorias contribui para entender melhor a trajetória não linear e conflituosa da constituição da sociologia da juventude – no que, na verdade, ela não se distingue da sociologia e das ciências sociais em seu conjunto, nem das ciências em geral.

É preciso, antes, porém, tratar das pesquisas no campo das ciências humanas que deram origem aos estudos sociais sobre a juventude, o que nos remete ao século XVIII e a outros campos do saber, em especial a psicologia. Como se verá, se de início a produção de conhecimentos na Europa se destacou mais, desde o final do século XIX a meados do século XX, foi fundamental a psicologia e a sociologia dos Estados Unidos no que se refere à concepção de juventude. Justamente por isto, autores norte-americanos se destacam neste capítulo.

1. *Antes da sociologia da juventude*

Os primórdios do pensamento sociológico em geral, tanto quanto das pesquisas sociológicas sobre os jovens, podem ser localizados no Iluminismo europeu do século XVIII. O século XVIII viveu, além do Iluminismo, a crise do Antigo Regime, o início da Revolução Industrial e a Revolução Francesa. Não deixaria nem mesmo para o século seguinte a consciência sobre os problemas sociais envolvendo a população trabalhadora rural e urbana, problemas oriundos do processo de modernização econômica e política.

Andreas Flinter (1968) indica estas origens da problematização sociológica sobre a juventude. No século XVIII, a preocupação sobre a juventude se insere no contexto de reflexões a respeito da posição privilegiada do ser humano na natureza – aquilo que Michel Foucault descreveria como a invenção do conceito de “homem”, ou de “natureza humana” (Laplantine, 2003). Segundo Flinter (1968), os primeiros estudos científicos relativos à infância e juventude e o esboço de um empirismo sociológico, na Europa iluminista, deram-se via: a) o empirismo inglês, com uma incipiente psicologia e antropologia que destacavam as experiências sensitivas; b) a pedagogia pietista, discutindo processos de desenvolvimento da fé e da consciência religiosa; c) a antropologia racionalista, que orienta uma pedagogia filantrópica, como a de Pestalozzi, preocupada com o “desenvolvimento e estabilização das atividades mentais” (p. 35).

Rousseau, em *O Emílio*, combinou, segundo Flinter (1968), as três tendências – empirista, pietista e racionalista. Rousseau afirmaria ser o período juvenil um “segundo nascimento”, aquele que dá origem ao “homem maduro, consciente, moral” (apud Flinter, 1968, p. 40). A mesma combinação, por vezes contraditória, se observou também na literatura científica da época

baseada em observações sobre a vida social (o “empirismo sociológico”) e na própria literatura romântica destes tempos.

O século XIX, na Europa e logo nos Estados Unidos, apresenta, entre outros fatores, a realidade da miséria dos trabalhadores urbanos e rurais, submetidos ao capitalismo industrial mais atroz, afetando sobretudo crianças e jovens. Além disto, ao lado disto, também justamente por isto, revoltas políticas com grande participação de jovens e/ou estudantes. Mas estes fatores não geraram maiores reflexões científicas sobre a juventude e mesmo sobre a infância, ao longo deste século.

Apenas no final do século XIX é que isto muda, em especial graças ao tema da “delinquência juvenil”. A delinquência, ao lado do tema da socialização que, na verdade, é o outro lado da mesma moeda, foi o grande tema da sociologia da juventude em seu viés tradicional. Também, em especial nos países sob influência da cultura alemã, outro grande motivador da sociologia da juventude foi o Movimento Juvenil Alemão, oriundo da *Wandervogel* (“Pássaro Migrante”), grupo de estudantes secundaristas que, em 1896, começaram a fazer incursões pelo campo, praticando alpinismo e cultivando a arte popular colhida em aldeias remotas. As rebeldias juvenis geram respostas políticas (entre os extremos do aumento da repressão policial e a constituição de tribunais especiais para a juventude), respostas sociais (como o escotismo) e respostas científicas (primeiro, a psicologia e a pedagogia, logo, a sociologia).

Ainda segundo Flinter (1968), no final do século XIX, algumas pedagogias e psicologias retomaram a preocupação com a juventude, como a pedagogia experimental de Wilhelm August Lay e Ernest Neumann, na Alemanha, a psicologia comparativa de Wilhelm Wendt e as escolas psicológicas de Wuerzburg e Viena. Já no início do século XX, destaca-se a obra que retomarei adiante, *Adolescence*, do psicólogo norte-americano G. Stanley Hall, bem como propostas e práticas de uma psicologia juvenil, por Aloys Fischer e Eduard Spranger,

em especial na Alemanha, e inclusive a proposta de uma sociologia da juventude por William Stern.

2. *Adolescência*

Quando se desenvolve melhor, a sociologia da juventude já encontra o terreno das pesquisas sobre a juventude, inclusive sobre os temas socialização e “delinquência juvenil”, bastante ocupado pela psicologia da adolescência. Nas primeiras décadas do século XX, a influência mais notável nesta seara seria a obra *Adolescence*, do norte-americano G. Stanley Hall (1937).

Jon Savage (2009) pinta um interessante quadro sócio-histórico deste início do século XX, no que se refere às juventudes, tratando da delinquência juvenil espetacular dos Apaches franceses, dos *Hooligans* britânicos e das gangues norte-americanas, bem como de práticas sociais notáveis como os escoteiros do general britânico Baden Powell e o Movimento Juvenil Alemão. Patrocinado ou ao menos orientado pelo Estado, houve a expansão das escolas secundárias e a criação de tribunais especiais para menores de idade. Mas também a 1ª Guerra Mundial, que ceifaria muitas vidas de jovens soldados. Nas artes e na indústria cultural, fenômenos como o livro *O mágico de Oz*, a peça “Peter Pan”, a nascente indústria fonográfica e o jazz, que fabulavam sobre a juventude ou ofereciam a ela meios diferenciados de se expressar.

A ciência responderia a este momento, de incipiente criação da juventude como modernamente se conheceu, com a citada obra de Stanley Hall, psicólogo norte-americano: *Adolescence*, de 1904. Segundo Savage (2009), a obra foi capaz de descrever a mudança de mentalidade em relação aos indivíduos situados na fase de “transição” entre a infância e a dita maturidade, ao cunhar o termo “adolescência”. *Adolescence* é saudado por Jon Savage como clássico da literatura vitalista. A adolescência é associada ao sentimento, emoção, a um excesso de energia,

uma época de “embriaguez mental e moral”, a “melhor idade da vida”. Ao mesmo tempo, o período com a maior frequência de neuroses e psicoses de todo o curso da vida. Por sua vez, a moderna sociedade industrial e de massas traz crescentes exigências a estes sujeitos que passam pela puberdade.

Este período intermediário era considerado por Hall não apenas como dado biológico (como puberdade), mas também como algo socialmente construído. Ou seja, era preciso que a sociedade reconhecesse esta adolescência natural, bem como que a sociedade reconhecesse que as exigências que apresentava aos adolescentes, em um “mundo industrial”, eram maiores que as exigências sociais de outrora. O que Stanley Hall propõe é o reconhecimento oficial desta fase da vida, que ia da puberdade aos 24 anos de idade, para aumentar a dependência do indivíduo, afastando-o da promiscuidade sexual e da delinquência e adiando a entrada no mundo do trabalho, por meio da extensão do tempo de escolarização (Savage, 2009). Mais importante não era desenvolver as habilidades intelectuais, destinadas apenas a uma elite a se escolher a partir dos adolescentes que mais revelassem esta capacidade nas escolas públicas universalizadas, mas sim cultivar corpo e emoções sadias, separando meninos – para serviço militar e cidadania – e meninas – para o casamento e maternidade (Grinder; Strickland, 1968).

Stanley Hall aplicou em grande grau as teorias da evolução de Darwin para conceber a evolução humana, em especial a teoria da recapitulação, que afirma que “cada fase do crescimento humano representa um dos diferentes níveis dos primórdios da maturidade da espécie humana” (Grinder; Strickland, 1968, p. 20). Tornou tal teoria base de sua utopia coletivista, combinando Platão, Fichte, Darwin e Nietzsche, em uma profunda negação da razão, do individualismo e da igualdade democrática. Coroa sua missão de profeta social, o desejo de promover uma superespécie humana, no que os

adolescentes teriam grande importância, dado seus sentimentos coletivistas e grande plasticidade. A adolescência era naturalmente coletivista e plástica, capaz de ser moldada e mobilizada pelas instituições sociais, em especial as escolas, cuja puberdade irrompia de modo abrupto e repentino, como um “segundo nascimento” do indivíduo. Era ela, e não a maturidade, a matéria-prima capaz de levar a espécie humana a um estágio superior, rompendo com a fase individualista, que corresponderia à pré-adolescência egoísta.

Adolescence teve grande impacto acadêmico e relevante influência sobre as políticas sociais nos Estados Unidos. Consagrou uma concepção vitalista da adolescência – energias biológicas, “naturais”, invadem corpo e mente dos púberes e, se trazem muitas possibilidades, trazem muitos problemas e perigos, ao próprio adolescente à sociedade. Traz os primórdios da defesa da moratória social, combinando o reconhecimento das características específicas da adolescência com o reconhecimento de que são novas e maiores as exigências da sociedade industrial aos indivíduos, o que se resolveria com o prolongamento da escolarização para preservar os adolescentes dos riscos da promiscuidade e da delinquência. Em relação à moratória social, penso que virá da psicanálise, anos depois, o seu melhor desenvolvimento no campo da psicologia, com Erik Erikson, que comentarei no próximo capítulo. Há, enfim, em Stanley Hall, a ideia de que o reconhecimento pela sociedade da adolescência significava o avanço da civilidade e da civilização, ao sintonizar os adolescentes com os destinos da nação norte-americana: os adolescentes seriam os portadores do futuro (Savage, 2009), o futuro do próprio gênero humano, destinado a calcar um novo passo evolutivo em direção a uma superespécie (Grinder; Strickland, 1968).

A profecia social de Hall, crente em uma superespécie e uma utopia coletivista fundadas na plasticidade da adolescência, aos poucos perdeu sua influência no ambiente acadêmico

e intelectual. Mas ele havia ajudado a fundar uma concepção de juventude – como “adolescência” – bastante impactante ao longo do século XX e mesmo nos dias atuais. A adolescência vivia sob fortes tensões naturais e sociais, de tendências coletivistas, em oposição ao individualismo e ao formalismo da sociedade “adulta” – ideia também presente em outro clássico da psicologia da juventude, o livro de E. Spranger, *Psicologia da juventude*, de 1924, segundo Flinter (1968). Isto tornava a adolescência, ao mesmo tempo, perigosa e fonte de esperanças para as mudanças vindouras e, enfim, pouco importante pelo que ela era em si mesma, pois que era tão somente transição. O que importava, no fim, era o que ela poderia criar ou vir a ser, alvo de díspares sonhos, utopias e ilusões.

Caberá à sociologia da juventude, novamente, em especial em território norte-americano, desenvolver outros aspectos da concepção tradicional de juventude, destacando-se a função “socializadora” desta “fase da vida”. Mas isto só ficará mais evidente com a sociologia estrutural-funcionalista. Antes, a nascente sociologia da juventude norte-americana cultivará diversas ideias em torno da chamada Escola de Chicago, oriunda dos pragmatistas.

3. Pragmatismo, Escola de Chicago e interacionismo simbólico

Relevantes pesquisas sobre jovens e grupos juvenis aconteceram no interior de uma importante tradição sociológica norte-americana, que iria ser injustamente ignorada por Talcott Parsons quando elaborou sua teoria estrutural-funcionalista. Esta tradição encontrou acolhida na Universidade de Chicago, especialmente na primeira metade do século XX, oriunda de filósofos e pesquisadores que criaram o pragmatismo desde o final do século anterior: Charles Sanders Peirce, William James e John Dewey. Apesar de importantes diferenças entre seus criadores, pode-se dizer que a base comum do pragmatismo

é a intenção de desenvolver um expediente ou “método” para abordar os problemas, como meio de vencer uma dificuldade ou conseguir bom êxito em algo, que tem sua utilidade prática mas também é uma regra ou fórmula para “lidar com questões que demandam uma solução” (Kinjuchi, 2007, p. 215). Fundamentalmente, a filosofia pragmatista nega-se a abordar os problemas, práticos ou de conhecimento, a partir de um valor superior ou universal ou a partir da recusa de todo tipo de pressuposto (como faz a filosofia de Descartes). Antes, parte de valores, suposições, princípios ou fundamentos que, em dado contexto, têm a capacidade de permitir a compreensão, pela coletividade, de dada situação, orientando a ação neste contexto. Não se trata de um indivíduo solitário que, por meio da dúvida radical, chega à certeza inicial sobre sua própria existência graças à faculdade do pensamento, como quer Descartes. Trata-se, antes, de uma coletividade em busca da verdade, que contesta algo específico, concreto e preexistente, a partir do qual busca construir algo melhor (Joas, 1999).

Mais importante para esta obra, é que surge desta corrente filosófica uma tradição de pesquisa em psicologia social e sociologia, elaborada sobretudo pela chamada Escola de Chicago, em torno de autores como John Dewey, Charles Cooley, William Thomas e George Mead.

Outro rebento do pragmatismo nas ciências sociais é o interacionismo simbólico, termo cunhado no final dos anos 1930 por Herbert Blumer. O interacionismo simbólico valoriza sobretudo a interação social, privilegiando o caráter simbólico da ação social (Carvalho; Borges; Rêgo, 2010). Pesquisas de campo como a de William Foot-Whyte (2005) e A. B. Hollingshead (1968) devem muito a esta abordagem microssociológica, que considera as relações sociais como algo aberto e subordinado ao reconhecimento contínuo pelos indivíduos em interação. Mas o programa de Blumer não dá conta de todo o espectro teórico e metodológico dessas duas pesquisas em particular, muito

menos de todas as possibilidades desenvolvidas pela Escola de Chicago, especialmente os estudos em sociologia urbana.

Antes do programa interacionista de Blumer, a Escola de Chicago já tinha desenvolvido importante tradição de pesquisas em sociologia urbana, em torno da chamada ecologia humana de Robert Park e Ernest Burgess e outros empenhos teóricos e metodológicos. Dentro desta tendência, destaca-se a pesquisa de Frederic Milton Trasher (1964), *The Gang*. Trasher, em tese defendida em 1936, pesquisou mais de 1.300 gangues da grande cidade norte-americana, Chicago. Destaca-se na investigação a localização das gangues no corpo da cidade, a saber, nas franjas da metrópole, nos seus “cinturões pobres e outras áreas intersticiais”. Estas gangues, formadas por jovens que se conhecem desde a infância e que vivem nas “porções congestionadas e desorganizadas da cidade”, também são grupos socialmente intersticiais, formados sobretudo pelos filhos de imigrantes, pouco ou mal integrados na sociedade norte-americana. As gangues eram hostis entre si, especialmente entre aquelas formadas por nacionalidades que já eram rivais na Europa. Trasher considera que seria barrado o caminho do jovem à gangue pelo funcionamento normal de instituições socializadoras, como escola, família e igreja. Adota-se o recurso à lógica “normal/patológico”, que seria a marca do estrutural-funcionalismo, mas que fora elaborada já no século XIX por Émile Durkheim como fundamento explicativo inspirado na biologia.

A pesquisa de A. B. Hollingshead (1968) aborda uma pequena cidade norte-americana, em vez da grande Chicago. Foi publicada como *Elmtown's Youth*, em 1949, a partir de tese de doutorado defendida na Universidade de Chicago. O principal mote da obra é contrapor-se aos pressupostos da psicologia da adolescência de G. Stanley Hall, apresentados no item anterior. Ou seja, Hollingshead quer contestar que a adolescência é, natural e universalmente, momento de agitação e tensão. Este mote também esteve presente no principal

best-seller da antropologia norte-americana, *Coming of age in Samoa*, de Margareth Mead, de 1928 (Mead, 1928). Mas enquanto Margareth Mead busca comprovar que as concepções de adolescência elaboradas pela psicologia e psicanálise, incluindo a de Stanley Hall, não teriam necessariamente validade fora do mundo moderno e ocidental, Hollingshead busca demonstrar que mesmo no interior da sociedade norte-americana tais noções eram bastante relativas e contestáveis até. Hollingshead demonstra que havia uma grande relação entre os comportamentos dos jovens e as posições sociais ocupadas por suas famílias na estrutura social ou de *status* da comunidade. Portanto, a determinação do comportamento social do adolescente seria muito mais social do que biopsicológica. As instituições com forte atuação na infância – família, vizinhança e igreja – compostas por pessoas da mesma classe social, têm o peso decisivo na formação do caráter e na influência do jovem. Não haveria, portanto, uma juventude uniforme ou homogênea na comunidade.

Finalmente, destaca-se a pesquisa de William Foot-Whyte (2005), publicada em 1943 a respeito dos grupos juvenis formados por filhos de imigrantes italianos, habitando uma área degradada de Boston: “Street-corner society”, a “sociedade de esquina”. Foot-Whyte era um jovem recém-graduado que durante quatro anos conviveu com esses outros jovens, radicalizando agora em meio urbano, moderno e “ocidental” a experiência da observação participante tão bem desenvolvida pela antropologia ao menos desde Malinowski. Boa parte do livro descreve as relações internas dos grupos juvenis. O autor não acata a tese, presente na própria *The Gang* de Trasher, de que estas periferias eram o reinado da “desorganização”. Ao contrário, intensas e densas relações e interações sociais marcavam e organizavam a vida cotidiana de jovens e adultos. O livro narra com vivacidade tais interações e apenas em sua parte final busca algumas generalizações, mas sempre com muitos

exemplos, a respeito, por exemplo, da estruturação interna do grupo, das relações entre os membros e do papel do líder.

A Escola de Chicago e o interacionismo simbólico lidaram de maneiras próprias com a noção de socialização, especialmente Foot-Whyte, que se inspirou na perspectiva interacionista, centrada na “compreensão do modo como os indivíduos interpretam os objetos e as outras pessoas com as quais interagem e como tal processo de interpretação conduz o comportamento individual em situações específicas” (Carvalho; Borges; Rêgo, 2010, p. 148).

Em especial no interacionismo simbólico, a socialização é interpretada desde um ativo papel do indivíduo, no interior de pequenos grupos e suas interações face a face, em vez de centrar-se em uma etérea influência do “sistema social”, da “consciência coletiva” ou da “estrutura social” que parece atingir em via de mão única os sujeitos, transformados em mero objeto da obra socializadora da grande, anônima e distante sociedade.

Entretanto, esta outra concepção de socialização – inaugurada por Émile Durkheim quando, por exemplo, afirma ser a educação a “socialização metódica das novas gerações” pelas gerações mais velhas (1978, p. 41) – será a assumida classicamente pela sociologia em geral e pela sociologia da juventude em específico, declaradamente a partir do estrutural-funcionalismo.

4. Estrutural-funcionalismo

As pesquisas de Trasher e Foot-Whyte lidaram com grupos juvenis diferenciados dos grupos formalmente criados pelo Estado ou sociedade, ou seja, diversos das classes escolares. Hollingshead abordou os grupos formais de jovens, mas com a intenção de demonstrar que a influência decisiva vinha dos grupos primários, etariamente heterogêneos mas socioeconomicamente homogêneos (família e vizinhança). O estrutural-funcionalismo continuará a tratar das chamadas

“gangues” formadas por jovens que não frequentam as escolas secundárias ou delas se afastam. Trata-se do “outro lado” da moeda da socialização e da “normalidade”, na figura da delinquência real ou possível e da “disfunção”. Mas, sobre a socialização propriamente dita, ganha destaque a “sociedade adolescente” formada no interior das escolas secundárias, tema de pesquisa de James Coleman (1961) e de artigo do próprio Talcott Parsons (1968).

Nas pesquisas conduzidas pelo viés estrutural-funcionalista, ganham maior destaque as classes escolares e a cultura escolar, acompanhadas de perto pelo interesse em grupos informais orbitando em torno da cultura escolar. Já para as pesquisas no interior da tradição da Escola de Chicago, quando havia sociedade e “cultura” juvenis, elas não eram escolares, mas dramatizadas nas ruas, nas “esquinas”.

A diferença de enfoque se explica pela diferença teórica e pelo contexto histórico. Do ponto de vista teórico, o estrutural-funcionalismo atenta-se muito mais à ação integradora e seletiva do sistema social, sua perspectiva é “macro”, a sociedade acima dos indivíduos, enquanto que a tradição da Escola de Chicago se interessa mais pelas interações face a face, o mundo social como construção dos indivíduos, a perspectiva “micro”. Uma rede institucional guiada pelo Estado, homogeneizadora e com função socializadora – as escolas – cabe melhor na concepção de juventude e socialização do estrutural-funcionalismo, sendo que aquilo que está fora desta rede ou escapa, ainda que apenas em parte, de seus braços, é ao menos potencialmente disfuncional e desviante. Quanto ao contexto histórico, na segunda metade do século XX é ainda mais notável nos Estados Unidos a consolidação de sistemas escolares fundamentais e médios (e também superiores), principalmente em comparação com outros países, mesmo que ditos “desenvolvidos”. Para boa parte dos jovens, sua juventude era vivida em instituições escolares. Aos poucos, as

novas gerações oriundas dos imigrantes iam sendo também absorvidos por estas e outras instituições.

James Coleman, antes de seu famoso Relatório sobre o fracassado papel da educação escolar na ruptura da desigualdade social, apresentado em 1966 ao Congresso Norte-Americano, publicou *The Adolescent Society*, em 1961. A obra focava o mundo social no interior das escolas secundárias (nosso atual Ensino Médio) dos Estados Unidos, pesquisando-as a partir da aplicação de questionários e entrevistas com estudantes de 10 escolas do estado de Illinois, em 1957 e 1958 (Coleman, 1961). Diversamente do estudo de Hollingshead (1968) – publicado quase uma década antes, em 1949, e focando estudantes secundaristas de uma pequena cidade – o que Coleman encontra neste contexto não é a reprodução mais ou menos direta dos valores familiares e de classe social nas expectativas e atitudes dos jovens, mas uma “subcultura” adolescente. Em uma sociedade industrial, em constante mudança, não bastaria a reprodução dos valores e ideais dos adultos. Nesta mesma sociedade, com grande especialização, também seria necessária a segregação por idade e longo treinamento das crianças e adolescentes. Assim segregados, os adolescentes constituem seus próprios grupos, uma verdadeira “sociedade adolescente”, criação não esperada da instituição escolar. A partir dos questionários e entrevistas, percebe-se que os interesses e atividades gerais destes estudantes secundaristas giravam em torno de carros, esportes, lazer, cinema, música, o que os jovens “populares” faziam, relações entre garotos e garotas, entre outros. O estudo preocupava-se em conhecer melhor as características desta subcultura para seu uso melhor e mais consciente em favor dos objetivos da própria educação escolar – educação destinada a ser integradora e especializadora.

Os estudos de Parsons (1968) e Eisenstadt (1976) já interpretam os grupos informais de jovens secundaristas como tendo funções socializadoras mais clarificadas, não tanto por uma

ação consciente dos dirigentes políticos, mas pela própria sabedoria oculta do sistema social. Contudo, aspectos regressivos ou desviantes necessariamente aparecem, mas, desde que bem contidos, não significam um mau funcionamento generalizado do mecanismo de socialização dos jovens. Tais aspectos regressivos eram, antes, sintomas de exigências maiores da sociedade ou indicativos de sua complexidade crescente.

Talcott Parsons, teórico dominante da sociologia em meados do século passado, sistematizador principal do estrutural-funcionalismo, ele próprio escreveu um revelador texto sobre as classes escolares e os grupos informais que orbitam a instituição escolar (Parsons, 1968), em coletânea de pesquisas sobre a adolescência publicada em 1963. As classes escolares na sociedade norte-americana de seu tempo tinham duas funções: a socializadora (em prol da aborção de ensinamentos gerais que capacitassem o bom desempenho do indivíduo quando adulto) e a selecionadora (distribuindo os “recursos humanos” dentro de uma sociedade adulta hierárquica e complexa). Se a socialização desenvolve responsabilidades e capacidades mais gerais que permitirão aos sujeitos desempenhar suas futuras funções sociais como adultos, a seleção é um agente de atribuição de *status*. Já no 3º ano do primário se exercia a função selecionadora, quando se decidia se o destino da criança seria ou não a universidade, pois a professora e o diretor definiam qual era o tipo de escola secundária que o aluno deveria frequentar. O critério do desempenho escolar, medido pela consecução das tarefas dadas pela professora, era considerado como o determinante, destacando-se a aprendizagem de conhecimentos e o componente moral (critérios que, nesse momento, não se separam no processo de seleção, ao contrário do que se dará na escola secundária). Formalmente, não se herdava da família nenhuma distinção de papel social, exceto o de gênero.

Mas já se constituem grupos informais, sem supervisão adulta direta, de caráter muito voluntário e com acentuada segregação sexual. Tais grupos também têm funções socializadoras: cultivam componentes igualitários das relações (diversos dos da família e da escola), preparando o sujeito para conviver, quando adulto, com outros de mesmo *status*; ativam a identificação com o papel desempenhado pelo sexo (em contraponto ao fato da escola ter classes mistas) e fazem a contenção de relações de tipo erótico com membros do sexo oposto, guardando-as para um momento mais apropriado. Entretanto, a cultura dos grupos informais, não apenas infantis, mas sobretudo os juvenis, tem caráter ambivalente, já que refuta o esforço escolar e valoriza o anti-intelectualismo, como uma espécie de protesto contra os adultos e seu poder.

Por sua vez, a escola secundária não realiza a seleção apenas pelo nível de capacidade demonstrada pelo estudante, mas se preocupa sobretudo com a “diferenciação dos tipos qualitativos de aproveitamento” (Parsons, 1968, p. 68): aos que terão baixo *status* social (cursando secundário que não leva à universidade), trata-se de conduzir a diferentes categorias de trabalho; àqueles destinados a um alto *status*, conduz a diferentes rumos na universidade. Entre os que se destacam pelo desempenho cognitivo, se destinam funções específicas e mais técnicas. Aos que se destacam pelo desempenho moral, funções mais difusas, mais sociais e humanas. Há um grande aumento das atividades extracurriculares organizadas pela própria escola – atletismo, clubes e associações – em que os estudantes com maior desempenho moral são mais ativos, de modo que tais atividades colaboram com a função seletiva da escola. Aparecem relações mais positivas entre os sexos fora da sala de aula. Enfim, uma maior estratificação entre os grupos informais. Esta cultura juvenil proeminente é, também para Parsons, a grande marca da escola secundária norte-americana.

A princípio, esta cultura juvenil parece ter aspectos “regressivos”, na visão de Parsons (1968), como o excesso de valor dado ao atletismo (que terá pouca utilidade na vida adulta), certa condição “homossexual” das fortes amizades e relativa “irresponsabilidade” para com o sexo oposto. Mas se destacam suas funções, já que esta cultura juvenil é “um campo de experimentação de responsabilidades de ordem superior, de prática das relações humanas gentis sem imediata supervisão, e para aprender as consequências dos atos praticados” (p. 72).

Afora ser o lugar de especialização dos estudantes com melhor desempenho moral. Os jovens distribuem-se em torno desta cultura juvenil do seguinte modo: grande parte adequa-se de modo “médio” ou apropriado a ela, ou seja, deseja apenas ser um “bom rapaz” ou uma “boa moça” e se dispõe a assumir dadas responsabilidades em situações sociais informais; alguns têm uma notável assimilação, os “líderes” ou “populares”; outros assumem comportamentos “regressivos” (delinquência, irresponsabilidade e comportamentos inaceitáveis). A maioria dos jovens em atitude apropriada chega a fazer experimentações que os leva perto da atitude “regressiva”, mas só uma minoria se firma nesta condição desviante e faz dela parte de sua personalidade e padrão de vida.

Para Parsons (1968), a delinquência assumida por alguns sujeitos não significa o fracasso geral do processo educacional. Ela é, antes, um sintoma do aumento das exigências educacionais desta sociedade, o que leva a um fracasso ainda mais contundente daqueles indivíduos situados nas margens da sociedade e que não conseguiram realizar um mínimo destas exigências educacionais. Por felicidade e sabedoria oculta do sistema social, a maioria dos estudantes ou vão às universidades ou conquistam bom *status* educacional não universitário. De modo pouco sutil, Parsons responsabiliza os fracassados por seu próprio fracasso e faz da dita delinquência uma consequência desta derrota no sistema seletivo das escolas básicas. O

conteúdo da delinquência parece uma versão deturpada e pervertida da cultura juvenil, ou uma vivência em tempo integral daquelas atitudes e valores regressivos desta cultura que, apenas incidentalmente são vivenciados pelos jovens “normais”.

Contudo, no próprio interior da corrente estrutural-funcionalista, A. K. Cohen (1968) desenvolverá outra explicação sobre a delinquência. Segundo este criminologista, discípulo de Parsons, a delinquência se explicava pela frustração de *status* de jovens das camadas baixas. Esta frustração levava a uma formação de reação, ou seja, às gangues, quando os jovens recriam, a seu modo, as normas sociais e os objetivos da própria sociedade: a dignidade, por exemplo, era recriada como ganhar respeito dentro do grupo praticando atos de vandalismo, ato sem utilidade material aparente mas de grande valor simbólico diante dos pares. Nesta interpretação estrutural-funcionalista da delinquência, não se trata tanto de corpos indisciplinados que são fáceis receptáculos de tradições patológicas oriundas do crime, como em David Matza (1968) ou mesmo em Talcott Parsons. Antes, trata-se de uma resposta possível e lógica de jovens das classes baixas na sociedade norte-americana, jovens que compartilham ambigualmente do mesmo sistema de distribuição de *status* ou prestígio social que as camadas médias, mas que têm dificuldades de conquistar uma posição social mais elevada – conquista tão incentivada e valorizada por esta sociedade. A proposição de Cohen abre, dentro do estrutural-funcionalismo, a possibilidade de conceber as experiências transgressoras da juventude para além da mera exibição da irracionalidade, dentro de um sistema aparentemente racional e bem estruturado. Ao investigar a lógica interna dos grupos ditos delinquentes, abre espaço para conceber as “culturas” ou “subculturas juvenis” como uma expressão possível, coerente, de dadas vivências juvenis, não mero desvio, regressão, patologia, anormalidade. Ainda assim, entretanto, a chave explicativa são os valores do sistema social. Mesmo aos

que Parsons chama de “derrotados” pelo sistema educacional seletivo, os padrões sociais são aceitos, vistos como legítimos – exceto por uma minoria, que se torna “delinquente”. Cohen vai considerar que mesmo essa minoria “regressiva” adota de modo transformado estes valores prestigiosos da sociedade norte-americana: a frustração na consecução de seus objetivos leva estes jovens a criar estratégia diversa de conquistá-los, via uma formação de reação, as gangues.

Contudo, o mais notável trabalho sociológico sobre a juventude oriundo da tradição estrutural-funcionalista é *De geração a geração*, de S. N. Eisenstadt, publicado originalmente em 1956 (Eisenstadt, 1976). O fundamento teórico de Eisenstadt são as variáveis-padrão de Parsons – respostas a cinco dilemas básicos e transcendentais a toda ação social. Três são os dilemas do ator consigo mesmo: interesse privado *versus* interesse coletivo, gratificação *versus* disciplina e imanência *versus* transcendência. Dois são os dilemas relativos à categorização de outros atores e objetos: qualidade *versus* performance e imputação *versus* especificidade. O dilema que interessa, segundo Eisenstadt, para compreender os grupos etários nas diversas sociedades, é o da imanência *versus* transcendência, que assim se expressa, segundo Habermas (1987, p. 317): “deve o agente afastar a situação em que se encontra e analisá-la a partir de pontos de vista que podem concernir a qualquer um” (transcendência), “ou deve aceitar como participante as constelações particulares que se dão na situação do caso” (imanência)? Por exemplo, ao tomar uma decisão relativa a alguém, devo levar em consideração as ligações particulares que ele tem comigo (imanência), ou não, fiando-me em princípios gerais e abstratos do campo relativo àquela decisão (transcendência)? A resposta guiada pela imanência leva ao particularismo, ou seja, à consideração de qual é a relação particular que dado ator tem comigo: se ele é meu parente, amigo, do mesmo gênero, nacionalidade, linhagem, faixa etária, se é meu aluno,

mestre, ou não. A resposta guiada pela transcendência leva ao universalismo, ou seja, independe da relação particular que alguém, a quem a decisão afeta, tem para comigo.

Todas as sociedades possuem ao menos algumas esferas regidas por critérios particularistas, ou seja, aquelas em que as ações sociais guiam-se pela imanência, considerando a relação particular que dada pessoa tem para com o ator. São justamente aquelas esferas reguladas por relações familiares ou delas derivadas. As relações familiares são as primeiras e mais básicas das quais participa todo indivíduo, relações que reúnem pessoas de diferentes faixas etárias e em que predomina a orientação particularista. Sociedades de tipo “particularista” estendem o tipo de relação familiar e os critérios particularistas para as demais relações sociais, em uma solução de continuidade entre as normas familiares e as normas gerais da sociedade, facilitando o processo de manutenção da solidariedade social, para Eisenstadt. Mas existem sociedade que possuem algumas ou muitas esferas da vida que se regulam por critérios distintos daqueles de tipo familiar ou particularista: são sociedades “universalistas”. Esferas como a política, a religião, a arte, a economia, a filosofia, a ciência etc. passam a se pautar por valores e padrões desenvolvidos no interior da própria esfera social, concernentes à melhor consecução dos seus objetivos específicos, rompendo com a dependência das redes de parentesco. Nestas sociedades universalistas, há ao menos alguma ruptura no curso da vida do indivíduo, quando ele tem que mudar seus padrões de comportamento em dado momento de sua biografia para alcançar pleno *status* social, aprendendo valores e atitudes diferenciados daqueles familiares e particularistas. Tais sociedades criam os grupos etários homogêneos, ou seja, coletivos que reúnem sujeitos com idades semelhantes, em especial grupos de crianças e grupos de jovens. Os grupos etários homogêneos raramente existem em sociedades particularistas, onde os grupos etários

heterogêneos, cujo modelo principal é a família, são os únicos responsáveis pela organização social e pela socialização.

Quanto às sociedades universalistas, os grupos etários homogêneos oferecem a possibilidade de relações que têm algo daquelas de tipo familiar neste período de transição. Mas a orientação do grupo já se dá em direção à aquisição dos valores universalistas, apesar de a convivência dentro do grupo oferecer relações de tipo qualitativo ou difuso típicas da família: voltadas não ao rendimento ou performance, mas às qualidades ou valores da ação em si, bem como considerando a personalidade total de seus agentes.

A princípio, seria fácil dizer que as sociedades indígenas, como as brasileiras, são o exemplo extremo de sociedades particularistas, regidas por critérios familiares e sem grupos etários homogêneos. Do mesmo modo, as sociedades ocidentais modernas seriam o melhor exemplo de sociedades universalistas, com seus critérios transcendentais, com uma necessária ruptura com os padrões familiares e a transição sob auxílio de grupos etários homogêneos. Com base em Eisenstadt, seria correta esta afirmação sobre as sociedades modernas – caso extremo de universalismo. Mas não é tão simples dizer isto em relação às sociedades particularistas. A riqueza da obra de Eisenstadt reside não apenas em sua elegante operação teórica de classificação de sociedades a partir do dilema universalismo *versus* particularismo. Localiza-se principalmente em impressionante conjunto de exemplos trazidos de grupos etários homogêneos, nos mais diversos tipos de sociedade – que, com poucas exceções – têm em comum apenas o fato de possuírem algumas esferas sociais que escapam do particularismo familiar. As únicas exceções, em que ocorrem grupos etários homogêneos em sociedades particularistas, se observam naquelas em que o poder familiar se manifesta na forma de um extremo autoritarismo dos adultos em relação aos jovens, como a tribo dos Murgin (Austrália), a tribo Tiv

Tiv (África), aldeias etárias dos Nyakyesa (África) e algumas sociedades camponesas (como os irlandeses antigos).

Há algumas sociedades organizadas como tribos segmentárias na África – ou seja, tribos constituídas pela associação de agregados semelhantes entre si, como clãs e linhagens – cuja integração social não é garantida pelas unidades familiares ou pelo parentesco, que é a regra para os demais casos. Nestas sociedades, vão aparecer os grupos etários homogêneos. Entre os casos mais extremos de unidade regida pelo universalismo destas tribos, os grupos Nandi. Entre os menos extremos, os Nuer, Gusei e Bantu Kavirondo.

Em comunidades “primitivas” aldeãs, a organização de esferas sociais sob critérios universalistas também pode acontecer, como algumas tribos Iorubá e os Yako. Já mais próximo do que associaríamos a sociedades “complexas”, diversos reinos africanos “primitivos”. Eisenstadt vai ainda falar dos grupos etários homogêneos na Grécia Antiga, como em Esparta (mais pronunciados e importantes) e em Atenas.

Entre as características dos grupos etários homogêneos em sociedades ditas primitivas e na Antiguidade, destacam-se: o indivíduo, ao entrar em um grupo etário, tem sua identidade qualitativamente transformada; crianças e adolescentes demonstram impaciência em formar ou entrar nestes grupos, dado o desejo de estabelecerem formalmente uma nova identidade social; a entrada nestes grupos permite que o sujeito estenda de modo considerável suas relações com outros indivíduos e circule por mais esferas sociais.

Ao trazer inúmeros exemplos, tanto da antropologia quanto da história, Eisenstadt acrescenta uma dimensão inesperada à sociologia estrutural-funcionalista, que abre uma nova perspectiva na compreensão da juventude – organizada em grupos etários homogêneos – nas sociedades modernas e contemporâneas: a perspectiva comparativa.

Deste modo, se as sociedades modernas são também universalistas, distinguem-se das anteriores pelo fato de terem uma alta diferenciação social e uma completa e extensa regulação por critérios universalistas. Ao mesmo tempo, elas são mais universalistas (em extensão e intensidade) e mais complexas. Mais universalistas porque sua tendência é a de que as dimensões reguladas por critérios de parentesco e outras formas de relação particularista (como vizinhança, amizade, relações étnicas e comunitárias) se tornem pouco significativas. Mais universalistas porque tendem a segregar mais a vida familiar em relação a outras esferas institucionais, gerando uma descontinuidade ainda mais pronunciada entre o mundo das crianças e o mundo dos adultos, assim como entre a estrutura familiar particularista e a estrutura ocupacional universalista.

Por sua vez, a complexidade destas sociedades modernas, sua alta diferenciação social, reforça a ruptura entre um mundo familiar mais unitário e um universo multifacetado de esferas sociais não particularistas, cada uma regida por um conjunto de valores e critérios orientados para a realização e o desempenho, julgados pela performance, em relação à meta específica daquela esfera (seja esta política, econômica, religiosa, cultural, estética etc.). E esta complexidade impedirá uma organização unitária dos grupos etários homogêneos ou juvenis na modernidade. Multiplicam-se, ao longo da história das sociedades modernas, grupos e tipos de grupos juvenis. Eisenstadt identifica três tipos principais de grupos etários na modernidade: escolas, agências juvenis mantidas por adultos distintas das escolas e grupos espontâneos ou informais.

A compreensão do sistema escolar na modernidade não é fundamentalmente diferente do que apresentaram, acima, Coleman e Parsons. Mas Eisenstadt completa a sugestão presente em Parsons de que a escola não é suficiente para as tarefas de socialização e seleção, argumentando que, apenas pela escola, continua difícil a passagem da vida familiar particularista para

a vida na sociedade em seu conjunto, dado que a escola enfatiza excessivamente a preparação e não realiza todas as necessidades que surgem na personalidade dos seus alunos. Tais limitações levam os jovens a integrarem-se a outros grupos etários, nos quais tais necessidades são reconhecidas legitimamente, outras agências mantidas por adultos. Ou, então, os jovens formam seus próprios grupos – os informais ou espontâneos.

Entre as agências mantidas por adultos, cita Eisenstadt: escoteiros e outras associações destinadas a fazer com que o jovem gaste suas energias em atividades culturais e recreativas, bem como inculque valores cívicos; agências ligadas a organizações políticas (do Estado ou partidos) e religiosas, buscando o comprometimento do jovem com as metas específicas destas organizações; agências que lidam com os jovens “problema”, como “delinquentes”, abandonados, órfãos, deficientes etc. Distinguem-se das escolas pelo fato de que essas agências consideram necessário atribuir desde logo papéis específicos e de repercussão social aos jovens, bem como estimular os jovens à vivência comunitária e à constituição de uma identidade de grupo.

Os grupos juvenis espontâneos são os que mais distinguem a modernidade de outros períodos, pois nunca existiram em tamanha quantidade e tiveram tanta importância social. Se a maioria é constituída daqueles grupos de amigos já apresentados por Coleman e Parsons, podem ocorrer também mobilizações juvenis autônomas e com objetivos políticos, religiosos e culturais, como o Movimento Juvenil Alemão, já citado.

Se os grupos juvenis modernos conservam o caráter difuso ou qualitativo na avaliação do sujeito no interior dele, considerando sua personalidade em seu todo, eles diferem dos grupos juvenis de sociedades “primitivas” e antigas pelo fato de que o *status* atribuído para o indivíduo no interior do grupo juvenil não lhe garante *status* algum na vida adulta. Os grupos juvenis modernos são incapazes de outorgar papéis com *status*

para além de um caráter preparatório, não fornecem automaticamente aos jovens *status* pleno. Isto se explica pela já citada diferenciação social extremada das sociedades modernas, em que os grupos etários têm pequena função de distribuir papéis e grande papel como preparação ou treinamento para as funções adultas. A idade, por si só, de modo distinto ao que ocorre em sociedades “primitivas”, menos especializadas, não é critério fundamental para a distribuição de papéis e *status* social. Os critérios e valores para tal distribuição se fundam, como dito, sobretudo no desempenho e performance.

Os grupos juvenis espontâneos, na sociedade moderna, têm vários pontos de atrito para com os padrões da sociedade adulta e os próprios adultos. Por exemplo, contra a especialização ocupacional dos adultos, os grupos juvenis valorizam uma imagem difusa da juventude. Outro exemplo, contra a orientação para a realização individualista, valorizam uma orientação qualitativa e coletiva. Estes grupos juvenis expressam angústias e tensões vividas pelos jovens, como a postergação do exercício da sexualidade, a segregação por longo tempo em relação aos valores efetivos do mundo adulto e a dificuldade de exercer papéis sociais estáveis. Entretanto, esta discrepância costuma se resolver gradualmente, em um processo de integração do qual os próprios grupos juvenis espontâneos têm importantes papéis, como se verificará abaixo.

A função integrativa é a que caracterizaria os grupos juvenis em sociedades universalistas, contribuindo para a continuidade do sistema social, atuando como “uma esfera interligada entre a família e outras esferas institucionalizadas da sociedade” (Eisenstadt, 1976, p. 254). Os grupos juvenis fazem isto combinando a orientação solidária e comunitária, típica das relações particularistas (como as da família), com relações universalistas. Em sociedades com grande diferenciação social e mais completo universalismo das instituições não familiares, é mais difícil a harmonia entre a identidade expressiva solidá-

ria (da família ou do próprio grupo juvenil) e as esferas regidas pelo universalismo. Menos funções integrativas serão realizadas pelos grupos juvenis e podem até surgir anormalidades.

A dificuldade na transição da infância à maturidade nas sociedades modernas, ou seja, a passagem do mundo particularista da família para o mundo universalista, torna insuficiente a atuação exclusiva de grupos juvenis institucionalizados (escolas e outros grupos controlados por adultos). São fundamentais os grupos espontâneos ou informais, que praticam uma institucionalização secundária e segregada. A segregação permite aos jovens realizar certas aspirações, sem se verem obrigados a enfrentar diretamente as esferas sociais universalistas, ao mesmo tempo que permite atingir de modo mais gradual e seguro a maturação da personalidade. Ainda que, como já atestara Parsons, estes grupos tenham potencial anormalidade e rebeldia que, por vezes, se manifesta mais seriamente.

Ao tratar da segregação relativa das juventudes nas sociedades modernas, Eisenstadt foca em um dos elementos da chamada “moratória social”, proposta marcante de definição e demarcação da juventude no período e nas tradições sociológicas interpretadas no próximo capítulo.

* * * * *

A sociologia da juventude do início do século XX até o início dos anos 1960 foi marcada por estas vertentes sociológicas oriundas dos Estados Unidos: a Escola de Chicago, o interacionismo simbólico e o estrutural-funcionalismo. Nas origens desta sociologia, foi muito importante a concepção de adolescência vinda da psicologia, destacando-se novamente outro norte-americano, Stanley Hall. Hall relativizava o caráter natural ou biológico da adolescência, pois ela não se reduzia à puberdade física, já que era fundamental a relação da sociedade em questão com os seus adolescentes. Entretanto, há um fundo biopsi-

cológico, “naturalizante”, que marca a ideia de juventude no período e nas tradições sociológicas analisadas. A juventude é uma faixa etária mais ou menos evidente, fruto de uma idade de transições mais ou menos universal, muitas vezes projetada a outras sociedades muito diferentes e épocas as mais remotas.

Isto é mais evidente no estrutural-funcionalismo, ainda que uma interpretação da obra de Eisenstadt que radicalize a oposição sociedades particularistas *versus* sociedades universalistas possa relativizar bastante este fundo “natural” das juventudes. De todo modo, o estrutural-funcionalismo vai destacar, na relação entre os elementos sociais e os aspectos biopsicológicos da juventude, as funções sociais dos grupos juvenis para a manutenção da sociedade, do “sistema social”. Fundamentalmente, os grupos juvenis colaboram para com a integração do sistema social. Fazem isso exercendo duas tarefas no que se refere aos sujeitos jovens: a socialização e a seleção. Entretanto, há o perigo dos desvios, anormalidades, patologias ou regressões nestes grupos juvenis e no comportamento dos jovens. Este perigo decorre da complexidade das sociedades modernas, que tornam mais penoso ao sujeito a passagem do mundo particularista das redes de parentesco ao mundo público das esferas sociais baseadas em critérios universalistas e voltados ao rendimento.

Mas as pesquisas oriundas da Escola de Chicago e do interacionismo simbólico continham outras possibilidades para a concepção de juventude e grupos juvenis. A retomada destas obras e de suas contribuições permite, ainda hoje, uma relativização daquela noção de juventude elaborada pelo estrutural-funcionalismo e que ainda possui grande penetração. A Escola de Chicago e o interacionismo simbólico tendiam a reconhecer um caráter criativo e ativo dos indivíduos, sendo que os grupos sociais em boa parte eram uma construção feita pelos próprios sujeitos em interação, fruto de seus valores e experiências – inclusive os grupos juvenis. Há, certamente,

como visto, elementos com sentido diverso, como o funcionalismo em Thrasher e a concepção de que reinava nas zonas pobres das grandes cidades tão somente a desorganização. Foot-Whyte, porém, referenda outra leitura acerca dos grupos dessas regiões – incluindo os juvenis, outrora interpretados sobretudo como “gangues” disfuncionais –, concebendo-os como tendo grande organização interna e vínculos significativos com a comunidade que os abrigava.



DA GERAÇÃO E DA MORATÓRIA SOCIAL À DIALÉTICA DA CONDIÇÃO JUVENIL

Em meados do século passado, ao lado da variante estrutural-funcionalista, outra tendência da nascente sociologia da juventude se constituiu. Ela combinou, em diferentes ênfases, conforme o autor, a noção de geração e a noção de moratória social. Por exemplo, o sociólogo Karl Mannheim trata explicitamente de geração, ficando implícita a noção de moratória, enquanto o psicanalista Erik Erikson cunha o termo moratória psicossocial mas trata menos do tema das gerações.

Trata-se do primeiro rebento do que chamo de teorias críticas sobre a juventude. O traço crítico destas teorias que abordam a geração e a moratória reside no fato de que tendem a reconhecer o papel das juventudes na transformação social e atribuem um sentido positivo a este papel. Como se verá, entretanto, libertam-se pouco da concepção “naturalista” de juventude. O reconhecimento do potencial transformador das jovens gerações não as levam a uma posição radical, mas antes reformista, desconfiando dos supostos excessos dos movimentos juvenis que abundariam nos anos 1960.

Por sua vez, as teorias críticas que se desenvolvem ao longo dos anos 1960 tendem a uma posição politicamente mais revolucionária. Mas a característica principal delas é a relação mais contundente que estabelecem entre a estrutura socioeconômica e a experiência da juventude. Algumas vezes, chegaram ao extremo de negar relevância sociológica à noção de juventude. Normalmente, entretanto, relativizam esta noção, demonstrando os inúmeros modos de vivê-la, incluindo grupos (como camadas populares e mulheres) que enfrentam a negação total ou parcial do direito de viver a juventude.

Penso ser possível uma síntese das teorias críticas por meio de uma concepção dialética da condição juvenil, que parte da constatação de que a estrutura das categorias etárias na sociedade moderna é mais um componente permeado de tensões, disputas e contradições. Da intenção de inúmeras instituições sociais disciplinares de moldarem as jovens gerações, nasce a possibilidade do seu contrário, ou seja, indivíduos com idades semelhantes vivendo juntos e criando seus próprios modos de se relacionar e seus próprios valores. A história da modernidade é também a história dos movimentos das juventudes, bem como da tentativa de controlar e manipular as novas gerações.

1. Geração

O sociólogo húngaro, radicado na Inglaterra desde a ascensão do nazismo, Karl Mannheim, aproximou-se do tema das gerações a partir da sociologia do conhecimento, em sua busca de compreender as dinâmicas de construção e transmissão social do conhecimento. Deste modo, Mannheim e a sua sociologia da juventude inserem-se no que Pais (1993) denominou de “corrente geracional” dos estudos sociológicos sobre os jovens, ao lado do estrutural-funcionalismo (“teoria da socialização”). Ambas as teorias, a estrutural-funcionalista e a “teoria das gerações” de Mannheim, voltam-se ao tema das continuidades e discontinuidades intergeracionais, e ambas tendem a uma concepção de fundo “naturalista” (biopsicológico) de juventude – ainda que uma leitura mais relativista de Eisenstadt permitiria romper com isto. Entretanto, Mannheim distingue-se do estrutural-funcionalismo por sua ênfase no potencial transformador da juventude, visto como algo positivo, não como desvio, disfunção ou perigo, e por isto o incluo entre o que chamo de teorias críticas.

Apesar do texto de Mannheim sobre as gerações ser original de 1927, estas suas ideias ganhariam força no interior da sociologia apenas na década de 1950 (Murdock; McCron, 1982), em meio ao auge do estrutural-funcionalismo, mas logo servindo como alternativa a ele. Fonte fundamental da sociologia de Mannheim é a obra de Max Weber, que fornece importantes conceitos, tal como o de situação social. Para Mannheim, a geração é um tipo de situação ou posição social. A geração não é um grupo social concreto, como é a família, tribo ou seita. É, assim como a classe social, uma situação social. Não é automático e necessário que indivíduos em dada situação social (como classe e geração) formem grupos sociais concretos (como, no caso das classes operárias, a criação de partidos, sindicatos e movimentos operários). Isto é apenas uma potencialidade. Se classe social e geração, ambas, são situações sociais, ou seja, são condições formalmente análogas, elas são muito diferentes entre si do ponto de vista dos seus conteúdos. A classe social se define pela situação em comum de certos indivíduos no interior das estruturas econômicas de uma sociedade. Já a geração se define pelo fato de que certos indivíduos com idades semelhantes viveram em sua juventude (período crucial no curso da vida pessoal) “uma situação comum no processo histórico e social” (Mannheim, 1982, p. 72). Esta situação social, que define a geração, estabelece uma gama mais ou menos restrita de experiências sociais em comum àqueles indivíduos e encaminha-nos a certo tipo de ação social.

A geração como situação pode dar origem à “geração como realidade”, ou seja, um laço concreto entre aqueles indivíduos pertencentes a um mesmo grupo de idade e espaço sócio-histórico (Viana, 2012). A “geração como realidade”, por sua vez, torna possível (mas nunca automática e necessária) a formação de “unidades de geração”. As unidades de geração são grupos sociais concretos dentro de uma mesma geração, grupos que operam de modos específicos por sobre aquele

fundo comum de experiências, podendo até mesmo formar grupos antagônicos entre si (como conservadores e liberais). Já encaminhando o tema da geração e da juventude ao tema da transformação social, Mannheim afirma que dadas atitudes, valores e ideias criados ou assumidos por uma unidade de geração podem ser acolhidos e se disseminar para outros sujeitos, podendo levar à transformação social.

Se uma geração vivesse para sempre, sem necessidade de outra para substituí-la, não haveria o problema da integração social (Sousa, 2006). E a transformação social figuraria a esta geração eterna de modo completamente diferente. Entretanto, sempre aparecem novos participantes da vida social, enquanto outros desaparecem. Como já dito, membros de dada geração participam de seção limitada do tempo histórico. Como se acrescenta agora, a transmissão da herança cultural e a transição de uma geração a outra é um processo contínuo: não é marcada por uma ruptura bem estabelecida no tempo. Mas isto, na verdade, não caracteriza necessariamente todas as sociedades. Como ilustra Morin (1986), as sociedades modernas não possuem significativos ritos de passagem, que marcam claramente a passagem de um grupo etário a outro: vai se “adolescendo” e “amadurecendo” gradativamente. Já as sociedades tribais que realizam os ritos de iniciação, parecem criar dobraduras no curso da história de uma geração ou grupo de idade, para demarcar muito bem a passagem de uma condição etária a outra (Gennep, 2011).

A juventude é tida para Mannheim como momento crucial da vida, já que é neste período que os sujeitos adquirem “padrões inconscientemente ‘condensados’” (Mannheim, 1982, p. 78), um fundo de experiências sociais que, pela primeira vez na vida, foram conscientemente recebidas. Estes padrões ou quadro de referências se torna a base sobre a qual futuras experiências sociais serão avaliadas pelo indivíduo. A juventude é assim concebida como fase da vida em que há

uma vinculação experimental com a realidade e os valores sociais, contrastando com a maturidade, quando o indivíduo julgará novas experiências sociais com base nestes padrões já sedimentados, de modo mais racional e reflexivo. É por isto que o adulto tende a ser mais resistente à mudança social, pois aceitá-la pode significar a contestação de seus próprios quadros arraigados de referência pessoal e coletiva.

Há também um fundo “naturalista” na concepção de juventude e geração em Mannheim. Trata-se da idade e do grupo etário concebidos como dados “naturais”, simplesmente biológicos do curso da vida. Talvez pudesse Mannheim desnaturalizar mais as suas noções. O próprio confronto com a versão estrutural-funcionalista de juventude de Eisenstadt (1976), apresentada no capítulo anterior, poderia ajudar: para Eisenstadt, a juventude se define como grupos etários homogêneos, que não são algo natural e generalizado em todas as sociedades e períodos históricos, mas sim uma função destinada a contribuir para a integração social em sociedades de tipo “universalista”. Esta experiência geracional significativa é, ela própria, uma construção social e histórica, possibilitada por dada configuração das sociedades nas quais os grupos etários homogêneos, como os juvenis, são importantes. E não o inverso, como insinua Mannheim, em que um dado “natural” do curso da vida, a vinculação experimental com a realidade no período juvenil, é uma força potencial de transformações que pode ou não ser mobilizada pela sociedade.

Vale ao menos um comentário, a princípio, sobre as características atribuídas por Mannheim às idades da vida: infantes com relação não consciente com os valores e realidades sociais, jovens experimentando este mundo como um livro aberto, contraditório e contestável, e adultos avaliando racionalmente os novos fatos com base nos padrões sedimentados em suas consciências. Estas características parecem universais e até naturais, mas, na verdade, correspondem a uma dada vi-

vência das idades da vida, típicas de certas sociedades e certo tempo histórico: o mundo ocidental “desenvolvido” em meados do século XX. Mais, parecem ligados a uma “ideologia” sobre as idades da vida, que carrega um ideal de sociedade e de curso da vida. Essa ideologia reconhece a forte descontinuidade histórica, em sociedades modernas de constante transformação, dificultando a transmissão entre gerações dos valores e padrões sociais. Ao mesmo tempo, concebe de modo linear, acumulativo, as experiências vividas em diferentes fases da vida, indo da menor racionalidade na infância ao domínio sóbrio e lógico do mundo pela maturidade. Ver-se-á na psicanálise de Erik Erikson, adiante, uma influente sistematização desta concepção linear do curso da vida, tão marcante no corpo ideológico da modernidade.

A maior contribuição de Mannheim, em relação ao ideal de desenvolvimento humano da modernidade, talvez esteja na defesa do potencial renovador da sociedade contido na juventude. Segundo Mannheim, a geração jovem vive um “contato original”, primeiro, com a herança cultural que lhe é apresentada, contato que pode se caracterizar como um relacionamento modificado e um distanciamento em relação a essa herança oferecida. O contato original, esta “experiência”, é algo fundamental na formação da identidade individual, como visto. Mas é também algo fundamental para a dinâmica da sociedade, um canal de introdução de mudanças. O contato original dos jovens com a cultura, por se dar de modo diferenciado do que fizeram, quando jovens, as gerações anteriores, pode levar estes moços a uma maior receptividade em relação a novos valores, hábitos e atitudes, por vezes assumidos de modo radical. Na relação entre as gerações, segundo Mannheim, cabe à mais jovem comunicar o novo às mais velhas, ainda que por meio do atrito e do conflito (Sousa, 2006).

Assim, se as jovens gerações, como desvantagem, não podem absorver, “voluntária e completamente, o conjunto de

conteúdos acumulados de sua cultura, que são o suporte para a estabilidade das gerações anteriores” (Sousa, 2006, p. 10), elas têm uma grande vantagem: a de “[...] poder avaliar o ‘inventário cultural’ disponível, que pode tanto ajudar a esquecer o que já não é mais útil quanto desejar o que ainda não foi conquistado” (Sousa, 2006, p. 10).

Há ainda uma segunda fonte do interesse de Mannheim sobre a juventude, ao lado do tema da transmissão social do conhecimento que o levou ao estudo das gerações. Tema que reforça a caracterização da juventude como mecanismo de mudança social. Trata-se da constituição de uma “Terceira Via”, política e ideológica, distinta do liberalismo e do totalitarismo, em tempos da Segunda Guerra Mundial. Mannheim, judeu, havia se refugiado na Inglaterra, e de lá se tornou um importante sistematizador de uma corrente ideológica que ajudaria a criar, no Pós-Segunda Guerra, o clima político favorável ao Estado de Bem-Estar e ao planejamento social, para a reconstrução do mundo europeu destruído pelo confronto. No que se refere à juventude, destaca-se uma das conferências publicadas em *Diagnóstico de nosso tempo* (Mannheim, 1961), também presente na clássica coletânea *Sociologia da Juventude*, organizada por Sulamita de Britto (Mannheim, 1968).

Na conferência feita na Inglaterra, a juventude é apresentada como “reserva vital” da sociedade, parte de suas energias latentes, que podem ser mobilizadas em sociedades em transformação. Esta mobilização deveria se dar por meio da sistematização (organização coerente em prol de uma meta) destas energias latentes, por meio da transformação da reserva vital em “função”.

A juventude é considerada como agente revitalizador, fonte de energia renovadora da sociedade, dado seu vigor e seu menor enredamento na ordem social vigente. Ela chega vindo como de fora e encara uma sociedade britânica, então, em situação caótica e conflituosa. Os jovens estão em situação de relativa marginalidade, na posição de estranhos ou es-

trangeiros, numa verdadeira posição social liminar que, mais do que fatores biopsicológicos, determina a condição juvenil. Neste momento, Mannheim avança um pouco mais em relação à desnaturalização das categorias etárias, mais do que fez em relação à noção de geração.

Diante desta novidade, tendo a realidade social sido exposta em seus fundamentos, para além do restrito mundo doméstico, os jovens podem levar a solidarizar-se com movimentos sociais insatisfeitos com a ordem social dada. Afinal, jovens gerações, movimentos sociais e intelectuais “alternativos” estariam, como diria Bourdieu (1984), em posição homóloga diante dos valores legitimados pela ordem social, ou seja, em posição marginal.

As ideias de Mannheim fazem lembrar comentários de outro grande sociólogo alemão, Georg Simmel, contemporâneo do mestre de Mannheim, Max Weber, mas com contribuição original à sociologia. Simmel parte de seu básico dualismo entre forma e vida e chega a outro, conteúdo e processo. A processo corresponde a aventura e o espírito aventureiro, em que é mais importante o caminho que o objetivo. O aventureiro é um ser a-histórico, do presente, sem passado e sem futuro, que investe no impreciso, um ser disposto à contemporaneidade incondicional. O modo aventureiro prepondera sobre os conteúdos, valorizando a experiência, a intensidade, o suspense. Aqui, pode sentir-se mais a “vida”. É certo que à aventura se associa muito mais a juventude. Já ao conteúdo, afirma Simmel, corresponde melhor o estilo de vida da velhice, marcado pela desaceleração dos processos, pela maior importância dada aos conteúdos e pela diminuição da experimentação. Não à toa, um “velho aventureiro” parece ser um fenômeno repulsivo, segundo Simmel (Sallas; Bega, 2006).

Após ter retomado esta idealização da juventude aventureira, imersa no tempo presente e na espontaneidade, já exposta por Simmel, Mannheim reclama faltar à Inglaterra

de então, função reconhecida para a participação dos jovens na vida pública. Esta desmobilização até seria correta em sociedades tradicionais, contrária às mudanças, que precisam neutralizar a potencialidade dos jovens, algo feito outrora na Inglaterra por meio do prestígio total concedido aos mais velhos¹ e a ausência de associações e movimentos juvenis espontâneos. Os grupos juvenis espontâneos, tal qual o Movimento Juvenil Alemão, que certamente Mannheim tem em mente, são cultivadores do espírito de solidariedade e da vida em grupo que tanto contrastam com o egocentrismo, isolamento e sofrimento do indivíduo num mundo dominado por grandes organizações impessoais e normas abstratas.

Como se pode perceber por outros textos de *Diagnóstico de nosso tempo* (Mannheim, 1961), o sociólogo húngaro caracteriza o mundo ocidental de então do seguinte modo: as transformações abruptas promovidas pela racionalidade técnica, que romperam com as formas de vida comunitária e tradicional, jogaram os indivíduos na solidão, à mercê por vezes de movimentos totalitários que prometem algum sentido e segurança à “multidão solitária”. Isto explicaria o sucesso e o avanço dos totalitarismos, como o nazismo e o fascismo no continente europeu. E também o fracasso das sociedades que desejam manter o “liberalismo” como forma de organização social e econômica. Há de se constituir uma “terceira via” para se preservar o que resta de liberdade e democracia, a via do “planejamento democrático”. Não seriam mais opções, nem o mundo econômico à mercê do livre mercado, nem a tolerância liberal omissa diante dos inimigos da liberdade, nem a democracia meramente representativa.

1. O que também deve ter levado os jovens a adotar atitudes e consumir produtos que os fizessem parecer anciãos, tal como os jovens da elite brasileira no início do século passado, conforme a primeira epígrafe da Introdução deste livro.

Na sua conferência relativa à juventude, Mannheim destaca a necessidade de uma democracia militante na Inglaterra, para a qual a juventude deve se tornar a sua “força desbravadora” (1968, p. 87). As energias latentes da juventude inglesa deveriam ser integradas nacionalmente, orquestradas em prol da necessária mudança de mentalidade no país, levando mesmo o jovem inglês a agir como pioneiro externamente. É algo semelhante ao que fizeram os países ditos totalitários que, de algum modo, perceberam a função social da juventude em uma sociedade dinâmica. Mas deve ser feita a mobilização juvenil por uma terceira estratégia, distinta da omissão liberal e da manipulação nazista. Esta terceira solução é reformista, comedida até, mantendo boa parte do sistema educacional inglês e do movimento juvenil como estavam. E, diferente do totalitarismo, valorizaria a solidariedade e a cooperação, em vez da cega obediência. Diferente do liberalismo, não seria neutra, mas sim ativa e militante na defesa dos valores básicos comuns.

Após desenvolver a noção sociológica de gerações, Mannheim, de modo semelhante ao que já fizera o estrutural-funcionalismo, esboça o que seria a moratória social, pretensa condição da juventude no mundo moderno: separação relativa dos jovens do mundo adulto e público para o aprendizado de hábitos e valores básicos, que os predisponham a assumir papéis sociais requeridos pela sociedade quando se tornarem adultos. Entretanto, Mannheim acrescenta um novo elemento neste esboço da moratória social, noção que ainda não foi nominada explicitamente: seria um tempo permitido para experiências, inovações, contatos com alternativas no que se refere a valores sociais, hábitos e atitudes, que permitiriam ensaios e erros importantes não apenas aos sujeitos jovens, mas para a própria renovação da sociedade, quando isto se demonstrar necessário.

Esta concepção do papel transformador da juventude foi tão marcante que foi adotada também por sociólogos e outros intelectuais do chamado Terceiro Mundo, ou países “em de-

envolvimento”, que em meados do século passado participaram dos debates e das políticas desenvolvimentistas destes países. Isto foi marcante na incipiente sociologia da juventude no Brasil, a começar por um texto de Octávio Ianni que, originalmente, em 1962, foi capítulo do livro *Industrialização e Desenvolvimento Social no Brasil: “O jovem radical”* (Ianni, 1968). Ianni, discípulo de Florestan Fernandes, combina as ideias de Marx relativas à consciência de classe com a noção de geração de Mannheim. Ele procura demonstrar que a condição das novas gerações, em relação experimental com a realidade social, pode permitir não apenas o estranhamento em relação a esta realidade, mas também o desvendamento dos seus mecanismos mais ou menos ocultos. É o caso do “jovem radical”, que desenvolve uma consciência social peculiar, já que distinta daquela de sua classe social de origem – média ou burguesa – e até contra os interesses desta classe:

A análise do comportamento político dos jovens radicais ilustra perfeitamente este processo complexo e obscuro, que opera acentuadamente em determinadas épocas da vida individual. Há fases da vida social em que a pessoa pode ou não estar em condições de desvendar os mecanismos básicos da ação social. E o modo pelo qual ele os desvenda é essencial à determinação do seu comportamento futuro, configurando-se inconformista ou não. (Ianni, 1968, p. 233)

E, como já anunciara Mannheim na conferência sobre a juventude, o radicalismo que resulta deste estranhamento para com a realidade pode ser direitista, como o nazismo, ou esquerdista, como os revolucionários cubanos. Com a maturidade, a tendência dos indivíduos das classes médias e altas, mesmo radicais quando jovens, é a de se tornarem reformistas ou mesmo conservadores, agindo de modo “mais congruente com os interesses de sua classe” (Ianni, 1968, p. 239),

conforme se preparam para assumir, e assumem, seus papéis sociais na estrutura social. Deste modo, é do setor da juventude de classe média, e mesmo da alta, e não dos adultos, que se poderia esperar mais apoio às transformações sociais, econômicas e políticas que levariam o país ao dito “desenvolvimento” – enquanto que, em Mannheim, a preocupação é com a mobilização da juventude para implementar um novo modo político, a democracia militante, e uma nova forma de gestão da sociedade, o planejamento democrático, em sociedades já “desenvolvidas”, contra o risco do totalitarismo.

Outra obra marcante desta incipiente sociologia da juventude brasileira, ainda mais fundamentada em Mannheim, é *A Juventude na Sociedade Moderna*, de Marialice M. Foracchi (1972), também membro do círculo de Florestan. Foracchi procura demonstrar que a unidade de geração e as condições peculiares da juventude na sociedade moderna poderiam levar os jovens à revolta. Entre as condições peculiares, termos que poderiam ser referenciados como moratória social, mas a autora não faz uso dele: “descomprometimento relativo com as tarefas produtivas”, “abertura aos processos de criação” e “disponibilidade psicológica e social” (Foracchi, 1972, p. 11). A revolta, num primeiro momento, teria caráter geracional, típica dos “adolescentes” (no início de sua juventude), voltada contra os adultos (pais, professores e outros adultos). Em um segundo momento, a revolta se daria como movimento juvenil, no interior ou a partir da universidade, por meio do movimento estudantil e da contracultura, quando os alvos passam a ser os valores e as estruturas sociais estabelecidas.

2. *Moratória social*

Como já se demonstrou no capítulo passado, o estrutural-funcionalismo havia esboçado a noção de moratória social, especialmente quando concebeu as funções da separação, no

tempo e no espaço, dos jovens em escolas de ensino médio. Mannheim herda algo desta tradição, o que já se insinua no uso do termo “função” em sua conferência sobre a mobilização dos jovens ingleses em prol da democracia militante. Mas ele não se limita a descrever dada realidade social. Esta conferência é explicitamente prescritiva, tem caráter dramaticamente político. Indica-se, então, em relação à tese da moratória social da juventude, que os sociólogos que a constroem, mesmo sem fazer uso do termo, como Karl Mannheim, ao lado de psicólogos como Erik Erikson, que fez uso corrente dele, não apenas detectam um dado elemento da realidade social. Eles também contribuem para sua construção, reconhecimento e legitimidade. Textos característicos dos anos 1960, quando a moratória social é conformada como ideia descritiva e conceito prescritivo, têm este caráter ambíguo, misto de ciência e política, tal qual *Diagnóstico de Nosso Tempo* de Mannheim.

Não é o caso do livro mais conhecido do psicanalista norte-americano Erik Erikson, *Childhood and Society* (Erikson, 1978), mas o é de outra obra, publicada no explosivo ano de 1968, que trata especialmente da juventude (Erikson, 1987), *Identity, Youth and Crisis*. Erikson praticou clínica na Áustria com Ana Freud e buscou desenvolver as concepções dela e seu pai, Sigmund Freud, sobre infância e desenvolvimento humano, em diálogo com outras tradições da psicologia. Apesar de pertencer a outro campo de estudos, interessa à sociologia da juventude, assim como o psicólogo G. Stanley Hall, por sua influência para além dos chamados campos “psi”. Isto se deve especialmente à sua noção de moratória psicossocial, mas também decorre de sua busca de combinar aspectos biopsicológicos e sociais na sua concepção do desenvolvimento humano.

Com Erikson, a psicanálise se volta às idades da vida. Encontra, em terreno intermediário entre o biológico, o psíquico e o social, lugar fecundo para pesquisar, pensar e propor a respeito do curso da vida individual. *Childhood and Society*,

publicado originalmente em 1950, foi um grande sucesso editorial, destacando a infância, mas também tratando da juventude norte-americana, da infância e adolescência de Adolf Hitler (e o contexto alemão) e da juventude de Maxim Gorky (e o contexto russo). Segundo A. M. Corzos, nesta obra Erikson,

introduz sua concepção de um desenvolvimento psicológico que evolui de modo **epigenético**, isto é, com uma sequência e vulnerabilidade predeterminada, a qual se vê contraposta com a influência exercida pela realidade social sobre o indivíduo. (apud Erikson, 1987, p. 1, grifos do original)

Erikson concebe 8 “idades do homem”, sintetizadas em uma “carta das idades do homem”, ou “carta epigenética”, exposta em forma de tabela. Cada idade inclui zonas e modos pré-genitais e genitais, cada qual com seu próprio conflito, cuja resolução gera uma nova qualidade adquirida pelo Ego na sua relação com a sociedade. A carta, simplificada, está exposta na Tabela 1.

A resolução de cada conflito interno, como dito, se daria pela relação do Ego, o sujeito, com a sociedade. A cada fase do desenvolvimento individual corresponderia, para Erikson, uma determinada instituição social, cuja relação com o Ego traz a resolução do conflito básico. À primeira infância corresponderia a religião, à segunda a organização político-legal, à terceira a organização econômica, à latência a tecnologia, à adolescência a estratificação social, à juventude os padrões sociais, à idade adulta a educação, arte e ciência e, enfim, à maturidade a filosofia. Percebe-se a tentativa de combinar fases da manifestação da sexualidade humana, vindas da psicanálise, especialmente Ana Freud, com aquisição de hábitos sociais importantes.

Fase	Modo	Conflito	Qualidade adquirida
Fase I: 1ª infância	período sensor anal	confiança básica <i>versus</i> falta de confiança	confiança básica
Fase II: 2ª infância	período muscular anal	autonomia <i>versus</i> vergonha e dúvida	autonomia
Fase III: 3ª infância	período locomotor genital	iniciativa <i>versus</i> culpa	iniciativa
Fase IV: latência	latência	industriosidade <i>versus</i> inferioridade	industriosidade
Fase V: adolescência	puberdade	identidade <i>versus</i> confusão de papéis	identidade
Fase VI: jovem adulto	juventude	intimidade <i>versus</i> isolamento	intimidade
Fase VII: idade adulta	adulto	generosidade <i>versus</i> estagnação	generosidade
Fase VIII: maturidade	maturidade	integração do Ego <i>versus</i> desespero	integração do Ego

Tabela 1: Carta das idades da vida segundo Erik Erikson

Fonte: Erikson (1978, p. 270, figura 17).

Não se deve negar a tentativa de sofisticação de Erikson em seu esquema, pois combina a evolução linear com a dialética, ao estabelecer que o desenvolvimento do Ego se dá por etapas caracterizadas por um conflito básico e próprio. Também, busca relacionar o determinismo biopsicológico com a influência social, num dramático irromper das qualidades supostamente universais do Ego no confronto entre indivíduo e sociedade. Entretanto, neste movimento, o psicanalista menos demonstra padrões e instituições universais e mais revela a

ideologia da sociedade norte-americana, ou seja, os valores então adotados por esta sociedade e as instituições consideradas importantes, bem como o papel de cada instituição. Revela-se também a concepção linear e acumulativa de capacidades pessoais, que neste momento a cultura e a sociedade “ocidental” moderna gerou, mas estas qualidades são interpretadas como universais, ou ao menos potenciais de qualquer ser humano.

Em *Identity, Youth and Crisis*, fruto de conferências e originalmente publicado em 1968, ano de intempestivos movimentos estudantis e contraculturais em diversos pontos do globo, Erikson (1987) afirma ser a “identidade” o principal dilema de nossos tempos – enquanto a sexualidade era a grande questão nos tempos de Sigmund Freud. Os conflitos internos enfrentados pelos “adolescentes” e sua relação com as instituições sociais eram o ponto principal a ser debatido entre os especialistas em desenvolvimento humano. Contra o perigo da “confusão de papéis” se sobrepôr à constituição da “identidade”, Erikson propõe o reconhecimento de algo que a própria sociedade, em sua sabedoria, vinha constituindo: a moratória psicossocial, direito de adolescentes e jovens no mundo contemporâneo. Esta moratória seria um lapso de tempo para que os sujeitos que estavam constituindo suas identidades pudessem ensaiar e errar, experimentando diversos papéis. Tempo em que haveria um relaxamento ou relativização da aplicação das normas sociais em relação ao comportamento juvenil (Krauskopf, 2004).

A moratória psicossocial coloca os jovens em uma condição de liminaridade em relação à sociedade moderna. Isto já havia sido exposto por Karl Mannheim, que indicara que esta liminaridade permitia aos jovens o estranhamento das normas e valores vigentes (Peregrino, 2011). A juventude moderna, submetida à situação liminar, por meio de instituições especializadas como a escola, universidade, grupos juvenis controlados por adultos e a tolerância para com grupos juvenis informais, de certo modo, relativiza o estado considerado como incerto

dos jovens na modernidade por Edgar Morin (1986). Morin afirmou que a juventude se transformara em uma longa adolescência no mundo moderno, uma condição ambígua em que coexistiam e se imbricavam, mas também se distanciavam, o universo infantil e o universo adulto. Mas a tese da moratória social encontra um lugar e tempo mais ou menos à margem dos espaços e rotinas oficiais do mundo público para a saudada experimentação de papéis pelos jovens. A moratória social oficializaria a condição de estrangeiro para a juventude, já reconhecida outrora por Mannheim. Encontrava um correspondente estrutural e funcional, no corpo da sociedade, para o que as sociedades tribais ritualizavam. Von Gennep (2011) descreve as três dinâmicas inscritas nos rituais de passagem: ritos de separação, ritos de incorporação e, entre eles, o estado de liminaridade ou margem. Justamente os ritos de iniciação, como aqueles que marcam a transição pelo sujeito da infância à maturidade plena, são os que mais enfatizam o estado liminar, por vezes fazendo com que o será iniciado passe longo período nesta condição de margem – em local separado do restante da tribo, com regras e tabus específicos, em analogia com a dita moratória psicossocial da juventude na modernidade.

A concepção de moratória psicossocial de Erikson parecia um brilhante projeto civilizatório. Ela expressava uma torrente mais ampla de desejos e interesses, os quais se pode vislumbrar em vários outros autores da época, também moderados politicamente e desconfiados dos movimentos juvenis. Podem ser citados o psicólogo norte-americano Paul Goodman (1971) e o educador e moralista suíço Pierre Furter (1967). Eles também, cada qual ao seu modo, tratam da ideia de se reservar à juventude tempo e lugar para experimentação, bem como a ideia de relaxamento das regras e exigências. E também expressaram suas preocupações em relação à falta de recursos oficiais e canais institucionais para dar vazão àquela irrupção de energias destrutivas nos movimentos juvenis. Até mesmo

alguns autores marxistas, diante destes movimentos, como Eric Hobsbawm (1982), adotaram algo desta preocupação com os sentidos “anárquicos” e destruidores destes “imatuross”.

Mas, desde logo, a tese da moratória social – que expressava desejos e interesses conscientes ou inconscientes da sociedade “oficial” – foi alvo de críticas e denúncias. Segundo Krauskopf (2004), a tese da moratória social, sob a roupagem do cuidado e a aparência de ser espaço de criatividade, era na verdade a negação do exercício pelos jovens de papéis relevantes como sujeitos sociais, já que aí eram considerados como “imatuross”. Também, tendia a provocar a invisibilidade das ações dos jovens ou, quando estas ações se tornavam visíveis, tendia a tachá-las como “perturbação da ordem”. A moratória seria menos uma “sabedoria social” e mais uma “postergação das possibilidades de participação” dos jovens via a estrutura rígida ocupacional e educacional que vigorava (2004, p. 28).

Na verdade, desde muito cedo diversos intelectuais fizeram a crítica à tese da moratória social, segundo Krauskopf (2004). Mas é preciso lembrar que esta crítica também foi feita já nos anos 1960 por universitários – tanto discentes quanto jovens docentes – como aqueles que em Maio de 68 denunciaram, ao seu modo, a balela desta moratória, o aspecto segregacionista e desigual da separação entre crianças/ jovens (“os que nada sabem”) e adultos (“que tudo sabem”), em destaque na educação (Natanson, 1968). Assim, a própria juventude mobilizada em 1968 expressou, de modo contundente, sua insatisfação contra as muitas formas de dominação existentes, entre as quais aquelas de cunho geracional. Dentro dela chegou a ser proposto, em destaque nos movimentos na Itália e França, a “autoeducação”, o “poder estudantil” e a autogestão na educação. Versões mais moderadas recriaram a ideia da cogestão, e ambos, moderados e mais radicais, falaram também da “educação permanente”, para toda a vida, assim como a importância maior da dispo-

sição constante ao aprendizado (o “aprender a aprender”) em relação ao conteúdo por si só (Grosso, 2006).

Outros autores, entretanto, têm apontado que um olhar mais matizado sobre a noção de moratória social pode encontrar aspectos positivos, sem deixar de reconhecer seus limites. Um exemplo é Mônica Peregrino (2011), com base principalmente na obra de Margulis e Urresti (1996).

A definição de juventude adotada por Margulis e Urresti (1996) reconhece a centralidade da experiência da moratória social, a qual, certa época histórica, certos lugares e certas classes sociais puderam oferecer aos seus adolescentes, que viveram então a condição juvenil. A época, a partir do século XIX. Lugares, o mundo europeu e norte-americano, expandindo-se paulatinamente em outros locais tocados pela modernização. Classes, especialmente as elites, depois as classes médias. Mais tarde, e precariamente – em certos lugares, nunca – as classes populares. A moratória social torna-se um período da vida em que se permite postergar diversas exigências sociais – tais como trabalho, matrimônio, ter filhos e formar o próprio lar – e em que há uma especial tolerância para com o comportamento juvenil.

Estes autores consideram fundamental também a experiência geracional, assim como Mannheim, em sua concepção de juventude. Cada geração de jovens, em uma dada época e lugar, por vezes para além ou aquém de desigualdades sociais, culturais e regionais, viveu experiências socializadoras e históricas que a distingue das gerações anteriores. Cada geração teve contato com valores e conhecimentos distintos, e de maneiras diversas, em relação às experiências das gerações mais velhas.

Margulis e Urresti, entretanto, acrescentam, na sua concepção de juventude, a “moratória vital”. Afirmam que concepções culturalistas tenderam a um extremo relativismo na definição de juventude, por não considerarem este núcleo vital, “duro”, energético, chamado de moratória vital – advinda de um “capital vital”, de uma disponibilidade de energia, de

vitalidade e mesmo de tempo de vida maiores, dos jovens, em relação aos adultos e velhos.

Não necessariamente as duas moratórias estão acopladas, ainda que esta seja uma tendência ou um desejo. A moratória vital, presente em jovens de todas as camadas sociais, no caso das camadas populares pode não vir acompanhada do reconhecimento da moratória social: seriam estes os “jovens não juvenis”. A manutenção da condição da moratória social, acompanhada de signos que ostentam uma suposta juventude, pode acontecer com pessoas que já estão com baixa moratória vital: seriam os “não jovens juvenis”. Os “não jovens juvenis” trata-se de um fenômeno cada vez mais comum em nossa contemporaneidade, em que os signos do mundo do consumo estão saturados do apelo à juvenilidade, em que se concebe uma velhice vivida de modo “juvenil” (Debert, 1999) – como uma “Terceira Idade”, em que se pode adotar até mesmo em um final de semana, ou em um período de férias, a identidade juvenil adormecida na mente do adulto com fartos recursos financeiros. Hodiernamente, o “velho aventureiro” parece não causar mais repulsão, diversamente dos tempos em que Simmel escrevia sobre aventura e juventude, até o contrário, pois o velho de hoje precisa aparentar juvenilidade.

Segundo Peregrino (2011), a concepção inicial de moratória social ou psicossocial não se preocupava com as clivagens de classe, enfatizando a unidade das juventudes. Por sua vez, a corrente classista dos estudos sobre juventude colocou estas clivagens acima da unidade geracional – Bourdieu (1983), como já dito, chegou ao ponto de negar a validade da categoria juventude para a análise sociológica. Neste sentido, a proposição de Margulis e Urresti (1996) é um interessante meio termo. Se eles afirmam, à semelhança de Mannheim, que a juventude é uma posição ou situação social – ou seja, uma realidade social efetiva, construída e reconhecida socialmente na modernidade via a moratória social, também dizem que esta posição

é vivida desigualmente pelos sujeitos. Àquela moratória vital do jovem, que lhe é naturalmente dada, mas que precisa ser cultural e socialmente significada para se efetivar, a sociedade pode (ou não) acrescentar outra reserva, excedente ou crédito, agora de caráter social: a dita moratória social. Trata-se de um “tempo doado” pela sociedade para os jovens experimentarem a condição adulta, dando-lhes certa autonomia para “configurar trajetórias de inscrição social” (Peregrino, 2011, p. 281). Mas este tempo varia de acordo com condição social dos sujeitos, oscilando do alongamento indefinido à recusa.

Este “tempo doado” é também uma “postergação sustentada pela sociedade e por suas instituições” das responsabilidades típicas de um adulto. A moratória social, portanto, não é apenas variável, mas também ambígua, pois esta postergação, como já anunciara Bourdieu, afasta os jovens dos “jogos sociais de poder” e adia sua autonomia plena, ficando sob o controle das gerações mais velhas este processo de transição do jovem à posição social de adulto (Peregrino, 2011, p. 282).

3. Cultura, classe e juventudes

A “corrente classista” no interior da sociologia da juventude, nos termos de Pais (1993), componente do que aqui chamo de teorias críticas, relativiza bastante o valor das gerações e dos grupos juvenis nas sociedades cravejadas pela desigualdade das classes sociais. Mais caracteristicamente, como o Centro de Estudos Culturais Contemporâneos da Universidade de Birmingham, combinam o vetor etário e geracional com a determinação da estrutura de classes. No limite, como em já comentado texto de Pierre Bourdieu, negam validade sociológica à noção de juventude.

Phillip Ariés já ilustrara que o processo de reconhecimento da infância e, em sequência, da juventude, se deu pela extensão do tempo de escolarização e, portanto, foi por um bom

tempo fenômeno restrito à aristocracia e burguesia europeia. No que se refere às classes populares, permaneceu na modernidade por largo período algo ou muito daquela condição tipicamente medieval de “mistura de idades” e de entrada precoce da criança no mundo do trabalho. Quanto à estrutura das relações entre os gêneros, esta extensão da escolarização se deu de modo análogo ao da estrutura de classes, ou seja, a escola foi frequentada primeiro pelos que possuíam maior *status* social: filhos das classes abastadas, crianças do gênero masculino. Deste modo, até o século XVIII, na Europa, a escola era monopólio do gênero masculino (Ariés, 1981; Abramo, 1994).

Abramo (1994) demonstra que o tema do conflito geracional foi marcante da sociologia do Pós-Segunda Guerra Mundial, passando a se considerar a rebeldia juvenil e o conflito familiar como certo padrão “normal” da condição juvenil. Mas ilustra que, ao seu lado, outro tema se consagraria então: o tema da cultura juvenil ampla e até universal, para além das diferenças nacionais e das classes sociais, em estudos que focavam a vivência desta cultura no tempo livre e nos espaços de lazer. A crítica a esta pretensa cultura juvenil “extra-classes” é o principal mote da “corrente classista” das teorias críticas da juventude. Seu ponto de chegada é o reconhecimento da desigualdade e da diversidade dos modos de viver a juventude. Por outro caminho, pelo viés da criação cultural no tempo do lazer e no consumo, a corrente “classista” dos estudos culturais chegaria a resultados semelhantes à relativização, feita por Margulis e Urresti, do caráter supostamente universal da moratória social: a combinação entre a condição etária e geracional com a estrutura de classes.

A segunda metade do século XX, ao menos até meados da década de 1970, ficou marcada como a Era Dourada da economia mundial (Hobsbawm, 1995). Segundo Abramo (1994), é o tempo do auge do Estado de Bem-Estar na Europa, da afluência nos países ricos e mesmo nos que estariam “em desenvol-

vimento”, do crescimento do consumo, da redução da jornada de trabalho, do aumento do tempo livre e da interligação entre mercados e juventudes pelos meios de comunicação de massa. A escolaridade obrigatória se expande para mais classes sociais, e se expande também na sua duração. Há mais empregos para jovens recém-formados e estes, com maior recursos para o consumo, são alvo de investimentos de um mercado que se torna específico. O tema do jovem consumidor de mercadorias no tempo de lazer (lanchonetes, *rock’n’roll*, programas de auditório, refrigerantes, chicletes, motocicletas etc.) enseja a ideia de uma ampla e internacional cultura juvenil, inclusive “extra-classe”, que se impõe contra antigas representações, típicas do estrutural-funcionalismo e de parte da Escola de Chicago: as subculturas juvenis marginais (das gangues “desviantes”) ou restritas (dos adolescentes nas escolas de ensino médio).

As formas culturais assumidas pelos grupos juvenis britânicos, nos anos 1950, foram tomados por alguns analistas como exemplos desta cultura juvenil universal, rompedora de barreiras de classe social, já que *teddy boys* dos subúrbios londrinos, depois *skinheads*, *mods* e *rockers*, faziam uso da música dita internacional da juventude, o *rock’n’roll*, e artigos de consumo típicos das classes médias para montar seus estilos espetaculares. Mas, como atenta Helena Abramo (1994), o Centro de Estudos Culturais Contemporâneos da Universidade de Birmingham, na Inglaterra, vai tomar justamente estes exemplos para se contrapor à tese da cultura juvenil universal.

A obra organizada por Stuart Hall e Tony Jefferson, *Resistance through Rituals*, publicada originalmente em 1976, é o grande marco da “corrente classista” da sociologia da juventude e dos estudos culturais de Birmingham (Hall; Jefferson, 1982). Há capítulos teóricos – tratando dos conceitos de cultura, subcultura e estilo, entre outros –, capítulos oriundos de estudos de caso – sobre os *teddy boys*, *mods*, *skinheads*, *rastafaris* e *hippies*, sobre a *black music* e a relação das jovens com as

subculturas, entre outros – e capítulos sobre metodologia de pesquisa – destacando a etnografia.

Apesar de representativo da corrente classista, é uma obra paradoxal, por adotar um referencial teórico normalmente usado para refutar a perspectiva sociológica fundada nas categorias etárias e gerações, o marxismo. Mas se trata de uma leitura do marxismo que valoriza a dimensão cultural e, não à toa, Antonio Gramsci é uma importante referência. O estudo deseja flagrar uma forte relação entre as culturas juvenis, em destaque aquelas espetaculares citadas acima, com a luta de classes, especificamente o âmbito cultural e ideológico da luta pela hegemonia. Se reconhece a dimensão etária e geracional, entretanto, essa, assim como a dimensão cultural, é subsumida à determinação socioeconômica advinda da estrutura de classes sociais, ainda que em uma análise elegante e complexa.

O Centro de Estudos Culturais, nesta obra, elegeu como principal objetivo refutar a existência de uma cultura juvenil universal e, principalmente, “extraclasse”. As “subculturas juvenis” cultivadas pela maioria dos grupos estudados, como os *teddy boys*, *skinheads* e *mods*, derivavam primordialmente da cultura de classe de origem dos membros destes grupos, a saber, a classe trabalhadora britânica. O termo “subculturas” ainda lembra o tom dos estudos estrutural-funcionalistas, mas aqui adquire teor bem distinto. Subculturas juvenis são modos de elaboração e respostas culturais dos jovens que fazem parte de dada classe, portanto, filiam-se à cultura de sua classe e às condições vividas por esta classe. Entretanto, como diferencial do modo como a cultura de classe é vivida pelos adultos, a subcultura juvenil carrega uma resposta peculiar destes jovens, dada sua posição etária e geracional.

No caso dos jovens operários ingleses, por um lado, as subculturas têm a ver com as condições mais gerais do operariado, tratam-se de respostas às transformações vividas pela classe operária no Pós-Guerra, que segmentaram e fragmen-

taram mais esta classe (opondo trabalhadores qualificados a menos qualificados, bem como nacionais a imigrantes) e diminuíram a solidariedade e identidade de classe (com as transformações dos bairros operários e a política conciliatória ensejada pelo Partido Trabalhista e os sindicatos). Por outro lado, as subculturas expressam dilemas que são próprios dos jovens desta classe social: entrar no estrato mais qualificado do operariado ou ficar entre os desqualificados; manter o puritanismo tradicional da classe ou adotar a nova ideologia de consumo. Diante do enfraquecimento das referências de classe, as subculturas indicam a busca de referenciais positivos para os jovens trabalhadores. Também se expressa a valorização dos espaços de lazer e diversão.

Nas subculturas juvenis da classe trabalhadora, os jovens reutilizam formas de adaptação, negociação e resistência vindas da cultura “matriz” operária. Juntam a estas formas, a apropriação de outros elementos culturais (como roupas, músicas, rituais, gírias e estilos de atuação), elementos vindos da cultura de massa, da cultura burguesa e até de antigas tradições operárias. Mas estes elementos de origem externa à cultura “matriz” operária são apropriados de modo peculiar, sendo ressignificados em diferentes direções: os *teddy boys*, com roupas elegantes, afirmam a possibilidade de participar do mundo para além das fronteiras de classe; já os *skinheads*, vindos do operariado mais desqualificado, demonstram uma atitude defensiva do espaço e identidade de classe, afirmando valores como aspereza e machismo, com roupas e cabelos muito curtos, semelhantes aos dos antigos trabalhadores das docas e com atitude belicosa contra operários mais afluentes e imigrantes. As subculturas juvenis não são apenas “construções ideológicas” portanto, mas também meios para negociar espaços e sentidos no campo da luta pela hegemonia cultural. Ao mesmo tempo, expressam a busca de novos sentidos, valores e espaços aos jovens desta classe social. São formas de

negociação e resistência diante da cultura dominante (Clarke et al., 1982; Clarke, 1982; Abramo, 1994).

Além das subculturas juvenis expressarem a condição da classe trabalhadora no Pós-Guerra e a posição peculiar dos jovens nessa classe, há a expressão da estrutura das relações entre os gêneros. As garotas estão menos presentes e aparecem menos nas subculturas, normalmente em posição secundária – em homologia com a posição subordinada da mulher na vida adulta da classe trabalhadora, vinculada à esfera da família e a atividades complementares no trabalho. A representação das subculturas juvenis na mídia e mesmo em algumas análises teóricas reforça também esta invisibilidade das garotas, ao enfatizar os valores masculinos das subculturas. Apesar de haver pequenos grupos femininos entre os *teddy boys* e os *skinheads*, apenas com os *mods* (um estilo mais “leve”) a participação feminina se torna mais expressiva (McRobbie; Garber, 1982).

Há subculturas juvenis também nas classes médias, destacando-se, nos tempos de publicação de *Resistance through Rituals*, os *hippies*, os movimentos estudantis e a “cultura das drogas”. Assim como as subculturas da classe operária fizeram, estas expressam as contradições específicas da cultura “matriz” das classes médias no Pós-Segunda Guerra: mudanças estruturais como a proliferação dos “colarinhos brancos” e novas profissões, a expansão da educação, a afluência material etc. A tensão se exprime nos diferentes valores adotados pelos adultos de classe média (vinculados aos valores tradicionais desta classe) em oposição aos dos jovens integrantes da contracultura: estilo contra *status*, comunidade contra a família nuclear, anticapitalismo e antissindicalismo contra o pró-capitalismo, nomadismo contra a valorização do lar, “enclaves” em vez da área residencial, *work-is-play* (“trabalho como lazer”) em vez da dicotomia lazer/trabalho, participação direta em vez da representação formal, ausência de liderança contra o elitismo, o público como pessoal contra a oposição cí-

vico/privado, escolas livres ou *de-schooling* (desescolarização) contra o sistema privado/público tradicional, “cena” *versus* clube, ideal da “vida é arte” contra a alta cultura, “butique” contra a alta moda, anti-consumo *versus* alto consumo, anti-materialismo contra materialismo, postura libertária contra a sobriedade, proposta de transcender os papéis em vez de se adaptar aos papéis, quebra dos papéis de gênero contra a oposição masculino/feminino (e domínio do masculino), individualismo fraternal contra individualismo possessivo. Os autores concluirão que se tratava de mero desvio momentâneo de rota das classes medias, derivado da contraditória adaptação desta classe à nova configuração do capitalismo do Pós-Guerra (Clarke et al., 1982).

O Centro de Estudos Culturais fornece conceitos e perspectivas relevantes para pensar a relação entre juventude e estrutura de classes, e o faz dentro do campo da cultura. É um interessante exercício observar, contudo, que *Resistance through Rituals* traz elementos que podem configurá-la também como precursora das teorias “pós-críticas” da juventude – assim como Silva (2010) vê nos estudos culturais da Universidade de Birmingham a origem de parte das teorias pós-críticas do currículo. Para tanto, faltaria afastar o mecanismo da determinação de classe, fortalecendo a noção de “estilo” e de ressignificação dos bens culturais, abandonando a centralidade do papel da luta de classes pela hegemonia, em favor da autocriação de grupos juvenis e identidades. Reforçar-se-ia também a multiplicidade contida no subtítulo da obra, “subculturas juvenis”, assim, no plural, presente no reconhecimento dos diversos caminhos possíveis, dentro de uma mesma classe social, para criar-se um “estilo”. Também, presente no reconhecimento de que não apenas a estrutura de classes condiciona a criação de subculturas, mas também o gênero e até a nacionalidade e a vinculação étnica. Há mesmo um autor que está presente nos dois momentos dos estudos culturais: Stuart

Hall – um dos organizadores de *Resistance through Rituals* e coautor de importante capítulo teórico desta obra (Clarke et al., 1982). Mais tarde, Hall aproximaria os estudos culturais do pós-estruturalismo e do pós-modernismo, afastando-se do marxismo cultural (por exemplo, em Hall, 2006).

Em sentido diverso, *Resistance through Rituals* por vezes se aproxima da negação da própria noção de juventude e geração. São momentos em que o marxismo ortodoxo é mais marcante, especialmente no capítulo destinado a criticar o uso ideológico e mercadológico de juventude, assim como as obras sociológicas sobre juventude, geração e cultura juvenil (Murdoch; McCron, 1982). Segundo seus autores, o uso ideológico do termo juventude para neutralizar a consciência de classe tem origem na classe média vitoriana, já antes da década de 1850, com o novo *ethos* criado por novas escolas e revistas britânicas – de início, limitado à classe média. Logo, revaloriza-se também o patriotismo, tendo o socialismo e a Alemanha como as grandes ameaças a derrotar, por meio da criação de agências como a Boys Brigade e os Escoteiros de Baden Powell. Na academia, Ortega y Gasset e, mais tarde, Karl Mannheim contribuem para uma concepção destinada a neutralizar o valor da classe e da luta de classes como agentes históricos. O lugar seria ocupado pela geração e pela juventude.

Mas a mais contundente negação do valor sociológico da juventude não veio de marxistas. Tão paradoxal quanto o fato de o marxismo recriado pelos estudos culturais ter mais tarde dado origem a uma corrente pós-estruturalista e pós-moderna, é o fato de que uma das principais negações do valor sociológico da noção de juventude veio de Pierre Bourdieu (1983), sociólogo que é mais influenciado por Max Weber do que por Karl Marx. Paradoxal, porque foi justamente a corrente weberiana, por meio de Karl Mannheim, quem mais valorizou a geração e a juventude como significativas “situações sociais”.

O sociólogo francês já alertara sobre o risco de se fazer uso da linguagem do senso comum na formulação de conceitos sociológicos e do perigo do contrabando de interesses dos poderosos nos temas da pesquisa científica (Bourdieu, 1988). Neste sentido, para Bourdieu (1983) a “juventude é apenas uma palavra”, pois ela é, sobretudo, um instrumento de demarcação no espaço social. A ideia de juventude tem sido recorrentemente usada, e não apenas nos séculos mais recentes, para demarcar territórios que restringem o acesso a direitos ou privilégios. Ela afirma que certos sujeitos, os “jovens”, são incapazes de exercer certas prerrogativas sociais. Esta demarcação mantém privilégios para certos grupos, por serem seus membros considerados como “maduros”. Também, a noção de juventude nega posições muito distintas na estrutura de classes, tentando escamotear a flagrante desigualdade entre jovens das classes médias e das classes trabalhadoras.²

A resposta de Margulis e Urresti (1996) a Bourdieu, assim como diante da crítica à noção de moratória social, foi conciliadora: “a juventude é mais do que uma palavra”. Ou seja, a juventude, ainda que seja uma representação simbólica, permeada de valores ideológicos, é também uma realidade social concreta. Ainda que fosse apenas um instrumento ideológico de demarcação, a juventude já seria algo real na vida social, algo que tem poder simbólico. Como já foi dito, mais recentemente, o termo juventude ganhou uma conotação bastante positiva, como “juvenilidade” (Santos, 1992), como padrão de

2. Em *Homo Academicus*, em capítulo sobre o movimento de 1968, Bourdieu (1984) explica a revolta a partir da análise das posições dos sujeitos envolvidos (estudantes e professores) no campo acadêmico e no espaço social mais amplo das classes sociais. O movimento, por vezes, se expressou como revolta da juventude ou da nova geração, o que é considerado, por Bourdieu, mais como um verniz ideológico, com a função de escamotear as tensões e incômodos dos ocupantes de posições ambíguas e frágeis no interior do campo acadêmico, contradições que, por sua vez, são parte das lutas e reacomodações no espaço social mais amplo.

corpo, estado de espírito e comportamento social a ser seguido inclusive por adultos e velhos (a “Terceira Idade”).

Neste sentido, o termo juventude indica formas de ser e de se relacionar que são reais, ainda quando apenas imaginadas ou desejadas por distintas camadas sociais. Os sociólogos argentinos Margulis e Urresti (1996) afirmam que, apesar de haver realmente uma diversidade de juventudes, há alguns princípios comuns que as norteiam. Primeiro, a moratória social, como realidade ou desejo, conforme já discutido, ou seja, o direito a um período de experiências, a um tratamento mais tolerante em comparação com outras categorias etárias e ao adiamento de certas obrigações sociais (referentes ao trabalho, a constituir família e ter sua própria moradia). Segundo, a experiência geracional, como já afirmava Karl Mannheim, ou seja, é toda uma geração que tende a passar por experiências históricas e sociais comuns, compartilhando tais experiências que podem possibilitar uma “unidade de geração” (uma forma comum de sentir o mundo e interpretar os fatos presentes, distinta do modo como fazem as gerações precedentes). Enfim, como terceiro elemento que tende a marcar a condição juvenil, a moratória vital, ou seja, uma maior disponibilidade de energia, vitalidade e tempo de vida dos jovens em comparação com adultos e idosos.

4. Dialética da condição juvenil

As teorias críticas na sociologia da juventude, em suas variantes geracional e classista, passíveis de retradução como vertentes reformista e revolucionária, foram marcantes da segunda metade do século XX. Elas criaram e recriaram importantes conceitos, como geração, moratória social e subculturas, e trouxeram novos temas, como conflito de gerações, movimentos juvenis, cultura e lazer. Estas teorias criticaram e

ressignificaram aquelas concepções de juventude elaboradas pelas teorias tradicionais.

Primeiro, as teorias críticas valorizaram o potencial contestador da juventude, potencial que passou a ser visto como algo positivo, capaz de renovar as sociedades e permitir o avanço da civilização, como Karl Mannheim – e não mais como mero “desvio” ou “anormalidade”.

Segundo, conceberam a juventude como tempo e momento para a experimentação de papéis sociais, com espaços, institucionalizados ou não, em que há certo relaxamento das normas sociais em relação aos jovens – a moratória social.

Terceiro, avançaram no processo de “desnaturalização” da categoria juventude, aumentando a consciência sobre o caráter social e cultural do reconhecimento desta categoria. Percebeu-se melhor o papel das instituições sociais (Estado, escola, legislação, mundo do trabalho, família etc.) na marcação das etapas do curso da vida e relativizou-se o caráter “natural” ou “biológico” das idades da vida – este caráter natural existe, mas sempre precisa ser ressignificado pela sociedade e cultura. Se Mannheim inicia este movimento, ainda que com limites, a corrente “classista” o reforçaria, chegando em alguns casos a negar validade sociológica à categoria juventude – entre os extremos, a percepção de que a possibilidade de viver a moratória social é limitada pela condição de classe, de gênero e étnica, entre outras, encaminhando as teorias críticas ao próximo ponto.

Quarto, as teorias críticas deram início ao reconhecimento da diversidade de vivências da juventude, de acordo com a classe social, o gênero, a etnia, a nacionalidade etc. do jovem em particular. A radicalização deste reconhecimento encaminharia parte da corrente “classista” às teorias pós-críticas da juventude.

Quinto, as teorias críticas acabariam por valorizar as chamadas subculturas juvenis, especialmente os estudos culturais – mais tarde, nas teorias pós-críticas, as subculturas são renomeadas como culturas, estilos, grupos, identidades, “tribos”

etc. Valorizam-se cada vez mais as experimentações de pequenos coletivos e indivíduos que ressignificam ou transgridem a cultura e os valores sociais vigentes, muitas vezes dando origem a novos valores, comportamentos e bens culturais integrados ao mercado de consumo, mas podendo denotar um permanente estado de resistência ou criação transgressora.

Os anos 1970 iriam presenciar novas configurações daquelas subculturas juvenis e dos movimentos juvenis. Desde então, tanto como resposta quanto como potencializadora da nova e complexa situação, a sociologia da juventude passa a desenvolver novas teorias, as teorias pós-críticas. As concepções sociológicas de juventude, focadas tradicionalmente na socialização e criticamente na capacidade de renovação, implodem. A sociologia da juventude tenta viver dos cacos colhidos por suas reflexões e pesquisas. Mas estes são temas do próximo capítulo.

Penso que, antes, ainda há um ponto importante a discutir. Trata-se de um legado possível de se cultivar com base nas teorias críticas. A partir da observação e análise do movimento histórico das sociedades modernas, ao menos até os anos de 1960, pode-se vislumbrar uma concepção dialética da condição juvenil. Dialética, porque concebe a sociedade moderna, tal qual Marx e Engels (1988) indicaram já no início do “Manifesto Comunista”, como palco de contradições, tensões e lutas entre os grupos sociais que a compõem. Na verdade, para Marx e Engels toda sociedade (com exceção, talvez, das comunidades “primitivas”) é intrinsecamente contraditória, nunca um arranjo harmonioso entre as partes, ao contrário do que desejaria o estrutural-funcionalismo. Neste sentido, é também a juventude, ou a condição juvenil, na sociedade moderna, alvo e fruto de tensões, conflitos e rearranjos, parte das lutas sociais para estabelecer o domínio de certos grupos sociais, seu projeto político e visão de mundo.

Certamente, os estudos culturais da Universidade de Birmingham compartilham desta concepção, ao pensar as subcul-

turas juvenis. Em complemento a eles, entretanto, penso que é possível conceber esta dialética da juventude não apenas como algo subordinado aos conflitos de classe e à estrutura socioeconômica, sem desconsiderar a enorme importância destas relações entre classes e categorias etárias. É que a sociedade moderna também é composta de uma estrutura de categorias etárias, que lhe é própria, fruto de um movimento histórico de institucionalização e controle. As pessoas não vivem apenas em dada classe social, mas também em certo grupo etário (conforme o momento do curso de sua vida), e este grupo etário não é algo tão somente “natural” – é, sim, o reconhecimento social do valor da cronologização do curso da vida e da necessidade de colocar indivíduos de idades semelhantes juntos. Entretanto, esta estrutura de categorias etárias é atravessada, tanto quanto a estrutura de classes, por tensões, disputas e conflitos.

A juventude como categoria etária e grupos etários homogêneos foi formada e é mantida, a princípio, por instituições sociais modernas, tais como Estado, legislação (trabalhista, criminal, eleitoral, relativa a crianças e adolescentes etc.), instituições educacionais (escolas, orfanatos, instituições socioeducativas, quartéis etc.) e inclusive movimentos juvenis controlados por adultos (ligados a partidos, ao Estado e a igrejas). Realiza-se assim, o que foi descrito como institucionalização e cronologização do curso da vida, explicitado pelo avanço da escolarização obrigatória – na qual as diferenças individuais entre crianças e adolescentes são ignorados pela seriação e a determinação dos conteúdos a serem ministrados (Kohli; Meyer, 1986). Realiza-se a distribuição dos indivíduos em grupos etários homogêneos, tal qual a descrição de Eisenstadt (1976), em que se destacam os grupos juvenis e a função de garantir a chamada socialização secundária. Enfim, pode-se interpretar esta tendência da modernidade do modo como fez Foucault (1999) em “Vigiar e punir”: processo histórico em que a intenção de controle, disciplina e mobilização dos indivíduos tidos

como crianças e jovens se fez por uma rede penetrante e múltipla de instituições disciplinares, marcadas pela vigilância, normatização, individualização e avaliação contínua.

Mas há o segundo momento, o que instala a contradição. Os jovens podem criar seus próprios grupos informais e estilos potencialmente “desviantes” e contestadores. E o fazem, efetivamente, como se espantam sociólogos estrutural-funcionalistas de veio conservador como David Matza (1968), que categorizou estes desvios em três modalidades hediondas, alimentadas por “tradições ocultas” que seduziam certos jovens: delinquentes (atraídos pelas tradições do mundo do crime), boêmios (atraídos pelas tendências hedonistas e de contestação artístico-comportamental) e radicais (atraídos por tradições políticas da extrema-esquerda sobreviventes dos períodos revolucionários). Eisenstadt e mesmo Parsons, em versões mais moderadas, encontram valor e função aos grupos juvenis informais, pois estes grupos complementam a socialização secundária e servem para amenizar dificuldades vividas pelos jovens na angustiante transição à vida adulta em uma sociedade mais complexa. Eles reconhecem mesmo que entre a condição “normal” desta informalidade e a manifestação desviante há uma linha contínua, sem uma clara ruptura entre elas. Em geral, contudo, afirmam que a sabedoria inconsciente das estruturas sociais minimizava aquelas tendências desviantes.

Caberia dizer, contudo, que a possibilidade dos jovens formarem grupos informais é, em parte muito importante, fruto do próprio processo de institucionalização do curso da vida – que constituiu grupos etários homogêneos controlados pelos adultos mas distintos dos grupos familiares (etariamente heterogêneos). Nos interstícios das instituições, ou quando termina o tempo delas, podem os sujeitos agora classificados como “jovens” criarem seus próprios grupos, não apenas para completar o difícil processo de socialização na modernidade, mas também para criar sentidos à própria convivência juve-

nil. Diante destas manifestações por demais autônomas dos jovens, por vezes as organizações modernas respondem com uma nova onda de institucionalização e disciplinarização, a qual adquire sentidos diversos, procurando superar limites e contradições do movimento inicial – apenas para engendrar novas tensões e a expressão de outros modos informais e autônomos dos grupos juvenis.

Além de grupos juvenis informais desviantes e contestadores, vários jovens, especialmente estudantes das classes burguesas e pequeno-burguesas, ao menos desde o final do século XVIII, na Europa, participaram de organizações, movimentos e partidos de contestadores adultos. Estes movimentos, e a participação dos jovens, ficou eclipsada pelo caráter “popular” dos movimentos revolucionários do final do século XVIII, bem como pelo caráter de classe trabalhadora das organizações radicais do século XIX. Estes grupos juvenis, em geral, eram comandados por adultos: grupos juvenis formados pela Franco-Maçonaria ou sob sua inspiração (inclusive alguns com apelo místico e esotérico, como os Rosa-Cruzes); grupos evangélicos anti-institucionais (pietistas, quacres e metodistas); sociedades secretas insurrecionais contra a Restauração (como os carbonários); juventudes nacionalistas de Mazzini; grupos juvenis formados por seguidores dos socialistas “utópicos” (como as “Crianças de Saint-Simon”); sociedades ginastas e fraternidades universitárias na Alemanha; a Boêmia parisiense etc. (Gillis, 1981). Não são necessariamente grupos políticos, nem mesmo apenas “progressistas”. Há também movimentos religiosos, místicos e culturais, com tendências ideológicas diversas como republicanismo, nacionalismo, socialismo “utópico” e até conservadorismo. O que parece ser invariável é o tom inconformista, muitas vezes com caráter insurrecional e interpretando as ideologias naquilo que eram favoráveis ao voluntarismo, valorizando menos a experiência acumulada e mais a “experimentação”, a vivência de novas sensações.

John R. Gillis (1981) indica que o momento mais importante de institucionalização das juventudes foi o que chamou de “Era da Adolescência”, que se deu entre 1900 e 1950 (coincidindo com o período da hegemonia das teorias tradicionais da sociologia da educação). A “Era da Adolescência” está intercalada entre dois momentos históricos de maior mobilização das juventudes: o período de 1770 a 1870 (abordado acima) e os anos 1950 e 60. Os anos 1950 e 60 refletem, nos seus movimentos juvenis, tanto os processos de institucionalização da “Era da Adolescência” quanto os novos processos, como a massificação das universidades e o crescimento da indústria cultural. São movimentos e manifestações mais conhecidos, como os “rebeldes sem causa”, a agitação coletiva em torno do *rock and roll*, os *hippies*, as contraculturas, os movimentos estudantis, Maio de 68, etc.

Avançando em relação ao período em que Gillis para, poderia se aventar a hipótese de que, a partir dos anos 1970, inicia-se um novo ciclo de integração das juventudes, principalmente por meio da ação das indústrias culturais, do marketing e dos mercados de consumo juvenil. Entretanto, o que ocorreria ao longo dos anos 1960, em especial no incendiário ano de 1968, talvez tenha posto totalmente em causa esta estrutura moderna das categorias etárias.

Os movimentos juvenis dos anos 1960 se deram, primeiro, por meio da participação de estudantes e outros jovens nos movimentos de independência e anti-imperialistas no chamado Terceiro Mundo. Também no Segundo Mundo, nos movimentos estudantis por democracia e reformas no mundo socialista soviético e na contraditória Revolução Cultural Chinesa e seus guardas vermelhos. No Primeiro Mundo também houve movimentos estudantis, destacando-se aqueles nas universidades e escolas secundárias em 1968. Maio de 68, na França, é o grande símbolo destes tempos. Mas 1968 viveu uma verdadeira “onda mundial de revoltas”, em instituições educacionais e no interior da chamada sociedade civil não apenas

na Europa e Estados Unidos, países capitalistas “desenvolvidos”, mas também na América Latina, África e Ásia, em países ditos socialistas e “em desenvolvimento”. E os movimentos juvenis se expressaram também por meio das contraculturas, das quais o movimento *hippie*, cujo epicentro foram os Estados Unidos, foi o mais conhecido; mas cada local do mundo que conheceu movimentos estudantis, ao lado ou no interior destes movimentos, observou também acontecimentos contraculturais, por meio de criações artísticas e expressões comportamentais contestadoras e inovadoras (Grosso, 2005; 2006).

Os movimentos juvenis dos anos 1960 foram o fim de uma época, mas também o anúncio de outra. E um anúncio de outra era que poderia ser diferente daquilo que realmente se firmou. Primeiro, no seu caráter mundial, o ano de 1968 pode se caracterizar como uma espécie de anúncio antissistêmico da globalização. Esta onda mundial de revoltas expressou, em cada país e mesmo localidade, problemas e contradições específicas, mas também elementos que transcenderam a dimensão nacional da revolta, anunciando a formação de redes transnacionais de comunicação, cultura e mobilização social que as instituições “oficiais” econômicas e políticas só fariam uso maciço anos depois.

Em segundo lugar, os movimentos juvenis romperam com certo padrão de organização social que parecia sedimentado naquela “Era dos Três Mundos” (Denning, 2002) e da economia mundial ascendente. Para entender isto, é preciso adotar a perspectiva “classista” da sociologia da juventude, combinando a condição juvenil (como categoria etária e geração) com a classe social, aquilo que já fizeram os estudos culturais. Percebe-se assim que se tratam de movimentos de jovens que vêm sobretudo das chamadas novas classes médias, em especial estudantes universitários. Os movimentos contestam, de modo nem sempre consciente, a rigidez da estrutura das categorias etárias da modernidade, o que significava contestar o poder dos adultos e das instituições controladas pelos adultos

na determinação dos processos de socialização e integração na vida pública e no mundo do trabalho. Mas houve também, em medida menos relevante, a presença de jovens trabalhadores operários, em especial na França e Itália em 1968. Esta presença ajuda a revelar que algo maior do que as relações entre gerações da classe média estava também sendo contestado, o pacto fordista, discutido adiante.

Contesta-se também, o que é explícito nas contraculturas, os valores culturais e os padrões de comportamento vigentes, que pareciam mesmo inadequados para um período de maior riqueza acumulada, em tempos de “anos dourados” da economia mundial e de forte apelo ao consumo. Os padrões vigentes defendiam o ascetismo, exigiam dos jovens a moratória sexual (a postergação das atividades sexuais, apesar da capacidade física dos corpos juvenis), propunham aos jovens a adoção de um projeto de vida estreito e por vezes visto como tacanho (combinando casamento e emprego) e adiavam a possibilidade de participação social e política efetiva dos jovens. Por sua vez, os valores das contraculturas, que em parte relevante penetraram os movimentos estudantis, pregavam a ética do hedonismo, a legitimidade do prazer imediato e a libertação sexual.

Estas contestações – da moral vigente, da socialização rígida e heterodirigida e da própria estrutura de poder entre as gerações – também significava a contestação do chamado “pacto fordista”. 1968 foi o principal signo do anúncio de uma crise iminente, do colapso do modo de ser que fora típico da economia industrial – diante do qual o capitalismo teria de se metamorfosear e o socialismo soviético não iria suportar. O compromisso fordista, pacto mais tipicamente firmado no Primeiro Mundo – ainda que quase sempre de modo tão somente tácito – significava, de um lado, concessões de benefícios (direitos de bem-estar quantitativo) aos trabalhadores assalariados (categoria que passou a incluir as novas classes médias no Pós-Segunda Guerra); de outro, a disciplina por

parte da classe assalariada, a aceitação da heteronomia no processo produtivo e nas relações de trabalho. Porém, pressões pelo controle do processo de produção por jovens operários, bem como por bem-estar mais qualitativo por movimentos juvenis, anunciavam o rompimento deste pacto, primeiro por parte dos que deviam aceitar – no presente ou no futuro próximo – aquela obediência fatalista. O pacto se rompe definitivamente a partir de 1971-73, com o fim dos “anos dourados” da economia mundial, por meio da crise da economia industrial, anunciada com o fim do padrão ouro para o dólar e iniciada com o Choque do Petróleo. A superação do compromisso fordista encaminhou o sistema capitalista para sua reciclagem como capitalismo de tipo flexível (em vez de fordista), neoliberal (em vez de intervencionista) e global (em vez de nacional ou internacional).

O ano de 1968 expressou insatisfação de jovens estudantes, e em alguns casos, de jovens trabalhadores (como nas greves na França e Itália), para com a estreiteza de horizontes daquele pacto, que parecia tão favorável aos poderosos e limitador da capacidade criativa humana. Mas a implosão do pacto fordista foi também a implosão da estrutura das categorias etárias da modernidade. Tanto uma quanto a outra foram anunciados, e iniciados, pelos movimentos juvenis.



CAPÍTULO 3

TEORIAS PÓS-CRÍTICAS DA JUVENTUDE: DESINSTITUCIONALIZAÇÃO, TRIBALISMO E SOCIALIZAÇÕES ATIVAS

A trajetória da sociologia da juventude a partir dos anos de 1970 é bastante complexa. É difícil resumi-la em pouco espaço. Mas penso ser possível uma síntese, considerando o tema da construção e re-construção da noção sociológica de juventude. A palavra-chave desta síntese é implosão: a detonação de dentro para fora de um edifício. Os edifícios que implodem são a estrutura social moderna, o eixo paradigmático da sociologia clássica e a estrutura moderna das categorias etárias.

E a própria concepção sociológica de juventude implode. Um a um, os elementos tradicionais desta concepção são colocados em causa: a transição linear da juventude à idade adulta, a socialização como obra das gerações mais velhas que integra o sujeito jovem em uma estrutura social consolidada, a moratória social como postergação do direito ao exercício da sexualidade, do consumo e da participação social pelos jovens, a associação clara entre cada categoria etária e determinadas funções e instituições sociais, entre outros aspectos derivados.

O capítulo busca apresentar estas implosões e alguns dos caminhos seguidos pela sociologia da juventude em suas teorias pós-críticas. Entre os caminhos apresentados, a análise do processo de desinstitucionalização do curso da vida e a sociedade capitalista da acumulação flexível, a metamorfose da juventude em juvenildade e a sociedade de consumo, a assunção de tribalismos e a sociedade pós-moderna, a multiplicidade de socializações ativas e a segunda modernidade.

1. Implosão dos paradigmas sociológicos

Como dito na introdução, a sociologia constituiu em meados do século XX um conjunto de premissas derivadas de três grandes clássicos tomados como fundamentos da teoria social: Durkheim (e a premissa da realidade dos fatos sociais), Marx (e a premissa da configuração contraditória da realidade social) e Weber (e a premissa de que mecanismos legitimadores garantem relativa estabilidade às formações sociais). Talcott Parsons realizou uma imperfeita sistematização teórica a partir destas premissas – imperfeita, porque tentou excluir Marx –, o estrutural-funcionalismo, que também foi muito importante para a constituição da sociologia da juventude (foi a principal teoria tradicional da juventude). As contestações a Parsons, principalmente a partir dos anos 1960, se fizeram a partir da reinterpretação dos autores clássicos como fontes e, portanto, não colocaram em causa, fundamentalmente, as premissas do ofício sociológico (Wallerstein, 2002).

Desde o final do século passado, entretanto, em especial com o desafio do pós-modernismo, do pós-estruturalismo e dos estudos culturais, houve certa implosão paradigmática na sociologia. Chamo de implosão o que considero um esmigalhamento dos saberes sociológicos (teóricos e metodológicos) a partir do desafio feito por essas correntes de pensamento. Conceitos e recursos metodológicos dispersaram-se bem mais, cabendo ao cientista social realizar uma verdadeira montagem de um quebra-cabeça, juntando peças dispersas, em que cabe muito espaço às escolhas e aos arranjos inventados pelo pesquisador. Ou, então, a sociologia pode virar uma profissão de fé, quando se adota de modo mais ou menos ortodoxo certa escola teórica, imaginada como um *corpus* fechado teórico e metodológico. Mas mesmo aí, também há o papel de escolha do sociólogo – qual escola em “pacote fechado” ele adotará.

Do ponto de vista da diversidade teórica, a situação da sociologia atual lembra à do início do século passado, antes da hegemonia do estrutural-funcionalismo. Manuais de sociologia deviam apresentar bem mais que a tríade Durkheim/Marx/Weber como fundamentos do saber sociológico, e bem mais escolas e autores precisavam aparecer. Mas eram tempos em que a sociologia ainda se firmava como ciência e disciplina acadêmica, além de ser muito distinta conforme o país onde era praticada.

Nos dias atuais, revela-se uma crise dos saberes disciplinares e científicos, que vai para além da própria sociologia e parece atingir todas as ciências. Portanto, trata-se de uma diversidade resultante de crise e de implosão paradigmática, e não porque se vive o momento de constituição de um campo de saber. A sociologia da juventude, como subcampo da sociologia, também vai enfrentar essa crise.

Se há algo que resta de valioso do saber sociológico, é a capacidade de relacionar uma transformação particular com transformações mais amplas. A crise da sociologia tem a ver com a crise da modernidade. É claro, essa crise paradigmática da sociologia tem algo a ver com a estrutura interna do próprio campo, acossada por outros paradigmas e alternativas teóricas. Mas se relaciona a transformações históricas e sociais mais amplas, da qual ela mesma é um componente. A implosão paradigmática da sociologia, incluindo a sociologia da juventude, coincide historicamente com a implosão da própria economia mundial e da “Era dos Três Mundos”, desde ao menos os anos 1970, tratada no final do capítulo anterior. Não se trata de uma coincidência, na verdade. A crise da sociologia resulta da crise da própria sociedade moderna – em suas vertentes capitalista “desenvolvida”, capitalista “em desenvolvimento” e socialista. Mas é também fruto da tentativa da sociologia de compreender essa crise.

No que se refere à sociologia da juventude, dois movimentos teóricos podem ser destacados. Eles talvez possam sintetizar os caminhos díspares que a sociologia da juventude tomou em sua era de teorias pós-críticas.

O primeiro movimento é oriundo da ruptura da noção de totalidade: contesta-se a possibilidade de conceber a realidade social como um todo, um sistema, mesmo que contraditório. A fonte desta ruptura é a aplicação das concepções pós-modernistas e pós-estruturalistas à teoria social e à sociologia da juventude. Por meio desta aplicação se afirma que já não há uma real ou possível integração social a realizar, pois em vez de uma sociedade unitária, há uma série de redes e fluxos de pessoas e objetos, de caráter múltiplo, aberto e mutante (Latour, 1994). Homens e mulheres circulam por entre grupos, redes e massas, assumindo e recriando papéis em diversos momentos do dia, do ano e da vida. Se o curso da vida não caminha mais para uma integração plena a uma estrutura social dada, ainda que contraditória e incoerente, os sujeitos circulam por entre tribos, criando e recriando inúmeras identidades fluidas e transitórias (Maffesoli, 1987).

O segundo movimento é oriundo da ruptura da noção tradicional – mantida pelas teorias críticas – de socialização, tida como uma via de mão única, ao menos desde Durkheim (1978), em que gerações adultas educam as novas gerações. Este movimento, a princípio, é menos radical que o anterior, já que, tipicamente, concebe menos uma mudança civilizacional absoluta (da modernidade à pós-modernidade), e mais uma mudança profunda no interior da própria modernidade. A sociedade moderna torna-se flexível (em vez de rígida ou fordista [Harvey, 1992]), líquida (em vez de sólida [Bauman, 1999]), reflexiva (em vez de se manter por resquícios das tradições [Beck; Giddens; Lash, 1997]) etc. Nesta outra modernidade, a socialização se torna mais plural, tem participação

mais ativa dos sujeitos e admite até reversibilidades – são as socializações flexíveis e ativas.

Dos fragmentos múltiplos, mutantes e em fluxo de conceitos, metodologias e posições – esta verdadeiro quebra-cabeça desmontado e sem modelo, que se tornou a sociologia da juventude contemporânea – tento oferecer alguns guias de interpretação. Desejo, ao menos, que sejam pontos de partida para pesquisadores sobre a juventude, e os próprios jovens, criarem outros e melhores guias. A não ser que a sociologia não seja considerada mais, nem ao menos, como a possibilidade de encontrar a saída do labirinto da vida social.

Em um primeiro momento, entretanto, é preciso debater com a produção sociológica e de campos afins que trataram de um aspecto em particular daquela crise da modernidade: a implosão da estrutura das categorias etárias modernas. Esta produção já indica aqueles caminhos acima aludidos, que desembocam nas teorias do tribalismo e das socializações ativas.

2. A implosão das categorias etárias e a desinstitucionalização do curso da vida

Do mesmo modo como a crise da sociologia resultou em uma implosão dos seus elementos constituintes (uma implosão paradigmática), penso que a crise da moderna estrutura das categorias etárias resultou em uma implosão destas categorias. Ou seja, as categorias etárias não desapareceram, mas se dispersaram, fragmentaram e perderam sentido unívoco, podendo formar um todo de certa coerência apenas com dificuldade, por meio da manipulação pelos sujeitos interessados – os sujeitos que transitam pelo curso da vida (ou seja, todos e cada um de nós).

Processos históricos recentes fizeram com que, na contemporaneidade, fosse colocada em causa a estrutura “clássica” ou moderna das categorias etárias. Esta estrutura era oriunda da cronologização do curso da vida e de uma dada institucio-

nalização deste mesmo curso, processos que vislumbraram um padrão para cada categoria etária – infância, juventude, idade adulta e velhice. Cada categoria etária estaria ligada, ao menos como projeto civilizatório, a uma faixa etária legalmente definida e a uma determinada instituição social. Infância e juventude ligavam-se à escolarização e à formação para o mundo do trabalho. Idade adulta seria a idade da plena inserção no mundo do trabalho. A velhice relacionava-se à aposentadoria (Peralva, 1997).

A modernização ocidental buscou se compor também a partir de uma estrutura de categorias etárias bem definidas e demarcadas, em que os saberes disciplinares e as ciências informavam a *práxis* das instituições, principalmente estatais e jurídicas, sobre como se deveria proceder em relação a cada faixa etária. Tratam-se dos processos de cronologização e institucionalização do curso da vida. As estruturas sociais do mundo moderno, neste sentido, não se caracterizam apenas pela urbanização, industrialização, mercantilização da vida e a estrutura de classes sociais, mas também pela estruturação supostamente rígida de faixas ou categorias etárias (infância, juventude, maturidade e velhice).

A medida da vida em “anos”, a idade cronológica, foi o melhor critério encontrado pelas ciências e instituições ocidentais modernas para uma avaliação que se queria universal, abstrata e objetiva das características de cada fase da vida, bem como do processo de transição entre estas fases, o curso da vida em si mesmo (Fortes, 1992; Kohli; Meyer, 1986). Por meio deste critério, toda a diversidade cultural, social, regional, religiosa etc. poderia ser abstraída, permitindo às ciências e saberes práticos definir como se portar diante de cada estágio do desenvolvimento humano. A educação, notadamente, vai fazer largo uso deste critério para constituir a seriação, para planejar os currículos, para projetar as formas de avaliação. É claro que estava lançada desde já uma grave contradição no seio da

estrutura das faixas etárias e da educação: critérios absolutos, formais e neutros, baseados na “idade” natural, contada em anos, *versus* a diversidade dos modos de vida e as diferenças sociais, culturais, regionais e locais dos educandos reunidos num mesmo processo educacional, afora as idiossincrasias individuais. Contradição que só se acumulou, desde então.

Pode-se mesmo considerar o processo de extensão da escolarização como o principal responsável pela institucionalização da infância e da juventude, de modo mais patente a partir da Europa Ocidental desde o final do século XVIII. Processo que começa sempre, independente do nível – primário, secundário, superior –, a partir das elites, passando depois para a pequena burguesia e classes médias e, enfim, de modo bem mais precário, mais restrito e menos definitivo, para as classes trabalhadoras. Processo que, é claro, pelo menos até o final do século passado, parecia se expandir da cidade para o campo, do Ocidente ao Oriente, do Norte ao Sul, das regiões “desenvolvidas” para as regiões “subdesenvolvidas”.

Outro momento crucial, no tocante ao processo de institucionalização da educação e da juventude, foi a massificação do ensino superior na segunda metade do século XX, na Europa, Estados Unidos e alguns países do “Terceiro Mundo”. Entre as causas desta espetacular expansão, destaca-se a nova função da universidade, que passa a formar profissionais, administradores e técnicos para novas ocupações. Também, a busca de mais *status* e renda pelos estudantes e/ou suas famílias, que passam a investir no estudo universitário como uma oportunidade de ascensão social (Hobsbawm, 1995).

Engendram-se novas e surpreendentes contradições entre sociedade e educação, as quais não poderei discutir aqui em toda a sua extensão. Entre elas, o fato de que, se a massificação do ensino superior parecia significar o aumento do tempo de isolamento do aprendiz em relação ao mundo adulto (não só na infância, mas agora também na juventude propriamente

dita), é justamente desta massificação que vai se originar a ir-resistível onda mundial de revoltas das juventudes universi-tárias nos anos 1960, que, entre outras questões, contestaram radicalmente a pedagogia autoritária que vigorou – nunca sem resistências, na verdade – desde o início da modernidade.

Em seu livro *A Reinvenção da Velhice*, em especial em seu primeiro capítulo, a antropóloga brasileira Guita Grin Debert (1999) traz um importante roteiro sobre o processo de rever-são desta institucionalização do curso da vida, tratando de autores que falam da desinstitucionalização, reprivatização e descronologização da vida. As “causas” apontadas para esta reversão são diversas, assim como as avaliações das conse-quências deste processo, por vezes radicalizando a descon-strução das categorias etárias, oscilando entre um tom apoca-líptico e a saudação otimista.

Por exemplo, Held (1989) destaca como fontes desta re-versão, primeiro, as mudanças no processo produtivo: a in-formatização, o aumento da velocidade de implementação de novas tecnologias e a rápida obsolescências das técnicas rompem a relação entre grupos de idade e carreiras. Segundo, as mudanças na família: as variações nas idades de casamento e nascimento de filhos, bem como a diversidade nas idades em que se pode ser pai ou filho, indicam a dissociação entre idade e obrigações familiares. Terceiro, as mudanças na con-figuração das unidades domésticas: a formação de unidade doméstica pode ocorrer em qualquer idade e não marca ne-cessariamente o início de uma nova família.

Já H. R. Moody afirma que se constituiu um “curso da vida pós-moderno”, dada a “relativização das normas apropriadas a cada estágio da vida” (Debert, 1999, p. 56), compondo-se um estilo unietário em uma sociedade em que a idade passa a ser irrelevante. Se o curso da vida moderno estava ligado à lógica fordista – com a subordinação do indivíduo à ordem social e a burocratização dos ciclos da vida (ligados à escola, trabalho

e aposentadoria), o curso da vida pós-moderno é rebento de uma sociedade “pós-fordista”. O tom de Moody é otimista, focando uma sociedade que informatiza a economia, que desmassifica os mercados de consumo, a política, a mídia e a cultura e multiplica estilos de vida, de caráter fluido, rompendo os estereótipos e padrões baseados na idade (Debert, 1999, p. 56).

Outros autores também discutiram como a indústria cultural e a mídia eletrônica, principalmente a televisão, parecem “embaralhar” os comportamentos e valores atribuídos à infância e maturidade. Edgar Morin (1986) já falava de uma mediocrização do público da indústria cultural, um encaminhamento à “mídia” da audiência no que se refere à formação cultural, classe social e faixa etária – o que Theodor Adorno não considerava precipitado chamar de infantilização do público adulto (Zuin et al., 2000).

Meyrowitz defende que não apenas se infantilizou o adulto, mas também se des-ingenuizou a criança. A passagem da “situação do livro” à “situação da televisão” teria significado o crescente rompimento da fronteira entre os mundos informacionais da criança e do adulto pela mídia de massa (Meyrowitz, 1985, p. 236). A revolução da TV coloca a criança pequena presente às interações adultas. Outrora, no tempo da mídia impressa, a escola significava a passagem gradativa da infância à idade adulta, com cada novo estágio colocando as crianças diante de novas revelações de “segredos”. A TV quebra esta sequência unilinear da informação, pois não divide a audiência em idades e séries, nem tem uma ordem particular para apresentar informações. Assim, as crianças são colocadas desde logo em contato com as contradições dos mitos sociais. Quebra-se, na segunda metade do século XX, aquela condição de isolamento das crianças, mais claro na primeira metade do mesmo século, em que a infância era vista como período de proteção e inocência, quando as crianças usavam roupas e linguagem diferentes em relação aos adultos e eram mantidas à distância de temas tabus. Teria se

rompido também a noção de infância como período de proteção, o que é indicado, por exemplo, pela semelhança da fala de crianças e adultos, por mais similaridades no comportamento, pelo jeans (uma síntese do estilo adulto e infantil de se vestir), pelo fim da evidente autoridade adulta na linguagem com as crianças, pelo fim de temas tabus, por adultos enredados em temas outrora apenas infantis (como educação, carreira, escolha e estágios de desenvolvimento) e pela mudança no temperamento psicológico adulto (mais egocêntrico e com menor sentido de responsabilidade para com as crianças), entre tantas outras mudanças no sistema de atribuição de *status*, legislação, institucionalização, relações entre pais e filhos etc. (Meyrowitz, 1985) (cf. também Postman, 1999).

Debert (1999), entretanto, relativiza a radicalidade destas transformações. Segundo ela, as idades ainda são importantes e as mudanças contemporâneas, se por um lado, esgarçam concepções clássicas das idades, criam uma nova cronologização da vida. A idade ainda é atributo fundamental classificatório para a atribuição de *status* social. No entanto, pode se inferir por seu estudo que há transformações muito importantes que afetam as idades na contemporaneidade, e a sociedade “pós-fordista” gera instâncias que vigiam e cobram dos sujeitos o gerenciamento de seu próprio curso da vida, sob certa regressão das instituições socializadoras e “protetoras” modernas: a chamada reprivatização do curso da vida. Também, que há certo embaralhamento entre os atributos de cada categoria etária, e mesmo das fronteiras entre elas.

3. Juventude e pós-modernidade: valor-signo, tribalismo e subjetivação

Alguns exemplos recentes, citados por Debert (2010), são trazidos para justificar esta suposta supressão das categorias etárias, uma leitura mais extremista da crise daquela estrutura etária rígida da modernidade, exemplos usados para de-

fender que hoje vivemos a indefinição das idades, a mistura das idades e combinações mais livres entre papéis e identidades outrora atribuídos apenas a uma categoria etária. a) os *kidults*: expressão que se refere a pessoas entre 20 e 30 anos que “[...] buscam produtos que lhes tragam de volta a infância tida como uma fase de vida mais inocente e feliz” (Debert, 2010, p. 52), criando um grande negócio, como o consumo de bichinhos de pelúcia, bonecos e ilustrações da *Hello Kitty* e *Snoopy*; b) a “geração-bumerangue”: adultos ou pretensos adultos que, entre 20 e 35 anos, continuam morando com os pais ou voltam a morar na casa dos pais, não apenas pela falta de recursos financeiros, mas também por certa infantilização e incapacidade de dirigir sua própria vida e relacionamentos; c) os “adultescentes”: geração um pouco mais velha, entre 35 e 45 anos, que se vê como estando na vanguarda da cultura jovem e que leva a indústria da moda a valorizar muito suas opiniões e gostos quando são lançadas roupas para jovens; d) filhas e mães que compartilham, simultaneamente, eventos como o namoro, o casamento e a gravidez; d) a concepção da terceira idade como o de uma velhice negada, vivendo o “tesouro da juventude”, resgatando projetos de vida ou recriando estilos de vida “juvenis” – com saúde, independência financeira e satisfação pessoal.

Para Debert (2010), estamos diante de uma flexibilização das categorias etárias, mas não de uma supressão delas. Tais exemplos mostram alguns extremos desta flexibilização. Não significam absoluta falta de padrões ou expectativas, mas sim, que estes se tornaram mais frágeis e confusos. A flexibilização das categorias etárias me parece ser uma boa forma de se referir à implosão contemporânea destas categorias.

Entretanto, como dito, em dados momentos se fizeram leituras mais taxativas, ou radicais, sobre o processo de desinstitucionalização do curso da vida (radicalismo que foi criticada por Debert [1999; 2010]), identificando o processo ao fim da impor-

tância do critério etário para a vida social. Certa versão desta leitura taxativa anunciou uma era pós-moderna em que idades e identidades seriam cada vez mais fruto da criação dos sujeitos, de suas performances e de seus pertencimentos a grupos afetivos ou neo-tribos. Por vezes, este anúncio adquiriu ares otimistas, tratando da prometida redenção do corpo e da criação, libertos dos poderes disciplinares e institucionais. Outras vezes, mais caracteristicamente nos que focaram a mutação da juventude em mero signo, a leitura tendeu a ser mais pessimista.

Ellen Wood (2003) é uma crítica da ascensão das ideias pós-modernistas e pós-estruturalistas no interior das tendências da esquerda. Marxista, defende a manutenção da centralidade da análise do capitalismo e da exploração das classes trabalhadoras como viés teórico da esquerda. Deixando de lado, por ora, a validade de sua crítica, Wood apresenta um quadro muito interessante destas ideias pós-modernistas e pós-estruturalistas, que pode ser um bom ponto de partida para entender a presença destas ideias na sociologia da juventude contemporânea.

Segundo este quadro, o mundo atual seria “pós-moderno”, portanto, “pastiche de fragmentos e de ‘diferenças’” e “bricolagem de múltiplas realidades sociais”, que necessita ser reorganizado pela construção discursiva (Wood, 2003, p. 205). Nesta fragmentação “pós-fordista”, há muitas “identidades pessoais”, não apenas aquelas oriundas das classes sociais. A ação política esquerdista deve não mais contestar e desafiar diretamente o capitalismo, mas sim criar espaços no interior deste sistema. Enfatiza-se menos a economia política e a história, e mais os estudos dos discursos, textos e “identidades”. Deixa-se de buscar os conhecimentos totalizadores, em prol da desconstrução de discursos e identidades. Para Wood, a grande marca destas ideias é a ênfase nas diferenças ou diversidade: “Se há algo que une os vários ‘novos revisionismos’ – desde as mais herméticas teorias ‘pós-marxistas’ e ‘pós-modernistas’ até o ativismo dos ‘novos movimentos so-

ciais' – é a ênfase na diversidade, na 'diferença', no pluralismo" (2003, p. 219).

Silva (2011) nos leva a identificar duas grandes correntes teóricas que negam as chamadas teorias modernistas e a ênfase modernista no racionalismo e na totalidade: o pós-modernismo e o pós-estruturalismo. São, talvez, as principais teorias pós-críticas que Silva flagra operando nos estudos do currículo. E são duas importantes tendências dentro da atual sociologia da juventude. Na verdade, mesmo dentro destas correntes, há enorme heterogeneidade e distintas posições. Não é necessário mesmo que concordem com ideias esquerdistas ou mesmo progressistas. Mas Silva traz uma interessante síntese de cada corrente, que é outro relevante ponto de partida para compreender a influência delas nas contemporâneas concepções sociológicas de juventude.

Assim, o pós-modernismo afirma que vivemos em uma nova época histórica, a pós-modernidade. Questiona princípios e pressupostos modernos, como as ideias de razão, ciência, progresso, pureza, abstração e funcionalidade (estes três últimos, mais relacionados à estética). Questiona teorias abrangentes, com pretensão totalizante, as quais, em suas "grandes narrativas", expressariam o desejo de ordem e controle. Afinal, a modernidade teria pervertido o sonho iluminista, tornando-o o "pesadelo de uma sociedade autoritária e burocraticamente organizada" (Silva, 2011, p. 112).

O pós-modernismo questiona o humanismo, ou seja, o pressuposto modernista de que há características essenciais do ser humano, em especial a caracterização dele como sujeito racional, livre, autônomo, unitário e centrado. Inclusive com base na psicanálise, afirma ser o sujeito, na verdade, fragmentado, dividido. O sujeito não é quem pensa, fala e faz. Na verdade, o sujeito é "pensado, falado e produzido" (Silva, 2011, p. 113). Os textos dos autores pós-modernistas desejam expressar a própria identidade pós-moderna, que é múltipla,

descentrada, fragmentada. O estilo destes textos, o estilo pós-moderno, que dissolve distinções absolutas entre categorias e gêneros de escrita, recorre ao pastiche, paródia, colagem e ironia, ao hibridismo, mistura ou mestiçagem, ao local e ao contingente, à incerteza e à dúvida.

Por sua vez, o pós-estruturalismo teria sido inventado em universidades norte-americanas, a partir da interpretação de dados autores franceses, em especial Foucault, Derrida, Deleuze, Guattari e Lacan. Na origem desta corrente, alguns apontam o próprio estruturalismo, em especial o de Saussure – de quem o pós-estruturalismo seria uma radicalização e um ajuste de rotas. Outros apontam a filosofia de Nietzsche e Heidegger. O pós-estruturalismo comunga com o pós-modernismo a crítica ao sujeito centrado e autônomo inventado pela modernidade. Mas os questionamentos teóricos do pós-estruturalismo têm uma temática mais restrita como ponto de partida, a linguagem – que é também o grande tema do estruturalismo, na qual era concebida como um “sistema de significação”. Fortes são as noções de “discurso” em Foucault e de “texto” em Derrida, as quais enfatizam a “fluidez, indeterminação e incerteza” do significado (Silva, 2011, p. 119). Ao radicalizar a noção estruturalista de “diferença”, também radicalizam a denúncia do caráter inventado do sujeito, já presente, como dito, no pós-modernismo. Fundamental, enfim, é a noção de poder de Foucault, concebido como relação móvel, fluida, capilar, presente em toda parte, interdependente ao “saber” e concebido – na qualidade de dispositivos de poder – como estando na origem dos processos de construção dos sujeitos (assim, é o poder-saber que pensa, fala e age por meio dos sujeitos). Contra as totalizações, desejadas pelos poderes, o pós-estruturalismo faz o elogio das proliferações, multiplicidades, fluxos e nomadismo.

Dois autores que flanaram por estas correntes pós-críticas tiveram grande influência nos estudos contemporâneos sobre

juventude na sociologia. Ambos franceses, não à toa, dada a relevância da produção intelectual deste país para as correntes pós-críticas, em especial o pós-estruturalismo: Jean Baudrillard e Michel Maffesoli.

Penso que Maffesoli caiba bem melhor na descrição feita acima, por Ellen Wood e Tomaz Tadeu da Silva, sobre estas correntes “pós”, inclusive por seu otimismo. Mas Baudrillard também circulará bastante pelos temas e tendências delas, ao conceber o espaço sociocultural contemporâneo como uma floresta de signos, na qual nos perdemos e somos coagidos enquanto nos imaginamos exercer a liberdade de consumir.

Baudrillard também é uma ponte entre os estudos sobre a relação juventude-cultura de massa (de meados do século passado) e as mais recentes teses sobre a implosão das categorias etárias, não tanto pelo que escreve explicitamente sobre a juventude, que é muito relevante, mas principalmente pelo que seus intérpretes conseguiram pensar a partir dele. Penso na ideia da transformação da juventude em juvenilidade ou juvenilização (Santos, 1992) ou a emergência da juventude como signo (Liberato, 2006). Um belo roteiro para perceber o que apontei acima é parte da tese de Liberato (2006), que me auxilia a demonstrar este roteiro esboçado.

A principal teoria tradicional da juventude, o estrutural-funcionalismo, enfatizou a criação da juventude por meio da escolarização. Mas há um outro processo de formação da juventude moderna, nem sempre bem enfatizado aqui, ao longo do século XX, que foi a cultura de massa. As teorias críticas tratam melhor dela, como os estudos culturais.

A massificação – da escola, do consumo, das mídias etc. – teria sido a resposta às demandas dos movimentos daqueles grupos inicialmente “excomungados” da sociedade dita industrial: classes trabalhadoras e mulheres. Segundo Martin-Barbero, citado por Liberato (2006), a cultura de massa seria, supostamente, lugar de apagamento das distinções. E a ju-

ventude veio a ser uma das categorias usadas para encobrir as diferenças sociais. Ela, a juventude, deixa de ser (apenas) uma categoria etária e se torna uma “representação social”, um “modo de ser”, um “modo de existência” – a “forma-juventude”, uma “forma-signo”.

Fazendo uma interessante combinação entre as teses autonomistas de Antonio Negri com as de Baudrillard, Liberato (2006) afirma que os movimentos sociais (primeiro, os operários, depois os juvenis) obrigaram o capital a definitivamente se assumir como um sistema ou código, como um conjunto de signos. O capital deixa a esfera restrita da economia, em especial da produção industrial, e ganha a esfera ampliada da sociedade ao se realizar, a partir de dado momento, especialmente pelo consumo.

Se a massificação foi a resposta do capital à revolta operária, resposta que docilizou esta revolta e instituiu a “sociedade de massas”, o consumismo teria sido a resposta à revolta juvenil, instituindo a sociedade de consumo (Baudrillard, 1991). A sociedade de consumo obriga o capital a desvelar a sua face mais essencial: um código abstrato ou um sistema de signos virtuais que regem o real (Baudrillard, 1972). O processo de significação ou comunicação, expresso fielmente nas trocas simbólicas, típicas das relações em sociedades não modernas, como as indígenas, plenas de reciprocidade e autenticidade, é convertido em código, em um sistema de signos. O signo, distintamente do símbolo, descola-se do representado e do momento criativo imediato. É ele, o signo, a verdadeira natureza do capital e da mercadoria, para além do valor de uso (ou utilidade das coisas, cuja subsunção ao valor de troca já havia sido descrita por Marx), mas também para além do valor de troca (o valor de um bem no mercado econômico). Hegemônico passa a ser o valor-signo, subsumindo agora a utilidade e o valor de troca das coisas. O valor-signo realiza-se no consumo, que persegue menos a utilidade intrínseca

das coisas, mas antes as formas e imagens de sucesso, prazer, distinção e mesmo juvenildade que parecem prometer.

Nesta sociedade de consumo, um sistema de signos, os possíveis elementos simbólicos são rapidamente convertidos em signos: a rebeldia juvenil, típica dos movimentos estudantis e das contraculturas, torna-se elemento de consumo, como signo da revolta – como uma calça jeans que se faz signo da liberdade (Santos, 1992) – cada vez mais longe da subversão real. Segundo Liberato (2006), juventude e revolta tornam-se signos, e signos um do outro, ambos perdendo o referente, deixando de ser símbolos e de propiciar autênticas trocas simbólicas e criadoras. Substituem-se relações espontâneas por relações mediadas pelo sistema de signos – ensejando o consumo.³

Referência importante a Baudrillard é o situacionismo de Guy Debord. Nos termos de Guy Debord (1998), a realidade, ao ser espetacularizada, é substituída por formas abstratas. Contra a espetacularização, seria preciso gerar “situações” – que reconduziriam as pessoas a relações simbólicas e imediatas.

Ainda no que se refere à juventude, pode se considerar, com base em Baudrillard, que ela foi convertida em “juvenildade” ou “juvenilização”. Ou seja, a juventude torna-se signo para o consumo, e se realiza pelo consumo. A juventude passa a ser a “idade”, ou melhor, o estilo de vida ou modo de ser mais desejado, mais querido, denotando outros signos, cada vez mais esvaziados de significados reais, tais como rebeldia,

3. É possível considerar que um dos rebentos do valor-signo foi justamente uma exaltação do signo em si mesmo: a sacralização da marca, do “logo” das mercadorias. A revolta contra o logo, as marcas e as corporações que publicizavam aquela sacralização é o candente tema do influente livro de Naomi Klein (2002), *Sem Logo*, obra que trata de inúmeros movimentos anticorporações que, pelo menos desde os anos 1990, denunciaram esta hegemonia do signo em si mesmo – movimentos que foram uma das origens do movimento antiglobalização.

novidade, audácia, liberdade, prazer, descompromisso, beleza, sedução e poder.

Por um lado, busca-se associar aos bens de consumo os signos da juventude, tornando estes bens valiosos – repletos de valor-signo. Por outro, os consumidores buscam na aquisição de um bem ou serviço a realização da promessa da eterna juventude. O que se consome é o signo da juventude, a juvenilidade, por meio de bens e serviços como motocicletas, automóveis, roupas, tênis, bonés, viagens turísticas, lazeres noturnos, esportes radicais, academias de ginástica, cosméticos, cirurgias plásticas etc. Bens e serviços que simulam o que seriam as atitudes juvenis, tais como intrepidez, experimentação, ironia, irreverência e irresponsabilidade. Neste consumo, há um relativo descolamento em relação à realidade concreta, ao menos uma distorção da realidade: o consumo de bens, de serviços e a exibição de certas atitudes (possíveis pelo consumo) substitui o “significado” da idade e do corpo jovem para aqueles que desejam se representar como jovens. Nos termos de Margulis e Urresti (1996), o consumo da juventude-signo, da juvenilidade, relativiza a moratória vital e torna possível a presença de “jovens não-juvenis”.

A juvenilização é processo que ajuda a explicar alguns dos fenômenos descritos acima por Debert (2010), em especial a terceira idade. A juventude como signo, presente nos corpos e atitudes de pessoas em idades diversas, passa a ser mesmo uma exigência aos que estariam na suposta terceira idade – que, assim, negam a velhice e as experiências reais que costumavam ser associadas aos idosos, como doença e morte.

Adotar a juventude como signo pode ser algo buscado também por outros sujeitos, em outras idades, como adultos e até mesmo crianças – na verdade, até mesmo os jovens, que assim se tornariam “jovens juvenis” em vez de “jovens não-juvenis”. Chega até a ser celebrado por alguns esta potencialidade pós-moderna de escolher a “idade” que vai se ostentar,

vestir ou consumir, em dados momentos do curso da vida, do ano, da semana ou mesmo do dia.

O que nem sempre é devidamente apresentado, é que há muito de coação nesta suposta escolha das identidades pelo consumo. Coações geradas pelo sistema de signos, o qual é atualizado pelos comportamentos e aspirações dos próprios consumidores, que nos levam à épica e cotidiana busca dos signos valorizados. Analisando mais a fundo, as desigualdades, em especial aquela desigualdade entre classes sociais de que tanto se desconfiou nas teorias pós-críticas, revela-se como grave limitação aos que desejam assumir os signos valiosos tantas vezes associados à juventude. Em uma era em que, em parte relevante, se reprivatizou a gestão sobre o curso da vida, é preciso ter os capitais econômicos, culturais e sociais necessários para realizar o consumo ostentador dos valores-signos mais preciosos. É preciso ter também tempo, muito tempo, liberado daquele necessário para a reprodução de si – o tempo do trabalho. Custa cara a eterna juventude – assim como custava caro ao jovem parecer idoso no Brasil do início do século passado. Nos dias que correm, quem não pode comprar ou viver o signo da juventude torna-se “velho” (Debert, 2010; Park; Groppo, 2009). Inclusive as limitações físicas ligadas ao próprio envelhecimento podem ser negadas, abstraídas. Quando elas aparecem, pode se culpabilizar o próprio sujeito por seu envelhecimento, que sempre será visto como precoce. A juvenilidade também exige esforço hercúleo.

O segundo autor a ser aqui destacado, como importante influência para as teorias pós-críticas da juventude, é Michel Maffesoli, dada a sua noção de tribalismo. *O Tempo das Tribos* (Maffesoli, 1987) recupera interessantes tradições sociológicas para tratar, a seu modo, do “declínio do individualismo nas sociedades de massa”, tais como o vitalismo, a noção de sociabilidade de Simmel, a noção de religião de Durkheim (que teria origem na efervescência coletiva), entre outras. A lógica ex-

positiva apresenta diversas dualidades básicas: socialidade, potência, cultura e criação *versus* social, poder, econômico-político e civilização. A história é apresentada como uma sucessão entre estes dois polos, sendo que o primeiro é o criador do segundo, a civilização. A pós-modernidade configura-se como um novo desabrochar do primeiro pólo, o da potência criadora das socialidades e do reino da cultura, prometendo uma nova (e melhor) civilização no lugar da moderna.

Outra dualidade fundamental é a que opõe a tríade individualismo/ função/grupos contratuais (típica da sociedade moderna) à tríade tribos/ papel/ massas (marca do momento pós-moderno). Maffesoli é congruente com as concepções pós-modernistas apresentadas acima: na pós-modernidade, a ilusão do indivíduo como eu autocontrolado, racional e senhor de si se finda. Em seu lugar, assume a pessoa, o eu formado por uma multiplicidade de papéis e pertencimentos. As massas, tribos e pessoas valorizam o afetivo, o criativo, a agregação e o estético. A reemergência delas indica que vivemos uma nova era de efervescência, de reagrupamentos e de fervilhamento.

O termo “tribos” (tribos urbanas, tribos juvenis, entre outros) acabou se disseminando, ganhando espaço nos círculos acadêmicos também graças à obra de Maffesoli. Mas, a rigor, segundo Magnani (2005), há uma imprecisão, pois na antropologia clássica o termo tribo é usado para se referir a alianças mais amplas entre grupos menores, tais como clãs e segmentos. Diversamente, em seu uso contemporâneo, como algo similar a “subculturas”, as tribos são definidas como pequenos grupos delimitados e que se opõem ao estilo de vida disseminado pela sociedade de massas.

Os grupos juvenis são apontados como o principal exemplo destas novas tribos. Maffesoli e outros intérpretes do tribalismo pensam menos nos movimentos juvenis dos anos 1960, e mais nas subculturas juvenis “espetaculares” que, originadas nos anos 1950, já haviam chamado a atenção dos

estudos culturais: *teddy boys*, *skinheads*, *mods*, *rockers*, *rastafaris*, entre outros. Nos anos 1970 e 80, estes estilos espetaculares se multiplicam, desde a partir dos *punks*, aos quais vêm se somar os metaleiros e os *darks* (Abramo, 1994). Tribos se formam também a partir das tradições afroamericanas do *hip hop*, incluindo os grafiteiros e dançarinos de *break*, em torno de esportes radicais que reocupam as metrópoles, como os skatistas e adeptos do *parkour*, sem contar a recente onda de grupos que se organizam por meio das redes sociais da Internet.

Para Maffesoli, em vez de adoção de funções estáveis e marcadas por tarefas econômico-políticas, as socialidades exercidas nas tribos, redes de tribos e nas massas (nas quais as tribos se reúnem ou se dispersam) são marcadas pela fluidez, ajustamentos pontuais e condensações instantâneas (frágeis, mas de grande envolvimento emocional). As socialidades referendam a concepção pós-moderna da livre composição de fragmentos das categorias etárias, discutida acima, que marca a juvenilização, pois, segundo Maffesoli, na socialidade,

a pessoa (*persona*) representa papéis, tanto dentro de sua atividade profissional quanto no seio das diversas tribos de que participa. Mudando o seu figurino, ele vai, de acordo com os seus gostos (sexuais, culturais, religiosos, amicais) assumir o seu lugar, a cada dia, nas diversas peças do *theatrum mundi*. (1987, p. 108)

Na sociologia da juventude contemporânea, abundam trabalhos que, seguindo a pista aberta por Maffesoli e outros expoentes do pós-modernismo e pós-estruturalismo, destacam as socialidades eletivas e a autocriação dos “estilos de vida” por meio dos microgrupos que se criam, desaparecem e se recriam. Estes estudos tratam de grupos ligados à cultura *pop rock* e à cultura *hip hop*, à pixação, ao *skate*, torcidas organizadas, galeras ligadas ao *funk*, grupos de afinidade sexual,

redes de praticantes de modificações corporais (como tatuagens e perfurações), redes de usuários das novas tecnologias de informação e comunicação (em especial, as redes sociais da Internet) etc. Apenas como exemplos, indico, sobre práticas artísticas e culturais, o dossiê organizado por Barbosa e Silva (2012) e o artigo de Raggi (2010). Sobre a sexualidade, a coletânea de Almeida e Eugenio (2006). Sobre o uso da Internet, o artigo de Silva (2006). Sobre tatuagens e modificações corporais, o livro de Mendoza (2004).

Nas pesquisas que adotam a perspectiva do tribalismo, por vezes é presente também uma relevante noção, que ajuda a endossar o chamado fim da ilusão do indivíduo moderno: a subjetivação. Tal noção leva grande influência dos autores associados ao pós-estruturalismo, em especial, Michel Foucault e Gilles Deleuze – enquanto o tribalismo se filia melhor ao pós-modernismo.

Esta noção tem enorme e complexo desenvolvimento teórico. Não seria justo querer sintetizar toda sua riqueza aqui, nem apontar com a devida justiça seus possíveis exageros no decreto da fragmentação do sujeito. Peço licença para seguir os argumentos de um entre inúmeros dos seguidores desta perspectiva, que bem a usou para tratar das sexualidades juvenis. William S. Peres (2013, p. 52) assim descreve a noção de “linhas de subjetivação”: “modos de produção de sujeitos que ora são configurados em consonância com os modelos e discursos normativos, ora são configurados por discursos de resistência a estes processos regulatórios”.

Além de produzida socialmente, a subjetividade é processual, heterogênea e polifônica. A expressão destas linhas de subjetivação se faz por meio de “discursos”, que buscam dar coerência e inteligibilidade aos enunciados e ações que movem os sujeitos.

Neste sentido, para Peres (2013, p. 54), a juventude não é “etapa de desenvolvimento com estrutura fechada”, mas sim

“território de passagens, de experimentações”, que pode levar à condição adulta ou não. Neste território que é a juventude, diferentes linhas de subjetivação percorrem e concorrem entre si. Nele, podem ser vividas diferentes experiências.

Em geral, os sujeitos são orientados pelos poderes disciplinares e regulatórios. No entanto, podem haver dissidências e estas precisam ser valorizadas, ter visibilidade e voz. Só assim pode se realizar aquilo que Foucault e Deleuze tanto prescrevem: a amplificação da multiplicidade que faz e atravessa os sujeitos. Só assim pode se romper com a tendência principal que é a de “[...] subjetivação de jovens dóceis, úteis, submissos e coniventes com as biopolíticas regulatórias que incidem sobre seus corpos, desejos e prazeres [...]” (Peres, 2013, p. 58). Há de se fazer o estímulo às singularizações, promovendo as variações e descontinuidades nos processos de subjetivação, permitindo a emergência de novos sujeitos e outras posições éticas, estéticas e políticas que favoreçam a multiplicidade.

Penetrante e sedutor discurso se firmou entre as pesquisas sobre juventude orientadas pelas teorias pós-estruturalistas, ao lado da noção de tribalismo, esta outra expressão do otimismo para com a fragmentação (ou implosão) da sociedade contemporânea: uma dualidade que opõe um pólo negativo a outro positivo. No polo negativo, as linhas de força, valores e ideais do modernismo e modernidade, tais como padrões universalizantes, noção de normalidade *versus* anormalidade, poderes disciplinares e normatização. No polo positivo, as dissidências, a multiplicidade, as singularidades e o hibridismo. Os corpos juvenis e suas expressões de tribalismo aparecem como excelentes territórios para as subjetivações dissidentes.

As teorias pós-críticas inspiradas pelo pós-modernismo e pós-estruturalismo realizam duas radicalizações e uma atenuação ou modificação em relação às teorias críticas. Primeiro, elas reforçam a tendência de certa corrente “classista”, especialmente os estudos culturais em seus inícios, de valorizar a diversi-

dade, quanto se trata de pesquisar a juventude. Torna-se mais preciso falar de juventudes, assim no plural, a se considerar os diferentes modos de viver a condição juvenil e a experiência geracional, não apenas pelas desigualdades de classe, mas também pelas desigualdades e diferenças étnico-raciais, nacionais, regionais, de gênero, de opção sexual, religiosa etc. As teorias pós-críticas radicalizam a valorização da diversidade.

Segundo, elas radicalizam o dito sociologismo, relendo a socialização como “subjetivação”. O sociologismo radicaliza o reconhecimento da importância da construção social da pessoa, em detrimento de uma suposta essência universal e “natural” do indivíduo. Teorias tradicionais e teorias críticas falam da socialização como a integração do indivíduo nas estruturas sociais dadas. Já essas teorias pós-críticas falam da construção do próprio sujeito por meio das linhas de subjetivação – que envolvem discursos e dispositivos de poder. Por meio da noção de subjetivação, o sujeito não é o ponto de partida (como era na noção de socialização), mas sim o ponto de chegada: ilusão do indivíduo racional e autocentrado na modernidade, ou o alvo de inúmeras linhas de força (discursos e poderes-saberes) que se multiplicam na pós-modernidade.

Terceiro, elas atenuam ou modificam a dialética da condição juvenil. Não se trata da contradição entre as vivências juvenis e as instituições de socialização e integração, a primeira aparecendo como a possibilidade de superação da segunda, como na concepção dialética da juventude. Em vez de superação ou crítica, o que essas teorias pós-críticas apresentam é o reconhecimento da convivência entre distintos discursos, dispositivos de poder e linhas de subjetivação, que atravessam os corpos e constituem seres, relações e produtos culturais híbridos. Por vezes, quando politicamente radicais, as teorias pós-críticas valorizam não apenas a ironia e elogiam a multiplicação, mas ponderam favoravelmente sobre a estratégia do abandono e da dissidência daqueles que são diferentes, múl-

tiplos e híbridos (Hardt; Negri, 2001) – em vez da revolução e superação. Outras vezes, as teorias pós-críticas se contentam em celebrar o real como uma platitudo imensa de diversidades e misturas. Em vez da resistência, valoriza-se mais, das juventudes, sua potência irônica, sua capacidade de realizar misturas ou hibridismos, negando purezas. Também se valoriza a diversidade das práticas juvenis locais e cotidianas, capazes por vezes de se espalhar por contágio, se multiplicar tal como um rizoma. Torna-se generalizada a expressão “cartografia” (Deleuze; Guatarri, 1997), como sinônimo de investigação sociológica inspirada pelo pós-estruturalismo. A cartografia tenta mapear os estilos que se criam, as misturas que se insinuem, as linhas de subjetivação que atuam e os dispositivos de poder-saber que se impõem, inúmeras fontes que rabiscam um dado território da vida social.

4. A outra modernidade e a flexibilização da vida social

Observe-se o trecho do resumo de um relevante artigo publicado há poucos anos por Carmen Leccardi (2013, p. 123):

A “segunda modernidade” está produzindo mudanças significativas tanto nos parâmetros temporais (e espaciais) do mundo social quanto nos modos como se experiencia este mundo. O artigo detalha como se dão as repercussões destas mudanças na construção das biografias dos jovens em um contexto social caracterizado por grande incerteza, aceleração e fragmentação. Novas representações temporais são examinadas, focando nos modos como os jovens relatam sobre o futuro e tentam estabelecer controle sobre seu próprio tempo de vida.

Revela-se outra tendência da teoria sociológica que se desenvolveu paralela e posteriormente às pós-modernistas e pós-estruturalistas apresentadas no item anterior. Leccardi

fala de uma “segunda modernidade”, assim entre aspas, revelando certa hesitação na referência à mais recente modulação da modernidade, a uma variação nos rumos daquela sociedade outrora tão bem classificada como industrial.

O tema das outras modernidades levará a sociologia da juventude a seu segundo movimento pós-crítico. O primeiro, pós-modernista e pós-estruturalista, foi um radical salto da sociologia – influenciada por estudos de outros campos (filosofia, estética, linguística etc.) – concebendo um corte profundo no tempo e espaço: da modernidade à pós-modernidade. O segundo propõe uma transformação no interior da própria modernidade, e por isto parece mais comedido em comparação com o segundo. É como se o pêndulo, exageradamente pendente ao lado oposto da primeira modernidade, tivesse retornado um pouco em direção ao ponto de partida.

Assim como o primeiro movimento, há muita variedade, posições e, principalmente, “rótulos” neste outro: segunda modernidade, sociedade pós-industrial, acumulação flexível ou pós-fordista, modernidade líquida, modernidade reflexiva, sociedade de risco etc. Se o discurso pós-moderno era irônico, desconstrucionista, fragmentador e levemente descomprometido, o discurso da segunda modernidade recupera o tom dramático da sociologia crítica. Mas as teorias da outra modernidade, diferente das teorias tradicionais e críticas, desejam menos ter caráter totalizador, e mais servir como interessantes interrogações sobre o lugar do sujeito – pessoa, indivíduo, agente, ator – nas tramas das relações e processos sociais.

Se há algum ponto onde convergem as teorias da outra modernidade, ao menos para o que interessa à sociologia da juventude, é sobre a importância do sujeito na teoria social. As pesquisas sociológicas cada vez mais acompanham a voz e a ação dos agentes sociais, mas de modo distinto do das teorias microsociológicas de outrora. O interacionismo simbólico e a etnometodologia, tendências heterodoxas na socio-

logia tradicional, concebiam os sujeitos e suas interações face a face como ponto de origem do mundo social. Em contrapartida, as teorias das outras modernidades querem, acima de tudo, compreender como podem os indivíduos se posicionar em um mundo social extremamente complexo, fragmentado, mutante e ameaçador, de quais maneiras os sujeitos conseguem compreender esse mundo e nele atuar.

É óbvio que os parágrafos acima são esquemáticos, simplificadores, mas desejo que consigam capturar o que seria o veio principal destas teorias da outra modernidade e sua influência na sociologia da juventude. A se seguir os roteiros concretos da teoria social, entretanto, a complexidade e as possibilidades são muito grandes.

Eu imagino uma linha que tem como ponto de partida a ideia da “sociedade pós-industrial”, focada em dados e previsões sobre a decrescente importância do setor industrial no mundo econômico das sociedades “desenvolvidas”, em favor dos setores terciários ligados aos serviços, como Daniel Bell (1973). Derivada desta tendência, a concepção de que a sociedade moderna metamorfoseava-se em uma sociedade da informação e mesmo uma sociedade do conhecimento. Alguns chegaram a afirmar que o “trabalho” deixaria de ter papel central nesta nova modernidade.

Em seguida, penso em autores cujas obras, com teor mais ou menos crítico, começaram com alguma espécie de aceitação de que transitávamos à pós-modernidade. David Harvey (1992), geógrafo orientado pelo marxismo, falava de que vivíamos em uma era cuja cultura e sensibilidade eram “pós-modernas”, mas cuja estrutura socioeconômica permanecia capitalista e, portanto, fundamentalmente moderna. E mais, que a sensibilidade pós-moderna era uma radicalização de tendências já presentes nos modernismos, tendo como ponto inicial a recusa das tradições. Quanto ao capitalismo, ele deixa de se basear na acumulação de tipo fordista (fundada na

produção em larga escala e padronizada) e passa a se fundar na acumulação pós-fordista ou flexível.

A flexibilidade se torna uma palavra-chave a definir não apenas a forma como opera a reprodução capitalista, mas a própria dinâmica da vida social. Por vezes, flexibilidade significa precarização: das condições de trabalho, do estatuto do trabalhador, dos direitos sociais, das instituições estatais de proteção social etc. – como atesta a produção crítica da sociologia do trabalho (por exemplo, Antunes, 2001), ou mesmo aquela apenas progressista (Castel, 2005). Na vida social, mesmo ou principalmente para as novas classes profissionais, tudo se torna transitoriedade, vida sem raízes, constante vaim de residência, relações pessoais, emprego, empresa, saberes, valores (Sennet, 2005).

Zygmunt Bauman, sociólogo polonês orientado pela sociologia configuracional de Norbert Elias (que, por sua vez, retoma o clássico Simmel), é um autor revelador deste movimento teórico que tento descrever. Suas primeiras obras sobre a nova sociedade, que vinha recentemente se formando, a descreviam como “pós-moderna”. Desde há certo tempo, entretanto, Bauman abandonou este termo em favor de “modernidade líquida”. Para Bauman, a segunda modernidade é “líquida”. A primeira, que coincide com a sociedade industrial e o auge do Estado-Nação e do pacto fordista, era a “modernidade sólida”. Diversos processos sociais, desenvolvendo tendências mais essenciais da modernidade, como o primado da liberdade pessoal, vão, na segunda modernidade, corroendo os portais de segurança, comunidade e identidade, portais que a primeira modernidade havia conseguido manter ou recriar (Bauman, 1999; 2003).

Por exemplo, Valéria Silva (2006), com base em Bauman, trata da dissolução, como “instâncias de regulação e orientação”, dos entes coletivos reunidos em torno do trabalho, da família e do Estado. “O que surge como parâmetro de ação

são a autovigilância e o automonitoramento do próprio indivíduo” (p. 143). Neste sentido, os jovens vão desenvolver a “cultura do excesso” em resposta a um,

[...] mundo da infixidez e do descartável – inclusive em relação aos papéis sociais e pessoas. [...] O indivíduo, para responder ao real, retraduz-se indefinidamente, abandonando suas velhas cascas atrás de si. As moradias, os empregos, as profissões, as vidas, enfim, devem estar prontos para sempre recomeçar, re-escolher; de modo que o indivíduo deve estar sempre pronto para partir e, assim, poder livra-se de “pesos” é fundamental para sua flexibilidade na corrida rápida em que se transformou a vida. (Silva, 2006, p. 145)

Há enfim, a concepção de modernidade reflexiva do sociólogo britânico Anthony Giddens. Ela considera que a multiplicidade das ações sociais levam à modernidade a um alto – e crescente – grau de imprevisibilidade. O aumento da capacidade humana de intervenção na natureza e na sociedade não significa o aumento da previsão e mesmo do controle das transformações sociais. Ao contrário, os sujeitos, justamente ao tentar influenciar os desígnios da história, provocam, antes de tudo, resultados não esperados. Uma simples e massiva planificação institucional, aos moldes daquela realizada outrora pelo Estado interventor, não seria capaz de resolver este dilema da modernidade. O que Giddens sugere é que os indivíduos façam uso da sua capacidade de reflexividade para se guiar em um mundo de maiores incertezas. A reflexividade também se tornou crescente, lado a lado com o risco, no mundo moderno, graças ao aumento de informação oferecida, inclusive daquela produzida pelas ciências, assim como graças ao desenvolvimento dos meios de comunicação e aos crescentes recursos técnicos, científicos e educacionais disponíveis. Tudo isto leva a que os indivíduos tenham mais recursos para

desenvolver sua inteligência e criatividade para lidar com os riscos constantes e a instabilidade das sociedades da alta modernidade (Giddens, 1991; Beck; Giddens; Lash, 1997). Lado a lado com a concepção da modernidade reflexiva, aparece a de sociedade de risco, de Ulrich Beck: mesmo aqueles mecanismos técnico-científicos destinados a aumentar o controle dos humanos em relação à natureza e à sociedade, aumentaram os riscos, dado o caráter imprevisível dos usos desses e de outros recursos (Beck; Giddens; Lash, 1997).

Liquidez dos padrões de convivência e das instituições de proteção social, flexibilidade que leva à fluidez nas relações e imprevisibilidade constante na vida profissional e pessoal, precariedade nas condições de trabalho e nos recursos para viver dignamente, riscos múltiplos e imprevisíveis que dificultam projetos de vida e obrigam ao constante labor reflexivo dos sujeitos. Estes são alguns dos elementos detectados por estas teorias da outra modernidade e que tornam tão difíceis, arriscadas e instáveis as experiências dos sujeitos nos tempos que correm. Dificuldades que parecem ter os jovens como aqueles mais atingidos, desafiados e, ao mesmo, tempo, como aqueles mais capazes de criar soluções e respostas criativas. Enquanto isto, juventude começa a se tornar sinônimo da experiência de viver na segunda modernidade: instabilidade, reversibilidade, precariedade, transitoriedade...

No esforço de fazer uma síntese destes fatores que teriam gerado a segunda modernidade, os quais, entre outras mutações, acarretaram a implosão das categorias etárias modernas, incluindo a juventude – e não o seu fim – indico dois conjuntos de fatores. Deste modo, retomo os argumentos iniciados no item 2 deste capítulo. Lá, com base em Guita Grin Debert, apresentei autores que trataram da chamada desinstitucionalização do curso da vida – que Bauman interpretaria como a passagem da modernidade sólida à líquida. Alguns viram isto como o fim da estrutura moderna das categorias etárias,

posição radicalizada pelos autores influenciados pelo pós-modernismo e pós-estruturalismo, apresentada no item 3.3. Mas, como afirma Debert, poder-se-ia considerar que esta estrutura não se findou, mas se flexibilizou. Eu diria que implodiu, tornando os referenciais de vivência da juventude mais embaralhados, com sentidos mais abertos, mas menos claros.

Quanto ao que levou a esta implosão, o primeiro conjunto de fatores traz aqueles que resultam da acumulação de processos “clássicos”, aqueles que constituíram e concretizaram a estrutura das categorias etárias moderna. Isto significa que a dificuldade de que dadas instituições marquem claramente cada etapa do curso da vida se deve não apenas à crise recente delas, mas também ao seu próprio sucesso. Vejamos abaixo alguns desses fatores.

Em primeiro lugar, deve ser citada a expansão pelo espaço social do “direito” à infância e à juventude, bem como a expansão pelo tempo social da duração da juventude, ao lado do aumento da expectativa de vida. Segundo Helena Wendel Abramo (2005), a extensão da juventude no espaço e no tempo foi responsável pela primeira grande transformação nos sentidos da própria juventude: a experiência juvenil passa a ser valorizada não apenas como preparação para a vida adulta, mas por ter sentido em si mesma.

Neste mesmo sentido, a presença do Estado como regulador das idades da vida continuou a crescer, com uma mudança importante, ao menos em países como o Brasil: a passagem da regulação universal das políticas sociais às regulações específicas – passam a ser implementadas políticas focalizadas, voltadas a públicos específicos (mulheres, idosos, minorias étnico-raciais, crianças, jovens etc.) (Papa; Freitas, 2011). Os sujeitos são atravessados por distintas políticas e legislações, podendo ocupar diferentes identidades diante do mundo público, conforme o momento e a agência com quem lidam.

Talvez mais importante, dentro deste primeiro conjunto de fatores, e ligado aos demais já citados, seja a complexificação crescente do espaço social, com a criação de novos campos sociais e a subdivisão de outros, pela autonomização das esferas da vida social. Torna-se, nesse sentido, mais complexa e instável a biografia e a gestão do tempo presente pelos sujeitos. A vida social moderna criou muitas esferas de ação social, cada qual com regras, valores e funcionamento próprios, quebrando a unidade dos sistemas de valor e impedindo a centralidade de qualquer um deles (Weber, 1993). Uma estrutura etária regida por um critério único ou central se torna cada vez mais difícil, dado que o que vale para o exercício pleno em um certo campo de ação social (como a sexualidade), pode não valer para outro (como a inserção no mercado de trabalho).

Há um segundo conjunto de fatores que ajuda a explicar a implosão da estrutura moderna das categorias etárias. Eles anunciam uma outra modernidade (para alguns, como dito, até mesmo uma pós-modernidade). São fatores que, mais do que uma continuidade, levando à crise por exaustão ou excesso, denotam uma descontinuidade e novidades. Por vezes é difícil separar um dado fator em um conjunto ou outro, como um dos mais importantes deles, o novo padrão da acumulação capitalista, que altera o metabolismo das sociedades capitalistas: a acumulação flexível. A nova fase do capitalismo, após crise mundial dos anos 1970 que encerrou os “anos de ouro” da economia mundial, levou a uma rearticulação do capitalismo que implicou em diversas e complementares flexibilizações: dos mercados – que tendem a se adequar mais aos nichos de consumidores – e do mundo do trabalho – por meio da flexibilização dos direitos trabalhistas e do aumento das exigências de conhecimento e habilidades ao trabalhador em setores chave da dinâmica produtiva. A flexibilização significa também a desarticulação do chamado Estado social, a aceitação do desemprego estrutural como algo natural e a

precarização e flexibilização das carreiras profissionais e do mundo do trabalho (Harvey, 1992; Antunes, 2001).

5. Tempo e espaço na segunda modernidade e as socializações ativas

A complexidade social – desarticulando os padrões e expectativas de cada esfera social e a sintonia entre as instituições – e a acumulação flexível trazem inúmeras transformações referentes à vivência da juventude. Dois termos resumem estas transformações: multiplicidade e precariedade. A multiplicidade ensejada na vivência da juventude acena com promessas de liberdade e criatividade. A precariedade revela as crescentes dificuldades que se apresentam àqueles que passam ou se mantêm na categoria juventude, especialmente se pertencerem àqueles grupos sociais que sofrem discriminações e desigualdades.

Os autores arrolados neste último item tratam destas dificuldades, mas também daquelas possibilidades residentes na multiplicidade das juventudes contemporâneas. Encaminham a sociologia da juventude, enfim, a proposições de estratégias e ações – por vezes, diretamente aos próprios jovens, outras às instituições e ao Estado – para contornar os riscos da precarização da experiência da juventude. Penso que suas obras tendem a conceber a socialização como um processo com ativa participação dos sujeitos jovens. Em contrapartida, os caminhos da socialização são múltiplos mas reversíveis, mutantes, difíceis. Estes autores propõem uma teoria das socializações flexíveis e ativas.

A partir desta concepção de socialização, ativa mas flexível – com o risco da precariedade e da reversão de conquistas – esta sociologia da juventude pós-crítica que deriva das teorias da segunda modernidade parece propor, primeiro, o enfrentamento da precariedade da condição juvenil contemporânea. Endereçam esta proposta tanto aos jovens quanto às instituições sociais, defendendo o que se convencionou tratar

de “políticas públicas de juventude”. Segundo, desejam contribuir para que os jovens conquistem recursos, informações e habilidades que permitam-nos fazer a gestão do presente. Gerir o presente significa contornar os riscos associados à juventude – desemprego, evasão escolar, gravidez precoce, maternidade e paternidade indesejada, doenças sexualmente transmissíveis, violência, drogadição etc. Significa também ser capaz de dar sentido a um conjunto muito heterogêneo de experiências – na busca de pertencimentos a grupos ou estilos, bem como no tráfego por campos sociais organizados por lógicas diversas e contraditórias. Gerir o presente, significa, enfim, ser capaz de elaborar identidades, suficientemente coerentes para dar certa estabilidade ao sujeito, mas suficientemente flexíveis para permitir alterações em uma era de grande mutação tecnológica e social. O terceiro elemento propositivo desta sociologia da juventude é assunção de projetos de vida pelos jovens. O tempo acelerado da segunda modernidade é grande adversário do planejamento pessoal do futuro, travando os jovens – e mesmo os adultos – no presente. Ao menos esboçar um projeto de vida, uma noção de futuro, parece ser ato de resistência e afirmação necessário pelos sujeitos nestes dias intempestivos.

A segunda modernidade, especialmente quando são focados os processos de precarização e implosão das instituições sociais, parece significar que a condição juvenil – transitória e instável – se torna sinônimo da própria experiência social em tempos contemporâneos. Também, aproxima dramaticamente as experiências de juventude dos países ditos desenvolvidos – Europa e Estados Unidos – com as dos países ditos em desenvolvimento, especialmente na América Latina: experiências de precariedade da condição juvenil, como o desemprego e ocupações pouco desejáveis, não são mais exclusividade dos países ditos pobres; e a massificação da educação escolar não é mais atributo único dos países ricos. Ler artigos e pesqui-

sas sobre as dificuldades dos jovens é observar inusitadas semelhanças entre o que, outrora, eram dois mundos bem mais apartados: expansão degradada do ensino fundamental e superior, falta de sentido do ensino médio aos jovens, desemprego juvenil, condição precária das ocupações juvenis, jovens ligados por mais tempo às suas famílias de origem etc.

Por exemplo, tanto em textos de autores latino-americanos (Abramo, 2005, Krauskopf, 2004), quanto na de autores europeus (Pais, 1993; Calvo, 2005) se apresenta a constatação de que os marcadores tradicionais da entrada na idade adulta implodiram. Ou seja, constata-se que, na primeira modernidade, havia certo padrão – ao menos ideal – que afirmava que a juventude terminava com a saída da escola, a entrada no mercado de trabalho, a união conjugal, a saída da casa dos pais ou responsáveis e a experiência de paternidade ou maternidade. Estas experiências, que marcavam a entrada na maturidade, aconteciam mais ou menos ao mesmo tempo, simultaneamente.

Segundo a pesquisadora chilena Dina Krauskopf (2004, p. 31), não se aplicam mais definições de juventude que afirmam que ela termina com casamento, trabalho e cidadania, já que estes são eventos que não ocorrem de modo linear hoje, quando houve uma “ruptura da sequência” e em que há uma “variedade de opções”. Há o rompimento da linearidade e da normatividade que supostamente orientavam as etapas e tarefas do desenvolvimento – aquelas imaginadas, por exemplo, por Erikson e apresentadas em forma de tabela, lá no Capítulo 2. A maior imprevisibilidade resultante da sociedade em era de flexibilidade e mutações muito velozes leva à priorização do presente e dificulta estabelecer metas para o futuro como adulto. As transições também deixam de ter caráter irreversível, o que é caracterizado pela necessidade de passar por preparação permanente e ostentar flexibilidade diante das mudanças constantes. Para os jovens, o fator “presente” passa a ser predominante, em detrimento do “fu-

turo". A identidade não se constrói de uma vez por todas e nem para toda a vida. É necessário incorporar a flexibilidade, a criatividade e a multiplicidade ao desenvolvimento. Ao viver a fase juvenil, o indivíduo necessita realizar sua própria síntese de modelos e ideais oferecidos, via participação real positiva, de modo comprometido.

Helena Wendel Abramo (2005), sintetizando os resultados de pesquisa nacional sobre os jovens brasileiros, indica duas grandes transformações na vivência da juventude – transformações que não são exclusivas do Brasil, como dito. A primeira, comentada acima, é oriunda da extensão, no tempo e no espaço, da juventude, a qual valoriza a juventude como algo importante em si mesma (e não apenas como preparação ao futuro). A segunda é oriunda das transformações sociais, políticas, econômicas e tecnológicas que geraram a outra modernidade: nova revolução tecnológica, desemprego estrutural, globalização, crescente exclusão social, regressão de direitos sociais com reformas neoliberais etc. Ela acarreta dramáticas mudanças nos processos tradicionais de transição para a vida adulta. Em relação a ingresso no mundo do trabalho, casamento, formação de residência própria e ter filhos, fica mais difícil realizar tudo isso simultaneamente, assim como a entrada na vida adulta vai ficando cada vez mais tardia. Tais “marcos” da entrada no mundo adulto ocorrem de modo não simultâneo e não linear, e nem sempre significam a saída da fase juvenil da vida.

Abramo (2005) destaca a dimensão da sexualidade, do trabalho e da família, com base nos resultados da pesquisa supracitada. Tradicionalmente, a condição juvenil, como moratória social, significava a capacidade fisiológica de ter sexualidade ativa, mas o impedimento social dessa. Isto mudou muito hoje: um dos traços da atual juventude é a possibilidade de viver uma sexualidade ativa e dissociada da função de reprodução.

Ser jovem e trabalhar (ou procurar trabalho) não é uma contradição para a juventude brasileira. No entanto, as condi-

ções de trabalho tendem a ser mais desfavoráveis aos jovens. A disposição em trabalhar (trabalhar ou procurar trabalho) é quase a mesma em todas as faixas de renda. A diferença maior é entre o desemprego e a qualidade do trabalho conseguida: há mais desemprego e piores ocupações entre jovens vindos de famílias com menos renda, entre jovens com menos escolaridade e entre jovens que entram mais cedo no mundo do trabalho.

Quanto à família, a tendência do prolongamento da relação de dependência com os pais se explica principalmente pelas dificuldades financeiras em montar um novo lar. Mas também se explica, um pouco ao menos, pela possibilidade de prolongar mais a condição juvenil em aspectos tidos como desejáveis, como mais tempo para o lazer e menores responsabilidades e obrigações. Se há algo que resta da moratória social, ela tem certo valor para esses jovens. Enfim, pode até estar surgindo um novo modelo de transição para a idade adulta, em que o fim da juventude não significa mais necessariamente ficar independente financeiramente dos pais.

Talvez o mais dramático relato sobre a mutação na transição à maturidade seja o do sociólogo espanhol Enrique Gil Calvo (2005). Adotando o ponto de vista europeu, Calvo aponta 1975 como o ano chave para o processo que chama de “desfamiliarização” ou individualização, por meio do qual a estrutura da construção biográfica deixa de “[...] depender da rede familiar ou comunitária para passar a ser um processo cada vez mais individual ou personalizado” (p. 11). 1975 é o ano que marca a quebra da política keynesiana de pleno emprego e bem-estar social. Trata-se do rompimento do que foi descrito, lá no capítulo 2, como pacto fordista, que garantiu certos direitos às classes assalariadas em troca da disciplina no tempo do trabalho. Doravante, a fluidez e instabilidade dos mercados implodem aquela grande margem de segurança que possuíam as famílias, especialmente as das classes médias profissionalizadas, para garantir uma estratégia sucessó-

ria segura aos seus descendentes – por meio do patrimônio material e simbólico controlado pelo chefe da família. Por um outro ângulo, Calvo retrata o processo de reprivatização e desinstitucionalização do curso da vida.

Para Calvo (2005), no que se refere à juventude, três foram as principais mutações oriundas deste processo de desfamiliarização ou individualização. A primeira mutação foi o bloqueio da emancipação juvenil por meio do prolongamento do período da juventude. Esse prolongamento se deveu à exigência de alongar os anos de formação escolar e de profissionalização, dadas as exigências oriundas das mudanças tecnológicas. Ele se deveu também ao encarecimento dos recursos para formar e manter uma família e se deveu, enfim, à dificuldade das famílias em apoiar a emancipação juvenil. A juventude se torna a “nova idade estável”, permanente e duradoura, “da qual não se pode sair facilmente” (p. 14).

A segunda mutação foi a dissolução dos limites da juventude: por um lado, a precocidade das relações sexuais é exemplo da dissolução entre as fronteiras da infância e da juventude, por outro, o retardo do início da aprendizagem laboral é exemplo da dissolução dos limites da juventude em relação à idade adulta.

A terceira mutação, segundo Calvo, é a perda do sentido da própria juventude. Outrora, em tempos da moratória social, como diriam as teorias críticas da juventude, esse momento da vida era representado como uma luta heroica – diante da repressão sexual, da autoridade familiar vigilante e do esforço profissional – vencida com a conquista da integração social como pessoa “madura, adulta, responsável”. Esta vitória era associada à conquista do amor (por meio de um casamento duradouro) e do trabalho (um emprego estável). Entretanto, após a crise que derrubou a política keynesiana e promoveu a “desfamiliarização”, as chamadas gratificações sexuais e o poder de consumo já são vividas na própria juventude, independentemente de supostos méritos a serem comprovados. Não

haveria “final feliz” à espera, já que a juventude não é mais transição à idade adulta, não é algo que deve se findar.

Hoje, para Calvo, a juventude é como uma metamorfose sem fim, transição interminável, sem saída, um eterno retorno. Na verdade, a idade adulta também virou uma etapa precária, semelhante à própria juventude, vivida em meio a emprego flexível ou precário, a matrimônios instáveis e sob a certeza de que a formação profissional recebida na juventude logo se tornará obsoleta, obrigando à formação continuada. Até antes da crise da sociedade keynesiana, a juventude era representada como momento definidor da trajetória biográfica, como momento das decisões mais estratégicas e irreversíveis do curso da vida – nos estudos, no emprego e na formação da família. Os jovens detinham as decisões cruciais para seu futuro, ainda que à custa de um enorme poder dos adultos, que reprimiam a sexualidade juvenil e restringiam o consumo dos jovens. Nos dias atuais, em contrapartida, segundo Calvo, os jovens aumentaram seu poder nos conflitos geracionais, bem como sua capacidade de consumo e gratificação sexual, mas perderam muito da capacidade decisória sobre seu futuro. As escolhas relativas à carreira, ao emprego e ao lar são precárias, provisórias e incertas.

O sociólogo português José Machado Pais (1993), para caracterizar a perda da linearidade do processo de transição à vida adulta, afirma que esta transição é do tipo “Io-iô”, portanto reversível e até labiríntica. Segundo Carrano (2011, p. 245), “nem todos os jovens vivem a sua juventude como uma situação de trânsito e preparação para as responsabilidades da vida adulta” e, principalmente para as classes populares, certos “marcos da vida adulta” – como a entrada no mundo do trabalho e a maternidade/paternidade – chegam enquanto ainda vivenciam certas experiências juvenis. Na verdade, a própria vida adulta passa por uma metamorfose, já que ela

também passa a ser composta de indefinições e reversibilidades – em especial para as classes médias profissionalizadas.

Há muitas ambiguidades nesta eternização da juventude. Aparentemente, rege o prazer de prolongar a irresponsabilidade e a fruição do lazer e consumo. Em geral, contudo, o que abunda é uma grande dificuldade de realizar a passagem para um modo de vida autônomo, em que se pode assumir responsabilidades relacionadas à idade adulta. Ou, então, abundam jovens destinados a serem trabalhadores precarizados (como seus pais, no caso das camadas populares), ou a viverem uma condição de constante instabilidade e flexibilidade (como os filhos e pais das classes médias profissionalizadas urbanas). Ou seja, em muitos casos, a juventude prolongada é vivida como pena, frustração e fracasso de realização profissional e mobilidade social. Uma expressão desta frustração diante de um *status* social indesejado – precário e transitório – foram os recentes movimentos sociais dos “indignados” na Espanha e Portugal (em 2011). O texto de uma das faixas criada por uma das “indignadas” já apareceu aqui neste livro, como uma das epígrafes da introdução. Mas vale repeti-la: “com licenciatura, com mestrado, com namorado/ sem emprego, sem casamento, sem futuro” (apud Pais, 2012, p. 269).

Outro tema revelador desta tendência pós-crítica da sociologia da juventude, ao lado do tema da transição não linear e reversível à idade adulta, é o da socialização ativa ou flexível.

Segundo Peralva (1997), a modernidade (ou o que venho chamando de primeira modernidade) assentou-se sobre uma tensão, ou conflito, entre a modernização (orientada ao futuro, à renovação) e a “ordem moderna” (orientada à normatização e privilegiando o passado como referência para o futuro). A ordem moderna é quem deu os contornos à educação moderna, de tom conservador. Tal educação conservadora, impositora dos padrões tidos como básicos da modernidade, deu origem à noção tradicional de socialização – sistematizada por Dur-

kheim e fundamento da sociologia da juventude tradicional, preocupada sobretudo com os perigos de desvios dos jovens.

Contudo, no que se chamou aqui de segunda modernidade, a aceleração do tempo histórico levou a uma ruptura da noção tradicional de socialização e da sua preocupação em opor a ordem aos desvios (*juvenis*). Peralva (1997), com base em Margareth Mead, explica: o tempo acelerado da primeira modernidade permitia que se cavassem fossos entre as gerações, criando tensões geracionais entre jovens e adultos. Entretanto, quando as mudanças são muito lentas (como nas sociedades tradicionais) ou excessivamente rápidas (tal qual na segunda modernidade), a tensão geracional é impedida ou dissolvida, já que não se conseguem cristalizar identidades geracionais diferentes. Neste sentido, assiste-se a uma obsolescência do modelo “moderno” (ou da primeira modernidade) de socialização, em que as gerações mais velhas transmitem experiências passadas às mais novas para ordenar e domesticar o futuro. Em seu lugar, aparece um modelo mais “configurativo” de socialização (nos termos de Margareth Mead), baseado no aprendizado comum pelos diferentes grupos etários, diante de um mundo muito novo e mutante.

O sociólogo brasileiro Juarez Dayrell (2002) apresenta outras concepções contemporâneas de socialização que vão ao encontro do modelo configurativo. Por exemplo, a do sociólogo francês François Dubet, que afirma que nas sociedades em constante mutação, contemporâneas, os atores e as instituições não se reduzem a uma lógica única na programação de condutas. Há grande heterogeneidade de princípios culturais e sociais na organização das condutas, de modo que os atores podem adotar vários pontos de vista ao mesmo tempo. A socialização do ator, neste sentido, não ocorre apenas segundo as orientações das instituições, assim como a identidade do sujeito não se constrói apenas nos marcos do sistema. Neste contexto, a socialização deixa de ser mero recurso do sistema em

prol da reprodução social e se torna, antes, “processo mediante o qual os atores constroem sua experiência” (Dayrell, 2002, p. 120). Ou seja, os indivíduos se constroem e são construídos ao mesmo tempo, diante do confronto entre as diferentes lógicas sociais, em especial a lógica da integração (oriunda da comunidade), a lógica da estratégia (operando nos mercados) e a lógica da subjetivação (operando no sistema cultural).

Se Dubet foca a heterogeneidade do espaço social, o sociólogo italiano Alberto Melucci (1997) destaca a maior diferenciação nas experiências do tempo. Há uma clara separação entre tempos interiores (da experiência interna do indivíduo) e tempos exteriores (do trabalho, igreja, consumo, política, educação, saúde, direito, ciência etc.) – com ritmos diferentes e “regulados pelas múltiplas esferas de pertencimento de cada indivíduo” (p. 7). Esta convivência entre tempos distintos não é uma novidade. O que é novo, sim, é a falta de integração entre tempos interiores e exteriores, a descontinuidade entre eles. A necessidade de integrar as diferentes temporalidades se torna um dos grandes problemas de nossa época, uma época cujo tempo não tem história, ou em que convivem muitas histórias relativamente independentes entre si, sem final definitivo e com o presente como sua maior medida – histórias sem final definitivo. E é a juventude o grupo social mais exposto aos dilemas do tempo.

Para Melucci (1997), os estudos sobre a juventude e suas experiências com o tempo são fundamentais nesta época em que as biografias se tornam menos previsíveis, em que os projetos de vida tornam-se ainda mais dependentes da escolha autônoma do indivíduo. As características da juventude parecem ter se ampliado para toda a cultura, toda ela em constante estado de “transição”: incerteza, mobilidade, transitoriedade, abertura para a mudança. Há a ameaça da experiência perder-se em um “presente ilimitado”, desenraizado, sem memória, com pouca esperança no futuro e desencanto: no teste

da realidade, frustram-se os anseios excessivos e o imaginário aberto dos jovens. Há uma aparente abundância de possibilidades que é contradita por um real vazio e repetitivo.

Para Pais (2012), há um curioso paradoxo em nosso tempo, entre o real e o ideal: ele estandardizou a representação ideal das fases da vida, reconhecendo o modelo tradicional de cronologização do curso da vida, fundado na democratização do ensino (escolaridade obrigatória e maior duração da trajetória escolar); mas, na prática, nas experiências concretamente vividas, houve uma desestruturação das trajetórias de vida, que leva os sujeitos a se frustrarem diante do fracasso na realização profissional e na mobilidade social. A esta dissociação entre o idealizado e o vivido, Pais (2012) chama de disritmia. A sua principal consequência é a entropização etária, ou seja, a “combinação heterogênea ou indesejável de *status* sociais – transitórios e precários” (p. 268).

Novos sofrimentos e patologias apresentam-se aos jovens, diante da dificuldade de atribuir sentido as suas ações e conectar tempos e espaços de experiências diversas. Os jovens tendem a responder com o teste dos limites, na luta pela sobrevivência do sentido, pois só assim haverá comunicação e experiência (Melucci, 1997). É o que Valéria Silva (2006), acima, descreveu como a cultura do excesso. Ao longo deste esforço, os jovens vão pertencer a uma “pluralidade de redes e de grupos” (Melucci, 1997, p. 6), nos quais entram e saem com muita frequência, investindo pouco tempo em cada um. Debilitam-se os pontos de referência para construir identidades, fica difícil construir uma biografia contínua.

Os pesquisadores ligados ao Observatório Jovem da Universidade Federal Fluminense (UFF) e ao Observatório da Juventude da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) me parecem ser belos exemplos de investigações sobre as socializações ativas, que ilustram as teorias pós-críticas da juventude apresentadas neste item e suas proposições aos jo-

vens – o enfrentamento da precariedade, a gestão do presente e a assunção de projetos. Por exemplo, Paulo César Carrano afirma que é preciso reforçar a ideia da juventude como tendo valor em si mesma, superando a noção da juventude apenas como “etapa de transição”. A juventude deve ser vista como “momento do ciclo da vida, com uma finalidade intrínseca”, “lugar e tempo social” que deve ter os jovens como agentes diretores de seus destinos e capazes de realizar “escolhas biográficas” (Carrano, 2011, p. 240).

Valorizar o que vivem e pensam os jovens, concretamente, aqui e agora, é um dos motes das pesquisas sobre as socializações ativas, ou seja, ressaltar os jovens como atores, como sujeitos capazes de resolver problemas imediatos que aparecem diante de si e da coletividade a que pertencem. As pesquisas querem elas próprias serem canais para que os jovens signifiquem suas trajetórias e suas experiências, por meio de histórias de vida e mesmo de documentários. Abundam nelas, análises que denunciam a precariedade das instituições e a criatividade das práticas concretas dos jovens e seus grupos.

Por exemplo, a pesquisa de Juarez Dayrell (2003) em que dois jovens das camadas populares de uma grande cidade puderam contar suas histórias de vida: um cantor de música *funk*, então com 19 anos, e um artista de *rap*, com 22 anos. Estes dois jovens não viam a juventude como preparação ao futuro, mesmo porque tais horizontes de futuro estavam fechados. O tempo da juventude, para eles, era o presente. Há sonhos e desejos, mas eles estão mais ligados à esfera musical ou ao desejo de dar conforto às suas mães. Não há um projeto de vida mais sólido. Na relação com a família, se há certos conflitos, ela é sobretudo espaço de experiências estruturantes – são famílias matrifocais, mas não são famílias “desestruturadas”, se o que importa não é seguir o modelo da família nuclear burguesa, mas sim a qualidade das relações no núcleo doméstico. No que se refere às demais instituições do “mundo adulto”, a

juventude não é um momento de experiências fáceis e sempre prazerosas, mas, ao contrário, é tempo de dificuldades e tensões em relação às duas mais presentes: a escola e o trabalho. O trabalho é precário (“bicos”), é visto como obrigação necessária e pouco contribui para humanizar tais jovens. Tampouco a escola comparece como espaço aberto para os jovens agirem como sujeitos sociais plenos, já que ela é concebida como distante dos interesses e necessidades desses jovens.

Aos jovens de Dayrell (2003), os estilos musicais (*rap* e *funk*, no caso) são muito importantes para a socialização deles, uma forte referência à sua condição juvenil. No fim das contas, é algo que vem desde “fora” das instituições clássicas ou oficiais de socialização o que acaba sendo o verdadeiro instrumento para que esses dois jovens entrem no mundo público, criem sociabilidades próprias e afirmem sua identidade como jovens. Ou seja, enquanto os espaços sociais “oficiais” do trabalho e da escola estão fechados para que os jovens possam criar modos próprios de “ser jovem”, o mundo da cultura, por meio de estilos alternativos, é aquele que supre esta possibilidade, ao menos para os dois jovens entrevistados por Dayrell.

No acompanhamento de trajetórias biográficas, as pesquisas sobre a socialização ativa analisam percursos individuais, singulares, únicos. Mas anseiam revelar tensões mais gerais, repressões e preconceitos institucionais, assim como fontes de sobrevivência e resistência no emaranhado da vida contemporânea. E, para além da análise, suas linhas compreendem sugestões para que as instituições e seus profissionais aprendam um pouco mais sobre estes dilemas e enfrentamentos. Mais ainda, ampliam o repertório de estratégias ensinadas aos próprios jovens, para que possam, por seus próprios caminhos e soluções, conter as precariedades, gerir o presente e assumir projetos de vida.



OUTRAS CONSIDERAÇÕES

Dada a amplitude dos temas pesquisados em sociologia da juventude, não foi possível discutir todos eles nesta obra, que tem caráter introdutório. Minha estratégia foi focar a construção e re-criação da concepção de juventude na sociologia. Mas resta ao menos apresentar estes temas que tanto interessam a quem pesquisa e pensa sobre a juventude, temas que interessam principalmente aos que vivem a condição juvenil. As referências bibliográficas têm propósito meramente indicativo, ficando longe de esgotar a longa lista de obras sobre cada tema.

Na verdade, boa parte destes temas apareceram ao longo do livro. E tinham que aparecer, pois que constituíram sempre o fulcro das preocupações dos sociólogos, que os levaram a conceber e re-conceber a noção de juventude. Um dos mais importantes, e o que mais me apetece, tema de alguns de meus estudos, são as revoltas juvenis (Groppo, 2005; 2006). As revoltas juvenis estão mesmo nas origens da sociologia da juventude, em especial o impacto do Movimento Juvenil Alemão, iniciado nos últimos anos do século XIX. Elas estão presentes nas teorias tradicionais da juventude, em especial na figura da “delinquência juvenil” – o outro lado daquela socialização que foi tradicionalmente entendida como integração do indivíduo à estrutura social. As revoltas estudantis e a contracultura são o paradoxal e nem sempre compreendido movimento social, cujo ano chave foi o de 1968, que inspirou ou amedrontou os sociólogos críticos da juventude. As teorias pós-críticas, em parte, fundaram seus elogios sobre a multiplicidade das tribos juvenis – focadas em estilos culturais impactantes, vividas no cotidiano – com base na ausência ou fraqueza dos movimentos juvenis politizados, ou destacaram as iniciativas solitárias ou em pequenos grupos, de jovens que desejam ser protagonistas de suas vidas e de suas comunida-

des. Mas elas mesmo foram impactadas por movimentos sociais, em boa parte formados por jovens, que vem aparecendo quando e onde menos se espera: o movimento antiglobalização, espantando os que imaginavam o predomínio incontestado da globalização neoliberal, movimento revelado espetacularmente na ocupação das ruas de Seattle, em 1999, contra a Reunião da OMC (Organização Mundial do Comércio) (Seoane; Taddei, 2001); os movimentos dos “indignados”, movido por jovens europeus desempregados ou em ocupações precárias, já na década atual (Pais, 2012); os protestos no Brasil que, iniciados em junho de 2013, chamados pelo Movimento Passe Livre e tendo o aumento das passagens do transporte público como mote, se generalizaram e ampliaram sua pauta – enquanto governantes e parte da sociedade já encenavam um clima ufanista de Copa do Mundo. Valeriam muitos etecéteras, pois são muitos os movimentos e revoltas. Gosto de usar estes e outros exemplos como argumento em favor da dialética da condição juvenil, que discuti lá no final do Capítulo 2.

Outros temas sempre interessaram à sociologia da juventude. Por vezes, o interesse nascia da preocupação das instituições e dos adultos para com os supostos desvios de seus jovens, em especial quando se tratava de sexualidade e violência. Mas estes também são temas que interessam aos próprios jovens. Ao tratar de sexualidade, a sociologia cruza seus olhares com os de outros campos, especialmente o da Saúde.⁴

Debatem sobre a gravidez na adolescência, o desconhecimento de práticas anticonceptivas, a paternidade ou maternidade indesejada, as doenças sexualmente transmissíveis e sua prevenção etc. Mas também, sobre questões de gênero, tais como a construção sociocultural dos gêneros, a diversidade sexual, a homoafetividade, as práticas sexuais, a experimen-

4. Cf. o periódico *Adolescência e Saúde*, disponível em: <<https://goo.gl/oLqEhom>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

tação do prazer sexual descolada da procriação, a libertação sexual, os preconceitos em matéria de gênero feminino e homoafetividade etc. (Almeida; Eugênio, 2006).

Ao tratar da violência, a sociologia da juventude revela uma de suas fontes: a preocupação com os grupos juvenis “delinquentes” (cf. cap. 1). A violência costumava aparecer como vinda dos jovens contra os adultos, associada ao conflito com a Lei, ao crime, aos grupos criminosos, ao uso de drogas e ao tráfico etc. Mas também a sociologia pesquisou e pesquisa sobre os jovens como vítimas da violência. Aliás, dados vêm revelando que, especialmente no Brasil, os jovens, especialmente os negros, pobres urbanos e homens, têm sido as maiores vítimas de homicídios (cf. como exemplo, Waiselfisz, 2013).

Trabalho e educação têm sido dois dos temas mais abordados pela sociologia da juventude no Brasil. Em geral, são tratados em conjunção. A importância do tema educação para a sociologia da juventude no Brasil se revela no fato de que, desde ao menos os anos 1990, boa parte dos grupos de pesquisa e trabalhos acadêmicos sobre juventude tem guarida nos institutos, departamentos e faculdades de educação, ou é coordenada por acadêmicos ligados à área da educação (cf. “Sugestões de leitura”). Sobre o trabalho, sociólogos importantes no campo da juventude têm se dedicado a ele, como José Machado Pais (Almeida; Pais, 2012), Heloísa Helena T. de Souza Martins (1997) e Maria Carla Corrochano (2011), além de economistas (como Pochmann, 2007).

Nos últimos anos, têm se destacado o campo de pesquisa sobre as assim chamadas políticas públicas de juventude (PPJs), o que por vezes fez o Estado e as organizações supranacionais pautarem as investigações sobre juventude no Brasil. Já clássica pesquisa *Perfil da Juventude Brasileira*, coordenada pelo Instituto Cidadania (Abramo; Branco, 2005), ajudou mesmo a fundamentar as PPJs nos governos Lula. Antes e depois desta pesquisa, diversos outros estudos têm sido realizados, em um

campo onde interagem pesquisadores universitários e não universitários, consultores das instituições supranacionais e eventos patrocinados por diferentes instâncias do Estado (Rodríguez et al., 2004, Castro; Abramovay, 2009, Papa; Freitas, 2011).

Enfim, questões de gênero (Helborn, 1999; Madeira, 1997), diversidade étnico-racial (Castro, 2004), religião (Sofiat, 2011) e mundo rural (Castro, 2013) também figuram entre os temas que interessam à sociologia da juventude.

Outras observações importantes se fazem necessárias, relativas às estratégias de pesquisa na sociologia da juventude, ou à metodologia de pesquisa. A sociologia da juventude se destacou, metodologicamente, por ter, precocemente, tratado dos jovens não apenas como “objeto”, alvo ou tema de suas pesquisas, mas também por ter feito deles seus sujeitos, informantes privilegiados. Por vezes, como a etnografia de William Foot-Whyte (2005), tratada lá no Capítulo 1, o próprio pesquisador era um jovem. Entre as fontes clássicas, questionários e formulários, entrevistas estruturadas e semiestruturadas, etnografias e observações participantes e grupos focais (uma espécie de entrevista coletiva, em que, a partir de uma questão ou um texto disparador, os entrevistados dialogam entre si e com o pesquisador). Mais recentemente, e-mails e registros em redes sociais da Internet têm sido usados como fontes – sem esquecer que, outrora, cartas e autobiografias já foram utilizadas por pesquisas sociológicas. Há outras fontes ainda a serem citadas, trazendo registros sobre os jovens e, às vezes, dos próprios jovens sobre a condição juvenil: documentos escritos de diversas ordens (legislação, relatórios oficiais, manifestos políticos e panfletos), literatura, cinema, programas de televisão, livros de autoajuda, material didático, revistas, jornais etc.

Há de se citar, afinal, uma tendência que vem sendo valorizada, por exemplo, pelas pesquisas que tratam da socialização ativa: a de que os próprios jovens sejam protagonistas de pesquisas sobre si mesmos e de outros jovens. E isto não precisa ser

feito necessariamente por meio de textos acadêmicos. Pode ser, por exemplo, por meio de documentários em vídeo ou exposição de fotografias. Como exemplo, o trabalho feito pelo Observatório Jovem da Universidade Federal Fluminense.⁵

Sugestões de leitura

A chamada revolução tecnológica, em especial na informação e comunicação, ampliou a própria noção de leitura, de fonte e de texto. Além de livros, clássica ferramenta de trabalho dos pesquisadores em sociologia, há de se citar as inúmeras fontes eletrônicas. Estas fontes nos encaminham a artigos, trabalhos em eventos acadêmicos, teses de doutorado, dissertações de mestrado. Mas também nos levam a grupos de pesquisa, instituições acadêmicas e observatórios de juventude.

Não é possível ser exaustivo. Se o leitor assim desejar, ele pode ir diretamente às Referências, ao final do livro – e mesmo assim, só encontrará recortes deste universo de fontes da sociologia da juventude. O objetivo aqui é apenas apontar alguns caminhos introdutórios para quem deseja se aprofundar mais e melhor na sociologia da juventude. São, na verdade, os caminhos seguidos nesse livro. Mas eles permitirão que o leitor trace suas próprias trilhas e busque seus próprios objetivos neste campo tão arrebatador.

Entre as obras clássicas, algumas merecem muito ser consultadas, mas o problema é que a maioria me parece estar fora de catálogo, só acessível em boas bibliotecas de instituições universitárias. O leitor deve ter percebido inclusive quais foram as obras mais citadas, e deve mesmo ter consultado as Referências para acompanhá-las melhor. Vale a pena repetir aqui algumas delas.

5. Cf. o site do Observatório, disponível em: <<https://goo.gl/oi1YMu>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

Parte importante dos autores e textos citados nos capítulos 1 e 2 estão presentes na bela coletânea organizada por Sulamita de Britto, *Sociologia da Juventude*, em 4 volumes, publicado em 1968, no Rio de Janeiro, pela Editora Zahar. Lá estão reunidos textos de autores aqui tratados, como Margareth Mead, Andreas Flitner, A. B. Hollingshead, David Matza, Talcott Parsons, A. K. Cohen, Karl Mannheim e Octávio Ianni. Mas há muito mais lá, inclusive textos da psicologia social, além de interessantes textos sobre educação e política de J. Habermas, Pierre Bourdieu e até mesmo Karl Marx e Léon Trotsky.

Fundamental me parece o livro de S. N. Eisenstadt, *De Geração a Geração*, publicado em 1976 pela Editora Perspectiva, de São Paulo, um clássico do estrutural-funcionalismo.

Sob a perspectiva interacionista, destaca-se a grande etnografia sobre jovens de William Foot-Whyte, *Sociedade da Esquina*, publicado pela primeira vez no Brasil pela Editora Zahar, do Rio de Janeiro, em 2005.

Menos acessível, inclusive por não ter tradução em português, é *Resistance through Rituals*, organizado por Stuart Hall e Tony Jefferson, grande representante dos estudos culturais em tempos em que cultivava teorias críticas sobre a juventude. O livro foi publicado pela Universidade de Birmingham em conjunto com a editora Hutchinson, de Londres, em 1982. É possível encontrá-lo em versão eletrônica, como *e-book*. Uma interessante síntese da obra, que também utiliza com qualidade estas e outras teorias sociológicas para analisar os estilos juvenis espetaculares nos anos 1980, é o livro de Helena Wendel Abramo, *Cenas Juvenis*, publicado em 1994 pela Editora Scritta, de São Paulo. Um dos autores marcantes desta fase crítica dos estudos culturais, Paul Willis, teve importante obra sua publicada no Brasil: *Aprendendo a Ser Trabalhador: Escola, Resistência e Reprodução Social* (pela Editora Artes Médicas, de Porto Alegre, em 1991).

Como representante da fase crítica da sociologia da juventude no Brasil, destaca-se Marialice Mencarini Foracchi, tanto com *O Estudante e a Transformação da Sociedade Brasileira* (cuja 2ª edição foi publicada pela Editora Civilização Brasileira, em 1977) quanto com *A Juventude na Sociedade Moderna* (publicado em 1972 pela Edusp e Pioneira, em São Paulo).

Com relação às teorias pós-críticas, devem ser consultadas as obras de José Machado Pais, em especial *Culturas Juvenis*, publicado em 1993 em Lisboa pela Imprensa Nacional.

Vale a pena ler também um livro que reúne capítulos que originalmente foram artigos de célebres números da *Revista Brasileira de Educação sobre Juventude* (os números 5 e 6, de 1997), além de outros capítulos. Entre os autores, Alberto Melucci, Angelina Peralva, Heloísa T. S. Martins, Helena W. Abramo, Juárez Dayrell, Marília Spósito, Paulo Carrano e Regina Novaes. O livro se chama *Juventude e Contemporaneidade*, foi organizado por Osmar Fávero, Marília Spósito, Paulo Carrano e Regina Novaes e publicado em 2007 em Brasília em uma parceria entre a Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), o MEC (Ministério da Educação e Cultura) e a ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação). O livro está disponível em versão eletrônica pelo portal do MEC mas fica mais fácil acessá-lo digitando o nome do livro e seus organizadores em portais de buscas da Internet.

Vários são os periódicos, revistas de cunho acadêmico, dedicados à juventude, praticamente todos acessíveis pela Internet.

No Brasil, temos a revista *Adolescência & Saúde*⁶, da UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), *Desidades*⁷, da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e a *Revista Bra-*

6. Disponível em: <<https://goo.gl/oLqEho>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

7. Disponível em: <<https://goo.gl/mRFBPP>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

*sileira Adolescência e Conflitualidade*⁸, da Unibam (Universidade Bandeirante de São Paulo).

Em língua espanhola, publicadas na América Latina, cito a colombiana Revista Latino-Americana de Ciências Sociais, *Infância e Juventude*⁹, e a chilena *Última Década*¹⁰.

Entre os periódicos em língua inglesa, cito os seguintes: *Sociological Studies of Children and Youth*¹¹, *New Directions for Child and Adolescent Development*¹² e *Youth & Society*¹³.

Os núcleos universitários de estudo sobre juventude no Brasil têm crescido nos últimos anos, sobretudo com a denominação “Observatório da Juventude”, muitas vezes integrando práticas de pesquisa e extensão. Experiências pioneiras vieram de universidades públicas, em geral a partir da área da Educação. O Observatório Jovem da UFF¹⁴ (Universidade Federal Fluminense) tem reunido pesquisadores importantes sobre juventude e educação, como Paulo César Carrano e Mônica Peregrino.¹⁵ O mesmo pode ser dito em relação ao Observatório da Juventude da UFMG¹⁶ (Universidade Federal de Minas Gerais), reunidos em torno de Juarez Dayrell e aos seminários organizados pelo grupo Violar, da Faculdade de Educação da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas)¹⁷. A Faculdade de Educação da USP (Universidade de São Paulo) se destaca pela atuação da importante pesquisadora da juventude, Marília Pontes Spósito, que organizou um “estado da arte” sobre pesquisas de mestrado e doutorado e publicações aca-

8. Disponível em: <<https://goo.gl/HKQ7Es>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

9. Disponível em: <<https://goo.gl/BPPgQN>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

10. Disponível em: <<https://goo.gl/nTQS2H>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

11. Disponível em: <<https://goo.gl/aAqbXN>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

12. Disponível em: <<https://goo.gl/E3yVXQ>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

13. Disponível em: <<https://goo.gl/XwkaQJ>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

14. Disponível em: <<https://goo.gl/oi1YMu>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

15. Disponível em: <<https://goo.gl/VaLrvh>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

16. Disponível em: <<https://goo.gl/wMJgp1>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

17. Disponível em: <<https://goo.gl/yHFZgY>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

dêmicas sobre juventude, o qual revelou um impressionante número de trabalhos nas ciências humanas. Foram dois volumes organizados por Spósito na obra *Estado da Arte Sobre Juventude na Pós-Graduação Brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006)*, editada pela Argvmentvm, em 2009. O Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) tem se destacado nestes estudos, especialmente em torno de Janice Tirelli Ponte de Sousa. A UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) acolhe o NIPIAC (Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Intercâmbio para a Infância e Adolescência Contemporânea), destacando-se os trabalhos da pesquisadora Lúcia Rabello de Castro¹⁸. Em Goiás, acolhido pela UFG (Universidade Federal de Goiás), mas envolvendo outras universidades e movimentos sociais, foi criado recentemente o Observatório Juventudes na Contemporaneidade, destacando-se os pesquisadores Flávio Solfiati e Nildo Viana.

Muito importante, do final do século passado à primeira década do atual, foram as pesquisas sobre juventude mobilizadas pela Unesco-Brasil¹⁹. Foram muitas as obras publicadas, em sua maioria disponíveis na Internet. O livro de João Paulo Macedo e Castro, *A Invenção da Juventude Violenta. Análise da Elaboração de Uma Política Pública* (publicado em 2009, no Rio de Janeiro, pela Laced), é um excelente roteiro sobre estas obras, que foram responsáveis não apenas por pesquisas de grande fôlego, mas pela implementação de políticas públicas as quais, fundamentalmente, abriram escolas públicas de bairros periféricos para as comunidades, para o desenvolvimento de oficinas socioeducativas e culturais.

Outro centro de pesquisas não universitário digno de citação é o Instituto Cidadania, ligado à Fundação Perseu Abra-

18. Disponível em: <<https://goo.gl/9BHCxQ>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

19. Disponível em: <<https://goo.gl/vZo3qn>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

mo. Em meados da década passada, o Instituto realizou a Pesquisa Perfil da Juventude Brasileira, cujos resultados foram publicados no livro organizado por Helena Wendel Abramo e Pedro Paulo Martoni Branco, *Retratos da Juventude Brasileira. Análise de Uma Pesquisa Nacional*, publicado em 2005, em São Paulo, pela Editora Perseu Abramo e pelo Instituto Cidadania. Outro livro interessante, ligado a esta pesquisa, é a coletânea *Juventude e Sociedade: Trabalho, Educação, Cultura e Participação*, organizada por Regina Novaes e Paulo Vanucchi, editado novamente pela Perseu Abramo, em 2004. Inclusive por causa da ligação do Instituto e de alguns dos organizadores supracitados com os governos Lula, a pesquisa e seus resultados tinham grande intenção de contribuir com as políticas públicas para a juventude a serem elaboradas pelo governo federal, e em parte tiveram impacto relevante.

Importante presença nas pesquisas sobre juventude, em geral em parceria com instituições universitárias e governamentais, tem sido o da ONG Ação Educativa, da qual Marília Spósito (professora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo) foi presidente desde sua fundação, em 1994, até 2004. Entre as publicações, ver, por exemplo, *Políticas Públicas: Juventude em Pauta*, organizado por Maria Virgínia Freitas e Fernanda de Carvalho Papa, editado pela Cortez em conjunto com a Ação Educativa e a Fundação Friedrich Ebert em 2003.

Nas instituições universitárias brasileiras, mais forte tem sido a presença de pesquisas sobre a juventude em departamentos, institutos e faculdades de educação. Inclusive, a ANPEd tem, em especial por meio do seu Grupo de Trabalho “Movimentos sociais, sujeitos e processos educativos”, sido local de apresentação de muitas pesquisas. É interessante acessar os links das Reuniões Anuais e conferir os trabalhos apresentados neste Grupo nos últimos anos²⁰.

20. Disponível em: <<https://goo.gl/zS9SAu>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

Como já se percebeu, a juventude não é só pesquisada em instituições de ensino superior, nem mesmo apenas por organismos estatais e supranacionais. Um exemplo são as organizações religiosas, como as pastorais da juventude da Igreja Católica. Trabalho relevante tem sido feito pelos jesuítas, destacando-se a extinta Casa da Juventude Padre Burnier, em Goiânia/GO, que foi interessante lugar de reunião de movimentos juvenis e produção de estudos e pesquisas, e deixou como herança o Cajueiro (Centro de Formação, Assessoria e Pesquisa em Juventude)²¹. Outro exemplo, são os movimentos e grupos juvenis. Para ficar em um só caso, e muito importante, os sites do Movimento Passe Livre²², como o de Florianópolis.

21. Disponível em: <<https://goo.gl/HiENu6>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

22. Disponível em: <<https://goo.gl/DGPCvw>>. Acesso em: 10 jun. 2014.



REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. W. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Orgs.). **Retratos da juventude brasileira**. Análise de uma pesquisa nacional. São Paulo: Perseu Abramo, Instituto Cidadania, 2005, p. 37-72.

_____. **Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano**. São Paulo: Scritta, 1994.

ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Orgs.). **Retratos da juventude brasileira**. Análise de uma pesquisa nacional. São Paulo: Perseu Abramo, Instituto Cidadania, 2005.

ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; EUGENIO, Fernanda. **Culturas jovens**. Novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; PAIS, José Machado (Orgs.). **Criatividade, juventude e novos horizontes profissionais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 5. ed. São Paulo: Boitempo, 2001.

ARIÈS, Phillip. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BARBOSA, Andréa; SILVA, José Carlos Gomes da. Juventude e práticas artísticas e culturais nas metrópoles. **Cadernos de Arte e Antropologia**, v. 1, n. 2, p. 5-110. Disponível em: <<https://goo.gl/vARo1c>>. Acesso em: 6 fev. 2014.

BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Edições 70, 1991.

_____. **Para uma crítica da Economia Política do signo**. São Paulo: Martins Fontes, 1972.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

_____. **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

BELL, Daniel. **O advento da sociedade pós-industrial**. São Paulo: Cultrix, 1974.

BERGER, P. L.; BERGER, B. Socialização: como ser membro da sociedade. In: FORACCHI, M. M.; MARTINS, J. S. **Sociologia e sociedade**. Rio de Janeiro: LTC, 1977, p. 200-214.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1988.

_____. **Homo Academicus**. Paris: Minuit, 1984.

_____. A "juventude" é apenas uma palavra. In: _____. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 112-121.

BRITTO, Sulamita de (Org.). **Sociologia da juventude**. 4. vol. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

CALVO, Enrique Gil. El envejecimiento de la juventud. **Revista de Estudios de Juventud**, Madrid, n. 71, p. 11-19, dez. 2005.

CARRANO, Paulo. Políticas públicas de juventude: desafios da prática. In: PAPA, Fernanda de Carvalho; FREITAS, Maria Virgínia de (Orgs.). **Juventude em pauta**: políticas públicas no Brasil. São Paulo: Petrópolis, 2011, p. 235-249.

CARVALHO, Virgínia; BORGES, Livia de Oliveira; REGO, Denise Pereira. Interacionismo simbólico: origem, pressupostos e contribuições aos estudos em Psicologia social. **Psicologia: ciência e profissão**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 146-61, 2010.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Rio de Janeiro, 2005.

CASTRO, Elisa Guaraná de. **Entre ficar e sair**: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural. Rio de Janeiro: Contracapa, 2013.

CASTRO, João Paulo Macedo e. **A invenção da juventude violenta**. Análise da elaboração de uma política pública. Rio de Janeiro: Laced, 2009.

CASTRO, Mary Garcia. Políticas públicas por identidades e de ações afirmativas: acessando gênero e raça, na classe, focalizando juventudes. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Orgs.). **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 275-303.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. **Quebrando mitos: juventude, participação e política: Perfil, percepções e recomendações dos participantes a 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude**. Brasília: RITLA, 2009.

CLARKE, John; et al. Subcultures, cultures and class. In: HALL, Stuart; JEFFERSON, Tony (Orgs.). **Resistance through rituals. Youth and subcultures in post-war Britain**. Londres: Hutchinson, Birmingham: Universidade de Birmingham, 1982, p. 9-74.

_____. Style. In: HALL, Stuart; JEFFERSON, Tony (Orgs.). **Resistance through rituals. Youth and subcultures in post-war Britain**. Londres: Hutchinson, Birmingham: Universidade de Birmingham, 1982, p. 175-191.

COHEN, A. K. A delinquência como subcultura. In: BRITTO, Sulamita de (Org.). **Sociologia da juventude**. v. III. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, p. 133-146.

COLEMAN, James S. **The adolescent society**. The social life of the teenagers and its impact on Education. Nova Iorque: Macmillan Company, 1961.

CORROCHANO, Maria Carla. Trabalho e educação no tempo da juventude: entre dados e ações públicas no Brasil. In: PAPA, Fernanda de Carvalho; FREITAS, Virgínia de (Orgs.). **Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Petrópolis, 2011, p. 45-72.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, n. 24, p. 40-52, set./dez. 2003.

_____. O rap e o funk na socialização da juventude. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 117-136, jan./jul. 2002.

DEBERT, Guita Grin. A dissolução da vida adulta e a juventude como valor. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, a. 16, n. 34, p. 49-70, jul./dez. 2010.

_____. **A reinvenção da velhice**: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp, 1999.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. São Paulo: Contraponto, 1998.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Editora 34, 1997. 5 vols.

DELGADO, Ana Cristina Coll; MÜLLER, Fernanda. Dossiê Sociologia da Infância. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 91, p. 351-562, mai./ago. 2005.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**: sistema totêmico na Austrália. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. **Educação e Sociología**. 10. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

EISENSTADT, S. N. **De geração a geração**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

ERIKSON, Erik. **Sociedade y adolescencia**. 11. ed. México: Siglo Veintiuno, 1987.

_____. **Childhood and Society**. Nova Iorque: W.W. Norton, 1978.

FÁVERO, Osmar; et al. (Orgs.). **Juventude e contemporaneidade**. Brasília: Unesco, MEC, ANPEd, 2007.

FLINTER, Andreas. Os problemas sociológicos nas primeiras pesquisas sobre a juventude. In: BRITTO, Sulamita de (Org.). **Sociologia da juventude**. v. I. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, p. 37-68.

FOOT-WHYTE, William. **Sociedade de esquina**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

FORACCHI, Marialice M. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira**. 2. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1977.

_____. **A juventude na sociedade moderna**. São Paulo: Pioneira, Edusp, 1972.

FORTES, Meyer. Age, generation and social structure. In: KERTZER, D.; KEITH, J. (Orgs.). **Age and Antropological Theory**. Cambridge: Cornell University Press, 1992. Cap. 3, p. 99-121.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

FREITAS, Maria Virginia; PAPA, Fernanda de Carvalho (Orgs.). **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez Editora, Ação Educativa, Fundação Friedrich Ebert, 2003.

FURTER, Pierre. **Juventude e Tempo Presente**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

GENNEP, Arnold Von. **Os ritos de passagem**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Editora da Unesp, 1991.

GILLIS, John. **Youth and History**. Tradition and change in European age relations. 1770-present. Nova York: Academic Press; London: Expanded Student Edition, 1981.

GOODMAN, Paul. **Problemas de la juventude en la sociedade organizada**. Barcelona: Península, 1971.

GRINDER, R. E.; STRICKLAND, C. E. A significação social da obra de G. S. Hall. In: BRITTO, Sulamita de (Org.). **Sociologia da juventude**. V. I. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1968, p. 19-35.

GROPPO, Luís Antonio. **Autogestão, universidade e movimento estudantil**. Campinas: Autores Associados, 2006.

_____. **Uma onda mundial de revoltas: movimentos estudantis de 1968**. Piracicaba: Editora da Unimep, 2005.

HABERMAS, Jurgen. Talcott Parsons: problemas de construcción de la teoría de la sociedad. In: _____. **Teoria de la acción comunicativa**. Tomo II. Madri: Taurus, 1987, p. 281-425.

HALL, G. Stanley. **Adolescence: Its Psychology and Its Relations to Physiology, Anthropology, Sociology, Sex, Crime, Religion and Education.** 2. ed. New York: D. Appleton and Company, 1937.

HALL, Stuart; JEFFERSON, Tony (Orgs.). **Resistance through rituals.** Youth and subcultures in post-war Britain. Londres: Hutchinson; Birmingham: Universidade de Birmingham, 1982.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império.** 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** São Paulo: Loyola, 1992.

HEILBORN, Maria Luisa (Org.). **Sexualidade: o olhar das ciências sociais.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

HELD, Thomas. Institutionalization and deinstitutionalization of the Life Course. **Human Development**, New York, n. 29, p. 157-170, 1986.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos.** O breve século XX. 1914-1991. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

_____. Maio de 1968. In: _____. **Revolucionários.** Ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 235-244.

HOLLINGSHEAD, A. B. Juventude numa pequena cidade norte-americana. In: BRITTO, Sulamita de (Org.). **Sociologia da juventude.** V. I. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, p. 95-118.

IANNI, Octávio. O jovem radical. In: BRITTO, Sulamita de (Org.). **Sociologia da Juventude.** V. I. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, p. 225-242.

JOAS, Hans. Interacionismo simbólico. In: GIDDENS, A; TURNER, J. (Orgs.). **Teoria social hoje.** São Paulo: Editora da Unesp, 1999, p. 127-174.

KINJUCHI, Renato Rodrigues. Notas introdutórias ao pragmatismo clássico. **Scietiae Studia**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 215-26, 2007.

KLEIN, Naomi. **Sem logo**. A tirania das marcas em um planeta vendido. 2. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2002,

KOHLI, M; MEYER, J. W. Social Structure and Social Construction of Life Stages. **Human Development**, New York, n. 29, p. 145-80, 1986.

KRAUSKOPF, Dina. Comprensión de la juventud. El ocaso del concepto de moratoriapsicosocial. **JOVENes – Revista de Estudios sobre la Juventud**, México, a. 8, n. 21, p. 26-39, jul./dez. 2004.

LAPLANTINE, François. O século XVIII: a invenção do conceito de homem. In: _____. **Aprender Antropologia**. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003. Cap. 3, p. 39-46.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaio de Antropologia Simétrica. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LECCARDI, Carmen. Facing uncertainty. Temporality and biographies in the new century. **Young: Nordic Journal of Youth Research**, n. 13, p. 123-146, 2005. Disponível em: <<https://goo.gl/pT2LZE>>. Acesso em: 15 mar. 2013.

LIBERATO, Léo Vinicius Maia. **Expressões contemporâneas de rebeldia**: poder e fazer da juventude autonomista. 2006. 237 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

MACEDO, Lília Maria Silva. Resenha: Ana Amélia Carrano. Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição? **Revista Habitus**, IFCS/UFRJ, v. 11, n. 1, p. 157-146, 2013.

MADEIRA, Felícia Reicher (Org.). **Quem mandou nascer mulher?** Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos**. O declínio do individualismo nas sociedades de massa. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Os circuitos dos jovens urbanos. **Tempo Social – Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 173-205, nov. 2005. Disponível em: <<https://goo.gl/x4vPpj>>. Acesso em: 6 mar. 2013.

MANNHEIM, Karl. O problema sociológico das gerações. In: FORACCHI, Marialice M. (Org.). **Mannheim**. Col. Os Grandes Cientistas Sociais, n. 25. São Paulo: Ática, 1982, p. 67-95.

_____. O problema da juventude na sociedade moderna. In: BRITTO, Sulamita de (Org.). **Sociologia da juventude**. V. I. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, p. 69-93.

_____. **Diagnóstico de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. La juventude es más que una palabra. In: MARGULIS, Mario (Ed.). **La juventude es más que una palabra**. Buenos Aires: Biblos, 1996, p. 13-30.

MARTINS, Heloísa Helena Teixeira de Souza. O jovem no mercado de trabalho. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, n. 6, p. 96-109, mai./ago. 1997.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Petrópolis: Vozes, 1988.

MATZA, David. As tradições ocultas da juventude. In: BRITTO, Sulamita de (Org.). **Sociologia da juventude**. V. III. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, p. 81-106.

McROBBIE, Angela; GARBER, Jenny. Girls and subcultures. In: HALL, Stuart; JEFFERSON, Tony (Orgs.). **Resistance through rituals**. Youth and subcultures in post-war Britain. Londres: Hutchinson, Birmingham: Universidade de Birmingham, 1982, p. 209-222.

MEAD, Margareth. **Coming of age in Samoa**: a psychological study of primitive youth for Western Civilization. New York: William Morrow Cia, 1928.

MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, n. 5, p. 5-15, mai./ago. de 1997.

MENDOZA, Cupatitzio Piña. **Cuerpos posibles... cuerpos modificados**. Tatuajes y perforaciones em jóvenes urbanos. México: Instituto Mexicano de la Juventud, 2004.

MEYROWITZ, Joshua. The blurring of childhood and adulthood. A case study in changing role transitions. In: _____. **No sense of place**. The impact of eletronic media on social behavior. New York: Oxford University Press, 1985. Cap. 13, p. 226-267.

MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XX**: o espírito do tempo. V. I – Neurose. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

MURDOCK, Grahah; McCRON, Robin. Consciouness of class and consciouness of generation. In: HALL, Stuart; JEFFERSON, Tony (Orgs.). **Resistance through rituals**. Youth and subcultures in post-war Britain. Londres: Hutchinson; Birmingham: Universidade de Birmingham, 1982, p. 192-207.

NATANSON, Jacques-J. Les éducaeurs à l'épreuve. **Esprit**, Paris, n. 374, p. 313-328, out. 1968.

NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Orgs.). **Juventude e sociedade**: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

ORTEGA Y GASSET, José. Juventude. In: _____. **A rebelião das massas**. São Paulo: Martins Fontes, 1987, p. 239-248.

PAIS, José Machado. A esperança em gerações de futuro sombrio. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 26, n. 75, p. 267-280, 2012.

_____. **Culturas juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1993.

_____. A construção sociológica da juventude – alguns contributos. **Análise Social**, Lisboa, v. XXV, n. 105-106, p. 139-165, 1990.

PAPA, Fernanda de Carvalho; FREITAS, Maria Virgínia de (Orgs.). **Juventude em pauta**: políticas públicas no Brasil. São Paulo: Petrópolis, 2011.

PARK, Margareth Brandini; GROPPPO, Luís Antonio (Orgs.). **Educação e velhice**. Holambra: Setembro, 2009.

PARSONS, Talcott. A classe como sistema social. In: BRITTO, Sulamita de (Org.). **Sociologia da juventude**. Vol. III. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, p. 47-76.

PERALVA, Angelina. O jovem como modelo cultural. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, n. 5, p. 15-24, mai./ago. 1997.

PEREGRINO, Mônica. Juventude, trabalho e escola: elementos para análise de uma posição social fecunda. **Cadernos Cedex**, Campinas, v. 31, n. 84, p. 275-291, mai./ago. 2011.

PERES, Willian Siqueira. Juventudes, diversidades sexuais e processos de subjetivação. In: PESSINI, Leo; ZACHARIAS, Ronaldo (Orgs.). **Ética teológica e juventude**. Aparecida: Santuário, 2013. Cap. 2, p. 51-84.

POCHMANN, M. **A batalha pelo primeiro emprego: a situação atual e as perspectivas do jovem no mercado de trabalho brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Publisher, 2007.

POSTMAN, Neil. **O desaparecimento da infância**. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

RAGGI, Nathália. Juventudes na contemporaneidade: identidades, identificações, nomadismos. **Revista Brasileira Adolescência e Conflituabilidade**, n. 2, p. 78-93, 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/sARbSB>>. Acesso em: 6 mar. 2014.

RODRÍGUEZ, Ernesto; et al. **Políticas públicas de/para/com as juventudes**. Brasília: UNESCO, 2004.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O Emílio ou Da Educação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2004.

SALLAS, Ana Luisa Fayet; BEGA, Maria Tarcisa Silva. Por uma Sociologia da Juventude – releituras contemporâneas. **Política & Sociedade: Revista de Sociologia Política**, v. 5, n. 8, p. 31-58, 2006. Disponível em: <<https://goo.gl/BwssiS>>. Acesso em: 20 jan. 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Da idéia de universidade à universidade de idéias. In: _____. **Pela mão de Alice**. O social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 2001, p. 187-233.

SANTOS, Rafael. **A publicidade e a representação da juventude**. 1992. 210 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

SAVAGE, Jon. **A criação da juventude**: como o conceito de teena-ge revolucionou o século XX. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

SENNET, Richard. **A corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2005.

SEOANE, José; TADDEI, Emilio (Orgs.). **Resistências mundiais**: de Seattle a Porto Alegre. Petrópolis: Vozes, 2001.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SILVA, Valéria. Constituição identitária juvenil: o excesso como produto/resposta ao não lugar, à efemeridade e à fluidez. **Política & Sociedade**: Revista de Sociologia Política, v. 5, n. 8, p. 123-158, 2006. Disponível em: <<https://goo.gl/BwssiS>>. Acesso em: 6 mar. 2014.

SOFIATI, Flávio. **Religião e juventude**: os novos carismáticos. São Paulo: Ideias e Letras, 2011.

SOUSA, Janice Tirelli Ponte de. Apresentação do dossiê. A sociedade vista pelas gerações. **Política & Sociedade**: Revista de Sociologia Política, v. 5, n. 8, p. 9-30, 2006. Disponível em: <<https://goo.gl/c9G5Ui>>. Acesso em: 30 jan. 2013.

SPÓSITO, Marília Pontes. **Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira**: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006). 2. Vol. Belo Horizonte-MG: Argvmentvm, 2009.

TRASHER, Frederic Milton. The Gang: a study of 1313 gangs in Chicago. In: BURGESS, Ernest W.; BOGUE, Donald J. (Orgs.). **Contributions to urban sociology**. Chicago, London: University of Chicago Press, 1964. Cap. 42, p. 655-662.

VIANA, Nildo. Regimes de acumulação, gerações e juventude. **Revista Espaço Acadêmico**, Goiânia, XI, n. 129, p. 56-67, fev. 2012.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2013**: homicídios e juventude no Brasil. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Es-

tudos Latino-Americanos, FLACSO Brasil, 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/Rf6TBF>>. Acesso em: 12 fev. 2014.

WALLERSTEIN, I. **O fim do mundo como o concebemos**: ciência social para o século XXI. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

WEBER, Max. A ciência como vocação. In: _____. **Ciência e política**: duas vocações. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 1993, p. 15-52.

WILLIS, Paul. **Aprendendo a ser trabalhador**: escola, resistência e reprodução social. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

WOOD, Ellen M. **Democracia contra capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2003.

ZUIN, Antonio Álvaro Soares; et al. **Adorno**. O poder educativo do pensamento crítico. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

Título	Introdução à Sociologia da Juventude
Autor	Luís Antonio Groppo
Assistência Editorial	Isabella Pacheco Paloma Almeida
Capa	Wendel de Almeida
Projeto Gráfico	Bruno Balota
Preparação	Julia Françoze
Revisão	Márcia Santos
Formato	14 x 21cm
Número de Páginas	164
Tipografia	Palatino Linotype
Papel	Alta Alvura Alcalino 75g/m ²
1ª Edição	Novembro de 2017

Caro Leitor,

Esperamos que esta obra tenha correspondido às suas expectativas.

Compartilhe conosco suas dúvidas e sugestões escrevendo para:

atendimento@editorialpaco.com.br

Conheça outros títulos em
www.pacolivros.com.br

Publique Obra Acadêmica pela Paco Editorial



Teses e dissertações

Trabalhos relevantes que representam contribuições significativas para suas áreas temáticas.



Grupos de estudo

Resultados de estudos e discussões de grupos de pesquisas de todas as áreas temáticas. Livros resultantes de eventos acadêmicos e institucionais.



Capítulo de livro

Livros organizados pela editora dos quais o pesquisador participa com a publicação de capítulos.

Saiba mais em

www.editorialpaco.com.br/publique-na-paco/

PACO  EDITORIAL

Av. Carlos Salles Block, 658
Ed. Altos do Anhangabaú – 2º Andar, Sala 21
Anhangabaú - Jundiaí-SP - 13208-100
11 4521-6315 | 2449-0740
contato@editorialpaco.com.br